

Geralda Nelma Costa

**IMPrensa ITALIANA EM TERRA ESTRANGEIRA:  
VOZES SOCIAIS EM AÇÃO  
(BELO HORIZONTE 1900-1920)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Dra. Regina Helena Alves da Silva

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

À Maria, minha mãe  
Per Maurizio  
A José Luis (*in memorium*)

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa, fundamental para a realização desta dissertação.

À Anália das Graças Gandini Pontello de Paula, vice-diretora da Biblioteca Universitária da UFMG e à Marlene de Fátima Vieira Lopes, Bibliotecária da Divisão de Coleções Especiais, que, ao facilitar o acesso aos jornais da imprensa italiana pertencentes à Coleção Linhares, tornaram possível a execução desta dissertação.

Aos meus professores do Mestrado em Comunicação Social da UFMG, Vera França, Bruno Leal, Paulo Bernardo Vaz, Rousiley Maia, Mike Hanke e Beatriz Bretas, pela orientação segura e criteriosa.

À Lena, minha orientadora, pelos caminhos abertos no tempo da História. No caminho presente, pela confiança.

À minha grande família, mãe e pai; irmãs e irmãos, sobrinhas e sobrinhos, afilhada, cunhadas e cunhados, pela paciência, quase infinita, nas muitas crises e pelo incentivo constante.

Ao Fred, companheiro de tantas discussões teóricas, presença nos acertos dessa dissertação. Amigo carinhoso nas horas de desencontros desse trabalho e nos momentos felizes dessa caminhada.

Ao Rennan, amigo em todos os momentos, cúmplice de vida.

À Ana Paula, querida colega do mestrado, pela presença cheia de fé e interlocução valiosa nas últimas horas.

Ao Rômulo, mais que meu professor de italiano, um companheiro nessa viagem pelas páginas dos jornais e das vidas dos italianos moradores de uma Belo Horizonte criança.

À Lorelai, amiga e primeira leitora, obrigada pela presença delicada e confiante.

Aos amigos presentes e outros, hoje, ausentes, que foram fonte de estímulo na preparação para o mestrado e na sua concretização: José Luis (*in memorium*), Lourdinha, Leda, Carlos Felipe, Elaine e Soninha.

À direção, aos colegas e aos alunos do Instituto Educacional Gabriela Leopoldina pela compreensão e carinho na longa caminhada até aqui.

## RESUMO

Este trabalho parte da presença de uma imprensa italiana em Belo Horizonte nas duas primeiras décadas da história da cidade (1900-1920). Naquele momento, novas relações sociais estavam se estabelecendo entre pessoas vindas de vários lugares. De uma certa maneira, todos eram estrangeiros. Belo Horizonte se constituía numa terra estrangeira. Foi desse quadro de constituição de novas relações sociais que os imigrantes italianos também participaram. Eles foram a mão-de-obra básica utilizada nas obras de construção da capital. Os que permaneceram, tentaram construir uma vida nova, se inserindo na vida da cidade. Uma das formas utilizadas para viabilizar e promover a sua inserção social foi através da criação e da manutenção de uma imprensa, na maioria das vezes, em língua italiana.

Essa imprensa nos revela o projeto de inserção pretendido e de que forma ele se manifestava. Buscar por esse projeto discursivo foi o objetivo deste trabalho. Partindo de qual era o endereçamento social dos jornais, acompanhamos a montagem do seu projeto discursivo. Ele nos aponta que função social era atribuída aos jornais e o porquê das mesmas. Elas eram basicamente duas. A primeira se refere à função de mediador social que os jornais se outorgaram. Nesse sentido, os jornais se constituíram em espaço virtual de encontro para as demandas sociais dos italianos. Elas eram de três tipos. Numa primeira, os jornais se tornaram “a voz do cidadão”, na medida em que acolheram as reclamações e as reivindicações do cidadão que habitava a cidade. Uma segunda demanda acolhia as reivindicações dos trabalhadores- os operários- da cidade. Retravam relações conflituosas nas quais estavam inseridos os italianos. A terceira nos apresenta os jornais enquanto espaço para constituição de uma nova rede de sociabilidade entre os italianos.

A segunda função social nos revela os jornais enquanto fabricantes de um projeto discursivo, visando a constituição de uma identidade italiana para os imigrantes moradores de Belo Horizonte. A identidade italiana era buscada como forma de normatizar as relações sociais nas quais os imigrantes se inseriam.

## RIASSUNTO

Questo lavoro parte dalla presenza di una stampa italiana a Belo Horizonte durante i due primi decenni di storia della città (1900-1920). In quel momento, si stavano costruendo nuovi rapporti sociali tra persone venute da posti diversi. In un certo qual modo, tutti erano stranieri e anche Belo Horizonte si trasformava in una terra straniera. Ed è proprio a questa costruzione di nuovi rapporti sociali che gli immigrati italiani parteciparono. Essi furono la mano d'opera fondamentale per la costruzione della capitale e coloro che rimasero cercarono di costruire una nuova vita inserendosi nella città. Una delle forme utilizzate per rendere possibile e promuovere il loro inserimento sociale fu la creazione e la manutenzione di una stampa, quasi sempre in lingua italiana.

Lo scopo del lavoro è ricostruire il progetto discorsivo che si cela dietro a tale stampa. Lo studio prende le mosse dall'identificazione dei destinatari dei periodici. Essi ci indicano le funzioni sociali svolte dalla stampa e la ragione di tali funzioni.

La prima è una funzione di mediatore sociale che i periodici stessi si attribuivano. Essi funzionavano come spazio virtuale di incontro per le necessità sociali degli italiani. Si sono identificati tre tipi diversi di necessità. Innanzitutto i periodici diventarono "la voce del cittadino", ne coglievano le rimostranze e le esigenze. In secondo luogo questa stampa si preoccupava di accogliere le rivendicazioni del mondo operaio e di ritrarre le situazioni di conflitto in cui erano coinvolti italiani. Infine i periodici permettevano di costruire una nuova rete di socialità tra gli italiani.

La seconda funzione sociale ci mostra i periodici come autori di un progetto discorsivo che mirava alla costruzione di una identità italiana, di formazione così recente, negli immigrati italiani che vivevano a Belo Horizonte. Essa avrebbe dovuto servire a regolarne l'inserimento sociale.

*“Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites). Nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre irão mudar (renovando-se) no processo de desenvolvimento subsequente, futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação”.*

*(Bakhtin, Estética da Criação Verbal)*

# SUMÁRIO

<b>A IMPRENSA ITALIANA EM TERRA ESTRANGEIRA .....</b>	<b>8</b>
A IMPRENSA ITALIANA NO BRASIL.....	8
<i>A imprensa em Belo Horizonte.....</i>	<i>13</i>
A IMPRENSA ITALIANA EM BELO HORIZONTE (1900-1920) .....	15
<i>Os italianos em Belo Horizonte.....</i>	<i>15</i>
<i>A imprensa italiana em Belo Horizonte .....</i>	<i>16</i>
ESTUDANDO A IMPRENSA ITALIANA LOCAL .....	19
<b>CAPÍTULO I – COMUNICAÇÃO DISCURSIVA E ENDEREÇAMENTO SOCIAL NA IMPRENSA ITALIANA.....</b>	<b>22</b>
1.1. A COMUNICAÇÃO DISCURSIVA E AS VOZES SOCIAIS .....	22
1.2. O ENDEREÇAMENTO SOCIAL E OS JORNAIS ITALIANOS .....	28
1.2.1. <i>O Operario: de operários para operários.....</i>	<i>29</i>
1.2.2. <i>L'Eco del Popolo: um eco de vozes sociais.....</i>	<i>36</i>
1.2.3. <i>Un Fiore, Il Martello, La Voce del Cuore, Roma e Fieramosca: de italianos para italianos .....</i>	<i>45</i>
<b>CAPÍTULO II – IMPRENSA ITALIANA: ESPAÇO VIRTUAL DE ENCONTRO.....</b>	<b>57</b>
2.1. ENCONTROS CONFLITUOSOS: NOVOS ATORES EM CENA, O CIDADÃO E O TRABALHADOR .....	60
2.1.1. <i>A voz do cidadão .....</i>	<i>60</i>
2.1.2. <i>O Operario: a encenação das relações conflituosas no mundo do trabalho local .....</i>	<i>66</i>
2.2. ENCONTROS COMUNS.....	73
<b>CAPÍTULO III – A IMPRENSA ITALIANA: ESPAÇO DE DISCURSO E PRÁTICA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL.....</b>	<b>87</b>
3.1. O USO DE MARCADORES: DISPOSITIVOS DO DIZER NA ELABORAÇÃO DO DISCURSO IDENTITÁRIO .....	90
3.1.1. <i>O critério lingüístico .....</i>	<i>91</i>
3.1.2. <i>O critério étnico.....</i>	<i>94</i>
3.1.3. <i>O critério simbólico.....</i>	<i>99</i>
3.1.3.1. <i>A festa nacional: a festa da família nacional .....</i>	<i>99</i>
3.1.3.2. <i>Roma: a cidade eterna.....</i>	<i>100</i>
3.1.3.3. <i>O panteão dos heróis nacionais: novos heróis para um novo país .....</i>	<i>102</i>
3.2. O DISCURSO IDENTITÁRIO E AS PRÁTICAS DE VIVÊNCIA SOCIAL: DILEMAS E CONFRONTOS .....	103
3.3. NARRATIVAS DA IDENTIDADE ITALIANA .....	116
3.3.1. <i>Os jornais e as narrativas identitárias italianas.....</i>	<i>116</i>
3.3.2. <i>A polifonia, a identidade imaginada e a hibridação .....</i>	<i>123</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>



## **A imprensa italiana em terra estrangeira**

Este trabalho parte da surpreendente presença de uma imprensa italiana no Brasil, com maior destaque a partir da segunda metade do século XIX. Surpreendente não somente pela própria existência da mesma em solo brasileiro, na maioria das vezes escrita em italiano, mas, principalmente, pela quantidade de títulos e a variedade de enfoques. A maior parte dessa imprensa italiana teve seus dias de glória no período conhecido por "grande emigração" (nos últimos anos do século XIX até os anos 20 do século XX). Dentre os jornais editados nesse período, destacamos os produzidos em Belo Horizonte, entre os anos de 1900 a 1920, que se constituem em objeto de nosso trabalho.

Através desses jornais buscamos pela inserção social dos italianos na cidade. O período da história da cidade nos sugere uma duplicidade de inícios: o começo da própria cidade, recém-construída, e o das relações entre pessoas situadas em meio à novidade do começo de uma nova vida social. Os italianos, em meio a esse cenário novo, também buscaram se inserir nas relações sociais nascentes. Uma das formas utilizadas para promover e integrar projetos determinados de como deveriam se dar essas relações sociais foi através da criação e da manutenção de uma imprensa italiana local. Grupos diferenciados no interior da “colônia” italiana queriam ver, através de seus jornais, seu projeto de inserção social efetivado e compartilhado pela maioria dos italianos moradores de Belo Horizonte. Os jornais, nesse sentido, efetivaram a conversação social entre os italianos.

## **A imprensa italiana no Brasil**

A imprensa foi oficialmente introduzida no Brasil em 1808 com a transferência do Estado português para o Brasil. Romperam-se assim antigas restrições às quais a Colônia estava submetida. Restrições econômicas, político-administrativas, entre as quais vigorava a proibição da imprensa no Brasil. Houve a necessidade de serem executados os serviços da administração real. Com esse intuito foi criada a Imprensa Régia. Essa abriu caminho para a criação do primeiro jornal editado no Brasil, a “*Gazeta do Rio de Janeiro*”, com a primeira edição saindo em 10 de setembro de 1808<sup>1</sup>. Esse jornal funcionou como órgão oficioso da

---

<sup>1</sup> Há uma controvérsia em torno do que seja o primeiro jornal brasileiro. Antes da edição da *Gazeta do Rio de Janeiro*, já circulava, editado em Londres, o *Correio Brasiliense*, de José Hipólito Costa. Esse teve sua primeira edição em 01/06/1808, circulando até dezembro de 1822. Logo após a Independência, seu fundador deu por

administração portuguesa no Brasil. O nosso primeiro jornal surge em resposta a uma demanda político-administrativa do Estado em “comunicar” suas resoluções aos seus súditos.

Ao longo do século XIX, vários outros jornais surgiram. Em alguns momentos foram veículos privilegiados de causas que ganharam todo o país. Exemplo disso foi o Movimento Abolicionista e a imprensa que se constituiu como seu porta-voz em várias províncias do Brasil.

Uma parte da jovem imprensa produzida no Brasil, no final século XIX e início do século XX, se refere à imprensa produzida por imigrantes estrangeiros. Esse fenômeno se verifica com mais ênfase no período chamado da "grande emigração" (a partir dos anos 70 do século XIX até os anos 20 do século XX). Nos limites dessa periodização, entre os anos de 1880 a 1924, mais de 3.600.000 emigrantes entraram no Brasil. Destes, 38% eram constituídos por italianos, percentagem que sobe para 57,4% quando se examina o período entre 1880-1904. Em segundo lugar, temos os portugueses, a seguir, os espanhóis e alemães. Nesse período, o Brasil se posicionou como terceiro colocado em número de imigrantes recebidos, ficando atrás de Estados Unidos (cinco milhões entre 1875 e 1913) e Argentina (2.400.000)<sup>2</sup>.

Esse período da "grande imigração" alimentou a produção de um número considerável de publicações de todo gênero e de vários matizes políticos (CENNI, 1975; TRENTO, 1988). Esse era um fenômeno sem barreiras nacionais entre os imigrantes. Houve publicações feitas por italianos, alemães, espanhóis e portugueses, basicamente, os grupos mais representativos no volume total de imigração. Trento (1988) afirma que eram em número considerável as associações e escolas ligadas aos imigrantes italianos, mas que o

verdadeiro elemento de surpresa é representado pelo incrível número de jornais e revistas em língua italiana publicados no Brasil entre 1880 e 1940 e, sobretudo, entre 1885 e 1920. Elemento de surpresa porque a variedade de títulos presentes pressupunha um público que, na realidade, não existia. De fato, apesar do elevado número de italianos residentes no Brasil, em sua grande maioria tratava-se de analfabetos ou semi-analfabetos, e, de qualquer modo, de pessoas cujo horário de trabalho ou cujos compromissos eram tão pesados que não lhes permitiam qualquer tipo de aproximação com os jornais, tanto em língua italiana quanto em português. Apesar disso, em 1907, só nas bancas de São Paulo encontravam-se cinco diários – *Fanfulla*, *La Tribuna Italiana*, *Il Secolo*, *Avanti!* e *Corriere d'Italia* – e uma dezena de semanários (TRENTO, 1988:184).

---

encerrada sua tarefa. Durante todo o tempo de circulação o *Correio* foi editado na Inglaterra. O *Correio* foi proibido pelas autoridades portuguesas. Sobre esse assunto ver BAHIA (1990) e MELO (2003).

<sup>2</sup> Dados citados por Trento, do levantamento feito pelo pesquisador Corte. CORTE, P., *L'Italia all'Estero*. nell'Ultimo decennio, Roma: 1929.

É esse quadro surpreendente que nos interessou. Duas pesquisas abordam, mais especificamente, o grau de efervescência da imprensa italiana. A pesquisa, realizada por Trento (1988), rastreia o número de publicações italianas feitas no país entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O autor pontua a dificuldade de estabelecer o número exato de publicações em todo o Brasil, entre 1870 e 1940, porque de algumas delas não haveria mais vestígio<sup>3</sup>. Brianni (citado por TRENTO, 1988)<sup>4</sup> apresenta, com base em cálculos aproximativos, a existência de 170 títulos, entre 1880 e 1920, 140 ou 150 dos quais em São Paulo. Esses dados, no entanto, estariam subestimando o alcance do fenômeno pois, conforme diz o Trento (1988), baseando-se em documentação direta ou indireta, houve

quase 500 publicações entre diários, semanários, quinzenários, mensários, números únicos e almanaques, desde as origens até 1940. Dessas 295 na cidade de São Paulo e outras 40 nos interior do Estado, 64 no Rio de Janeiro, 53 no Rio Grande do Sul, 4 em Santa Catarina, 10 no Paraná, 3 no Espírito Santo, 4 no Pará, 4 em Minas Gerais, 3 na Bahia e 1 em Pernambuco (TRENTO, 1988: 185)<sup>5</sup>.

Já a pesquisa de Ferreira (1988), rastreando a imprensa operária no Brasil do último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, encontrou 378 títulos espalhados pelo Brasil. Desse total, 60 foram editados em idioma estrangeiro, sendo que, destes, 55 em italiano, o que se explicaria pela majoritária posição dos imigrantes italianos no quadro geral da imigração e, principalmente, pela majoritária presença dos italianos na organização do movimento operário no Brasil. A autora ressalva ainda que muitos dos jornais operários foram editados em português por imigrantes estrangeiros o que ampliaria mais ainda a participação italiana no quadro geral da imprensa operária produzida no Brasil<sup>6</sup>.

Para os pesquisadores Trento (1988), Cenni (1975) e De Boni (1990), a história da imprensa italiana produzida no Brasil começou antes do período da "grande imigração". Embora haja controvérsias sobre a existência dos dois primeiros jornais apresentados pelos

---

<sup>3</sup> Digno de nota é que para o caso de Belo Horizonte o mesmo não ocorreu, graças aos esforços do trabalho metódico realizado por Joaquim Nabuco Linhares. Este nos legou um acervo inestimável da história da imprensa em Belo Horizonte do qual felizmente fazem parte as publicações feitas pelos imigrantes italianos.

<sup>4</sup> BRIANI, V. Profilo della Stampa italiana in Brasile dagli Esordi agli Inizi del senza in Brasile. In: MASSA, G. (org.) *Contributo alla Storia della Presenza italiana in Brasile*. Roma, Istituto Italo-Latino Americano, 1975.

<sup>5</sup> Chama a atenção a presença de jornais italiano em regiões onde a colônia italiana era pouco extensa, como era o caso do Pará, Bahia e Pernambuco. Os jornais poderiam ser vistos como elementos de aglutinação social dos imigrantes e canais de mediação de sua diversidade cultural frente a um conjunto maior, representado pelos nativos.

<sup>6</sup> Em nenhuma das listagens apresentadas por esses dois estudos os jornais italianos que formam o *corpus* documental de nossa pesquisa se acham relacionados.

pesquisadores<sup>7</sup>, esses afirmam que o primeiro jornal em italiano, no Brasil foi *La croce del Sud*, de responsabilidade de Giovan Francesco di Gubbio e Anselmo Da Crotelvetrano, ambos franciscanos, em 1765<sup>8</sup>. Era uma publicação de cunho religioso e que teve curta duração. O segundo jornal italiano surgiu no Rio de Janeiro, em 1836. Tratava-se do *La giovane Italia*, cujo redator principal era Rosseti, republicano engajado nas lutas pela unificação italiana e participante, no Brasil, dos eventos da Guerra dos Farrapos, ao lado do seu compatriota, Guiseppe Garibaldi. Após esses dois primeiros, tendo posição de destaque, antes da fase de apogeu da imprensa italiana quando do período da grande imigração, está o *Iride Italiana*. Era um jornal “com intentos literários para reforçar os laços culturais entre a Itália e o Brasil” (TRENTO, 1988: 184).

Destes primeiros jornais até o grande número verificado quando da “grande imigração” não houve um período de interrupção, surgindo jornais, principalmente no Rio de Janeiro. Não há, pois, novidade na existência de jornais italianos em solo brasileiro. O que nos chama atenção é, com certeza, o considerável número dos mesmos no período da “grande imigração”.

A partir de Trento (1988) e Ferreira (1988) podemos esboçar um quadro das características da imprensa italiana realizada no Brasil para o período em destaque Assim, quanto aos conteúdos das publicações da imprensa colonial<sup>9</sup>, Trento (1988) afirma se tratar de

bem pouca coisa (grifo nosso): pequenas notícias, fatinhos, curiosidades, fofocas, folhetins (produção tanto italiana quanto de intelectuais imigrados no Brasil), propaganda de firmas e lojas (de compatriotas, na maioria das vezes) (TRENTO, 1988: 186).

Tratava-se, portanto de conteúdos relacionados com o cotidiano dos imigrantes: as vicissitudes do dia-a-dia; a luta pela sobrevivência; mas, também, as festas, as fofocas - o lado lúdico da vida.

---

<sup>7</sup> Segundo Trento (1988), Antonio Piccarolo em sua obra *Gli italiani nel Brasile* afirma que o primeiro jornal foi o *Iride Italiana* editado no Rio de Janeiro em 1854. Dos dois jornais apresentados, como sendo os dois primeiros não há comprovação documental, apenas citação indireta.

<sup>8</sup> Por falta de maiores referências sobre o jornal não foi possível precisar se ele foi manuscrito ou impresso.

<sup>9</sup> Estamos seguindo uma classificação utilizada pela imprensa italiana para se auto-denominar, no Brasil. A imprensa era chamada colonial quando se declarava como voltada para a colônia italiana de alguma localidade ou mesmo de um estado brasileiro, caso dos jornais *Fieramosca* e *Roma*. Esses dois jornais se endereçavam à colônia italiana do estado de Minas Gerais. A outra classificação refere-se à imprensa operária, escrita em italiano ou não, endereçada aos trabalhadores tomados enquanto classe. O critério de nacionalidade desses trabalhadores não era o referencial para definir o público-alvo dos jornais. Dentre os jornais trabalhados, o jornal *O Operario* é o representante desse grupo.

Em boa parte dos jornais quase se falava exclusivamente da Itália, com base em notícias de agências ou simplesmente copiando literalmente os jornais da Itália. Isso por dois motivos: por dificuldades financeiras ou por escolha própria dos redatores. Não era raro haver também interesse pelos acontecimentos relativos à colônia italiana, mas esses se limitavam à “crônica mundana ou às comemorações patrióticas” (TRENTO, 1988: 186).

Essa imprensa italiana revelava a diversidade de sua matriz ideológica o que levou a rivalidades e contrastes que ganhavam, muitas vezes, um teor inflamado, inclusive no interior de um mesmo segmento social da colônia. Poucas ocasiões foram capazes de superar essas divergências de cunho político entre os colonos. Numa dessas ocasiões, viram-se essas divergências superadas em prol de um objetivo comum: elas se referiam às denúncias das “pequenas e grandes injustiças, individuais e coletivas, sofridas pela imigração peninsular” (TRENTO, 1988: 187).

Essas divergências entre os colonos e a própria situação de imigrantes nos ajuda a entender por que a política se constituía num tema delicado. Isso teria acontecido indiscriminadamente entre jornais de cunho conservador e nos jornais de caráter progressista. Caso divergente foi a postura dos jornais operários que tinham na política seu foco central, seja nas tendências socialistas, anarquistas ou anarco-sindicalistas. Esses jornais operários destacavam a questão social e as condições de organização dos trabalhadores. Era muito comum se criarem jornais para cada liga, sindicato ou união que os imigrantes organizavam. Muitos dos editores/redatores desses jornais eram imigrantes deportados do seu país de origem por motivos políticos. Dentre esses figuram muitos imigrantes italianos. A curta duração dos jornais por problemas financeiros, a perseguição por parte do Estado e a falta de regularidade na distribuição eram problemas comuns enfrentados pela imprensa operária como um todo, incluindo a italiana. Segundo Ferreira (1988), havia uma diferença perceptível entre os jornais operários frente aos demais. Exemplo disso era o tratamento da notícia, que tinha “caráter processual, recuperando e analisando os fatos” (FERREIRA, 1988: 21).

O quadro da imprensa em língua italiana, por ser vasto, abria espaço não só para as diferentes correntes ideológicas, mas “a qualquer tendência, interesse ou simplesmente capricho existentes na colônia” (TRENTO, 1988: 188). Assim, houve jornais dirigidos a um público de uma região geográfica da Itália, jornais que forneciam informação de caráter econômico, numerosas folhas humorísticas, jornais voltados para mulheres e crianças, jornais de esportes, jornais maçônicos, etc. Acontecia de um periódico surgido com um determinado objetivo acabar se transformando em algo diferente (às vezes bem diferente, como de uma

folha humorística para um jornal de denúncias). Entre essas mudanças se verificou, inclusive, o que não era raro, a troca de linha política.

As dificuldades financeiras constantes, o pequeno número de leitores, a duplicação de notícias acabaram fazendo com que a vida dos jornais fosse de curta duração. Isso se manifestou na presença dos mesmos nomes chefiando vários jornais em épocas sucessivas. Os jornais viviam “suspensos entre a vida e a morte” (TRENTO, 1988: 190), isso se confirmava indiretamente na tiragem reduzida de cada jornal<sup>10</sup>.

## **A imprensa em Belo Horizonte**

O surgimento da atividade jornalística no então arraial de Belo Horizonte se deu com a produção do jornal *Bello Horizonte*, lançado em sete de setembro de 1895 pelo padre Francisco Martins Dias. A partir desse primeiro jornal, vários outros se formaram com variados matizes e formatos, “expressando o amálgama social que se forjava no processo de nascimento da cidade” (CASTRO, 1997: 20). A presença de variados jornais foi prática disseminada na cidade. Apareceram jornais políticos, literários, humorísticos, associativos; jornais de italianos, árabes, de operários, de estudantes; eram boletins de blocos carnavalescos, de grupos religiosos. Segundo Castro (1995), o número de jornais italianos que foram editados na cidade era um indicativo dessa prática disseminada. A imprensa criada, múltipla em suas formas e temáticas, construía distintas imagens da cidade, dos seus moradores e do cotidiano.

Castro (1997) apresenta algumas das características dessa primeira imprensa em Belo Horizonte. Com base nas pesquisas sobre a imprensa italiana no Brasil (TRENTO: 1988; FERREIRA: 1988; CENNI: 1975) para o mesmo período, percebemos, de maneira geral, serem estas as mesmas encontradas na imprensa italiana no Brasil. O primeiro traço marcante foi sua efemeridade. A grande maioria dos jornais encerrava sua publicação poucos meses após seu lançamento. Castro (1997) aponta que esse traço marcante dos primeiros vinte anos da história da imprensa na cidade levou Linhares a assinalar que os jornais eram acometidos pelo “mal de umbigo” que atacava os recém-nascidos, uma vez que os mesmos não passavam da fatídica barreira do terceiro número, não conseguindo, portanto, exorcizar a “caveira de burro” que havia sido enterrada no terreno da imprensa local (CASTRO, 1995:25). Como a

---

<sup>11</sup> A tiragem média era de cerca de 1700 exemplares excluindo os dois maiores jornais de São Paulo. Mas essa média ocultava a situação desigual por parte dos jornais. Sete em treze jornais tinham a tiragem de menos de mil exemplares (TRENTO, 1988).

cidade sofreu de falta de dinamismo econômico na primeira década, não havia oferta e demanda de serviços e mercadorias que pudessem utilizar a propaganda para sua divulgação. Sendo assim, os jornais eram lançados por “obra e graça” de seus proprietários ou dependiam, muitas vezes, de subscrições de correligionários e partidários de sua opinião para garantir a existência dos mesmos (VAZ, 1997: 51).

Ao analisar a “grande imprensa” de Belo Horizonte, no período de 1895 a 1926, Castro (1997) apresenta pontos em comum dessa com os demais jornais editados na cidade. O primeiro deles foi a efemeridade, já comentada. Outro traço comum foi a presença das crônicas que apareceriam nos periódicos das mais diversas categorias. Essa presença revela que o discurso jornalístico era construído, sobretudo, pelo cronista que tematizava a vida cotidiana, dando visibilidade a acontecimentos, especialmente os relacionados aos costumes e à política. Nas crônicas, muitas vezes, o tom era de crítica, ironia e denúncia da ação repressiva sobre os mais pobres e operários, como no caso do jornal *O Operário* (pertencente ao nosso *corpus* documental).

Nessas crônicas, uma cidade era tematizada e recriada num movimento contínuo do ir e vir do fazer social cotidiano. Belo Horizonte, até a primeira década do século XX, era vivida pelos seus habitantes numa dinâmica, não apenas material, mas como o lugar da produção social da vida, fabricada, cotidianamente, entre dramas e alegrias que compõem o existir humano em sociedade.

As diferenças verificadas entre a “grande imprensa” praticada na cidade e os demais jornais, segundo Castro (1997), se prendiam a aspectos ligados à maior tiragem e ao maior formato; aos conteúdos mais diversificados; à periodicidade diária; às notícias nacionais e internacionais recebidas via telégrafo; ao uso de transcrição ou citação de notícias de outros jornais nacionais ou mesmo internacionais e, o que para autora era o traço distintivo desse tipo de imprensa: ao “profissionalismo buscado na produção dos jornais” (CASTRO, 1997: 23). Um dos indicadores da expressão desse profissionalismo era o espaço reservado regularmente para a publicidade. O que mostrava a percepção de que a “(...) a imprensa não poderia por muito tempo sobreviver de caprichos, aptidões inatas e ideologias pessoais” (CASTRO, 1997: 23). Ao observarmos a caracterização feita por Castro (1997) identificamos os elementos propostos em pelo menos dois jornais que pertencem à imprensa italiana que foi praticada na cidade entre 1900 a 1920: no *L'Eco del Popolo* e no *Fieramosca*.

A conformação inicial de Belo Horizonte se vê delineada numa aglomeração anônima, heterogênea. Funcionários públicos ouro-pretanos obrigados a se mudar para Belo Horizonte, imigrantes estrangeiros e pessoas vindas do interior de Minas que, assim como os

imigrantes, vieram atrás de uma nova vida. Todos, de uma forma mais ou menos incisiva, desterrados, estrangeiros.

Num contexto de fragilidade das relações sociais, numa cidade que se construía desenhada por uma nova feição urbana e social, segundo Castro (1997: 33), era nos jornais que os grupos sociais se tornaram visíveis a toda a população, demarcando seu lugar no espaço social e urbano de Belo Horizonte. De acordo com essa análise, os jornais funcionariam, na expressão de Davis (citado por CASTRO, 1995)<sup>12</sup> como “mensageiros de relações” Nesse cenário, a imprensa adquiriu a importante função de

(...) potencialização das vozes, estreitamento de laços, criação de identidade e possibilidade de visibilidade pública aos interesses, aspirações e desejos de indivíduos e grupos que se radicam no espaço da nova cidade (CASTRO, 1997:33).

Essa afirmativa da autora prenuncia as funções que os jornais da imprensa italiana em Belo Horizonte se outorgam nesse contexto social, onde o “novo” era a tônica principal.

## **A imprensa italiana em Belo Horizonte (1900-1920)**

### **Os italianos em Belo Horizonte**

Belo Horizonte foi erigida sob a égide de um projeto modernizante-conservador encabeçado pelas elites que acabavam de instaurar o regime republicano no Brasil. Para a elite republicana mineira, a nova capital deveria ser o símbolo da nova organização sócio-política que desejavam implantar. A velha Ouro Preto representava o Império e o que deveria ser superado. Apesar da proposição da novidade inserida no projeto republicano, que de todo não era monolítico, o que aqui é referido foi o que se tornou vencedor, poucas foram as mudanças na realidade social brasileira (CARVALHO, 1987).

O processo de formação de uma cidade voltada para os princípios vigentes no final do século XIX, racionalidade e progresso, os desejados valores modernos, pressupunha a segregação de elementos indesejáveis. Era necessário, então, se fazer uma “toalete social” (SALGUEIRO, 2001). Dessa forma, vemos a população nativa do antigo arraial ser afastada do local onde morou. Aos que trabalharam na construção, representados, majoritadamente, por trabalhadores italianos, não foi “reservado” um lugar na planta ordenada da cidade. Restou a eles refugiar-se na área suburbana, dando origem a núcleos populosos, erguidos entre cafuas e

---

<sup>12</sup> DAVIS, N. Z. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.



barracões, já nos primeiros anos da capital, como são exemplos os bairros Lagoinha, Barro Preto e Calafate.

Para a execução das obras de construção da nova capital do estado, foi adotado o recrutamento de mão-de-obra imigrante através de uma política de imigração patrocinada pelo governo, o que acompanhava uma tendência do país no final do século XIX. Essa política se destinava à formação de núcleos agrícolas no interior do Estado e, em Belo Horizonte, ao movimento de elementos para a construção da capital, cuja arquitetura rebuscada exigia mão-de-obra qualificada. Anastásia (1990) afirma que a corrente imigratória que preponderou, indiscutivelmente, foi a italiana. Entre 1894 e 1901, dos 52.582 imigrantes que chegaram a Minas Gerais, 89% (47.096) eram italianos (ANASTASIA, 1990:222).

Nos estudos sobre a construção da cidade, há referências contínuas aos trabalhadores de origem italiana e nos estudos sobre a organização da classe operária no início da história da cidade também existe a referência à influência dos mesmos (LE VEN, 1974; DUTRA, 1988; SOMARRIBA, 1984). As primeiras formas de organização dos trabalhadores na capital foram impulsionadas pelos italianos. Assim foi com a constituição da Sociedade Operária Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro em 1897, da Liga Operária, e do seu órgão de divulgação, o jornal *O Operario*, em 1900. Numerosos, em comparação ao conjunto dos trabalhadores da cidade, os imigrantes italianos representavam mais da metade desse contingente durante os trabalhos de construção da nova Capital. Durante o período em estudo, a sua presença nas manifestações e a liderança dos trabalhadores na cidade continuaram. Na primeira greve de trabalhadores ocorrida em Belo Horizonte em 1912, a dos operários da construção civil, estavam presentes como participantes e líderes. Foi uma greve vitoriosa, conseguindo a fixação da jornada de oito horas de trabalho, que foi estendida a todos os estabelecimentos fabris da cidade (DUTRA, 1988:117).

Ao lado do jornal *O Operario* encontramos outros, editados por pessoas da “colônia” italiana de Belo Horizonte. Esses jornais se constituem em privilegiado registro da presença dos imigrantes italianos na cidade e das variadas interações sociais nas quais estavam inseridos.

## **A imprensa italiana em Belo Horizonte**

Os jornais editados por italianos, em Belo Horizonte, são o nosso objeto de pesquisa. Integrantes dessa variada e vasta imprensa italiana no Brasil atestam, a presença não silenciosa dos italianos na cidade recém-criada. Nosso *corpus* documental se refere a todos os

exemplares de jornais italianos compreendidos no período entre 1900-1920. Delimitamos nosso trabalho ao cenário dos primeiros vinte anos da história da presença italiana em Belo Horizonte, pois queríamos cobrir o período de nascimento da cidade e das relações sociais que nela se estabeleceram. Especificamente, buscamos pela inserção social dos imigrantes italianos em uma nova cidade. Consideramos que o período de vinte anos é apropriado para tal estudo. Já na década de vinte, a cidade apresentava contornos sócio-culturais mais definidos, não mais um contexto de “terra das esperanças” dos primeiros anos, espaço pensado enquanto prenhe de possibilidades de novas inserções sociais, principalmente para as minorias, quer sejam trabalhadores, quer sejam imigrantes.

Os exemplares trabalhados pertencem à Coleção Linhares, acervo atualmente de posse da UFMG. Essa coleção foi o fruto do trabalho de Joaquim Nabuco Linhares, que colecionou exemplares de jornais, revistas, boletins e panfletos que circularam por Belo Horizonte no período de 1895 a 1954. Além de colecioná-los, Linhares produziu um catálogo dos mesmos, onde relatou informações gerais como propriedade, formato, tiragem, periodicidade, duração etc. Ao todo são 839 títulos que foram resenhados. Sete títulos<sup>13</sup> compõem o nosso *corpus* documental. São eles: *O Operario*, *Un Fiore*, *Il Martello*, *La Voce del Cuore*, *L'Eco del Popolo*, *Roma* e *Fieramosca*.

Esses títulos, como a maioria dos jornais editados em Belo Horizonte no período, tiveram vida curta e uma tiragem modesta. A única exceção fica por conta do jornal *Fieramosca*, jornal bissemanário, que cobriu o período de 1916 a 1921. Segundo Linhares, uma façanha digna de menção especial. Trabalhamos com dez edições (entre 1916 a 1920),

---

<sup>13</sup> Existem, ainda, outros seis títulos pertencentes à imprensa italiana na cidade para períodos posteriores ao desse trabalho. Esses seis títulos de jornais italianos identificados por Linhares são:

- *Araldo Italiano* - Linhares não pôde identificar a data do encerramento do jornal. O primeiro número saiu em 22/07/1923 sob a direção de Tolentino Miraglia;
- *La Voce Coloniale* - Linhares não conseguiu identificar a data do encerramento desse, jornal também. O primeiro número saiu em 10/07/1924 sob a direção do professor Vincenzo Cappiello;
- *La Squilla* - jornal de tendência fascista, cujo diretor e proprietário era sr. Giulio Buoncompagni. Circulou entre os anos de 1926 e 1927. Linhares não precisou a data do primeiro e nem do último número.
- *Voce Latina* - Dirigido pelo sr. Ettore Corriere. Iniciou seus trabalhos em 09/06/1926 e encerrou-os em 06/11/1927;
- *Italia Nuova* - Linhares o identifica como “órgão oficial do fascismo”. O primeiro número saiu em formato de revista em 25/09/1928 tendo como redator-chefe o dr. Antonio D' Ângelo e o gerente o sr. Giulio Buoncompagni. Em formato de jornal, tinha na direção o sr. Aureliano Nochi. Finalizou seus trabalhos em 1929.
- *L' Arrotino Coloniale* - Linhares não conseguiu identificar a data do primeiro número. O segundo saiu em 13/11/1937. Segundo Linhares, publicou entre cinco ou seis jornais. Os responsáveis eram G. Amassapane, A. Tagliastoffe, B. Tagliapelle.

que possui a Coleção Linhares. Não dispomos de dados sobre sua tiragem <sup>14</sup>. Foi editado em dois formatos (40x28 cm, com quatro páginas e 49,5x 33,5 cm, também, com quatro páginas). Ao longo dos seus cinco anos de vida teve três diretores responsáveis: os senhores M. Di Giacomo, G. Banducci e Ettore Corrière.

*O Operario* não foi considerado por Linhares (1995) um jornal da imprensa italiana. Esse jornal, ao contrário dos demais, era escrito em português <sup>15</sup>, foi incorporado ao conjunto dos jornais da imprensa italiana, objeto de nosso estudo, uma vez que, como bem salientou Linhares, “o elemento nacional da Liga Operária era quase nulo, preponderando o italiano, em percentagem esmagadora, para bem dizer absoluta“ (LINHARES, 1995:75-76). Dutra (1988) também confirma a preponderância do elemento italiano na Liga Operária e nas subscrições que sustentavam o jornal. Esse jornal nos dá a dimensão da ativa participação dos imigrantes na organização dos trabalhadores em Belo Horizonte, nas duas primeiras décadas do século XX.

O primeiro número do jornal saiu no dia 29 de julho de 1900, resultado de deliberação tomada numa reunião, em 15 de julho de 1900, da qual surgiu a Liga Operária e o seu jornal de propaganda: *O Operario*. Esse jornal tinha como base ideológica o socialismo reformista. Esse número foi dirigido por uma comissão composta por operários e não-operários, dos quais faziam parte, Donato Donati, Francisco Diogo de Vasconcelos, Marcos Rios <sup>16</sup> e outros. Os outros dois números editados foram da responsabilidade do presidente da Liga e de uma comissão executiva. Teve vida curta, como muitos outros jornais da cidade, por problemas financeiros e dificuldades na organização da Liga Operária. Circulou até o número cinco. Era publicado no primeiro e no terceiro domingos de cada mês. A tiragem era de 1000 exemplares em formato de 24x 18 cm, com quatro páginas.

*O Un Fiore*, editado em 1900, “um pequeno jornal”, como se caracterizou, saiu no formato de 11x 8,5 cm. Foram oito edições das quais a Coleção possui apenas o primeiro número. A edição era dominical e a tiragem de 100 exemplares. Os quatro primeiros eram em italiano e os outros quatro em português. Seu proprietário, Carlo Massoti, construiu o prelo de madeira no qual foi impresso. A direção do jornal ficou a cargo de Julio Buoncompagni que foi, também, o diretor proprietário de dois outros jornais da imprensa italiana: *Il Martello* e *La Voce del Cuore*.

---

<sup>14</sup> Todas as informações referentes aos jornais foram obtidas através das resenhas feitas por Linhares (1995). Ver LINHARES (1995).

<sup>15</sup> Exceto o jornal *O Operario* e os quatro últimos números do *Un Fiore* escritos em português, os demais jornais trabalhados foram escritos majoritariamente em italiano.

<sup>16</sup> O segundo e terceiro eram estudantes de Direito segundo Linhares (1995).

O *Il Martello* teve apenas uma edição, que saiu em 27 de julho de 1902, no formato de 15x 10 cm com quatro páginas. Sua tiragem era de 100 exemplares.

O *La Voce del Cuore*, publicação quinzenal, teve a sua primeira edição datada de 24 de agosto de 1902. Publicou três números, dos quais a Coleção possui o número três. A tiragem era de 100 exemplares. Tinha o formato de 14,5x 10 cm, com quatro páginas.

O *L'Eco del Popolo* publicou quatro números, em 1905. O primeiro saiu em 28 de maio de 1905. A Coleção possui os quatro exemplares. Teve como diretor o engenheiro Giuseppe Scutari, segundo Linhares (1905), um socialista em evidência no momento. A publicação era semanal, aos sábados. O formato era de 42x 27,5 cm, com quatro páginas. A tiragem era de 500 exemplares. Linhares (1995) não soube apontar os motivos de seu desaparecimento.

O *Roma* publicou o primeiro exemplar em 1910. Linhares (1995) informa que teve pouca duração, mas não foi capaz de precisar a época do desaparecimento do jornal. A coleção possui os três primeiros números. A primeira edição saiu no dia 20 de setembro de 1910, comemorando a data nacional da Itália. A direção ficou a cargo de Alfonso Salimei. A publicação era anunciada como semanal, mas não manteve a regularidade. Sua tiragem era de 200 exemplares e o formato de 45,5x 32 cm.

## **Estudando a imprensa italiana local**

Tomando como ponto inicial da pesquisa a presença de uma imprensa italiana em Belo Horizonte e como *corpus* documental sete títulos dessa imprensa, buscamos, nos jornais, pela inserção social dos italianos na cidade. O período da história da cidade nos sugere uma duplicidade de inícios. O começo da própria cidade, recém-construída e o das relações entre as pessoas situadas em meio à novidade do começo de uma vida social nova. Os italianos, em meio a esse cenário, também se inseriram nas relações sociais nascentes. Uma das formas utilizadas para promover e integrar projetos de normatização dessas relações sociais foi através da criação e da manutenção de uma imprensa italiana local.

No primeiro capítulo, partindo da visão de que o processo comunicativo é elemento instaurador da vida social, e de que ele se constitui num fluxo contínuo de falas sociais e sentidos, buscamos pelo que orientou o projeto discursivo dos jornais da imprensa italiana, o seu endereçamento social. Isso equivale a dizer que procuramos pelos interlocutores, as vozes sociais mais salientes, que estavam em ação a partir do ponto do fluxo

comunicativo no qual os produtores dos jornais se inseriram. A partir dessas vozes sociais pré-existentes (o supradestinatário) reconhecidas pelos jornais é que foi iniciado o discurso dos mesmos, posicionando-os enquanto interlocutores. Nessa interlocução já estava presente o destinatário da comunicação discursiva instaurada. Isso porque o enunciado/discurso é sempre endereçado a alguém. Essa presença social é um traço constitutivo de todo enunciado. Em qualquer enunciação está presente um trio: o supradestinatário, o autor/falante e o destinatário, no nosso caso, o leitor. Esse endereçamento social definiu de antemão a “intenção discursiva”, ou projeto discursivo, dos jornais italianos. Isso porque as vozes sociais presentes na enunciação iniciada são produzidas a partir das injunções dadas pela inserção social dos interlocutores. É na trama da vivência das situações mais imediatas e dos contextos mais gerais que os enunciados são produzidos. A resolução dessa trama social se faz na forma de projetos de inserção social, que, no caso estudado, são projetos desenvolvidos discursivamente. A partir do projeto discursivo de cada jornal é que temas, enfoques, e, principalmente, as funções sociais que os jornais se outorgaram foram definidas.

Nesse sentido é que apresentamos os endereçamentos sociais dos sete títulos trabalhados. Buscamos pelos supradestinatários mais salientes nos enunciados/discursos dos jornais e pelos seus destinatários expressos e subentendidos. Ao final, os jornais nos revelaram três formas diferenciadas de endereçamento social, definidas em torno do *O Operario*, do *L'Eco del Popolo* e dos jornais *Roma*, *Fieramosca*, *La Voce del cuore* e *Il Martello*.

No segundo capítulo, situado o endereçamento social de cada jornal, nos detivemos sobre uma das funções sociais assumidas pelos jornais, a qual nos revelou a forma de inserção social desejada pelos produtores dos jornais para os italianos na cidade. Os jornais se constituíram em espaço virtual de encontro de dois tipos: encontros conflituosos e comuns. Como espaço para os encontros conflituosos, acolheu demandas sociais enunciantes da luta pela efetivação de uma cidadania ampliada, que abarcasse todos os moradores da cidade num contexto sócio-histórico extremamente desfavorável para tal visão de cidadania. Ainda acolhendo encontros conflituosos, temos, no jornal *O Operario*, o acolhimento das demandas trabalhistas dos operários locais. Em ambos os casos, a publicização dessas demandas possibilitou a constituição de espaços públicos ampliados para as mesmas.

Como espaço para encontros comuns, ordinários, da vivência cotidiana, os jornais nos apontam um projeto de socialização em curso. Uma proposta de socialização foi realizada ao acolher e selecionar as manifestações de um determinado tipo de sociabilidade que se queria ver implantada na “colônia” italiana de Belo Horizonte. Sob a ótica da harmonia social

e da solidificação de laços de pertencimento a uma comunidade italiana pensada como homogênea é que as interações sociais deveriam ser desenvolvidas

No terceiro capítulo, trabalhamos com outra função social assumida pela maioria dos jornais da imprensa italiana local: a construção de uma identidade italiana para os italianos da cidade. Essa segunda função foi percebida enquanto pertencente à orientação geral do projeto discursivo dos jornais de normatização da inserção social dos italianos. Além de organizar essa inserção no âmbito das relações micro-sociais, através de uma sociabilidade definida, era necessário organizá-la no âmbito das relações macro-sociais. Sendo assim, os jornais italianos, principalmente os da imprensa colonial, se constituíram em espaço de discurso e prática de uma identidade nacional. A constituição de uma identidade italiana foi o recurso acionado para orientar a vida social dos italianos, situados em um contexto onde os produtores dos mesmos percebiam as dificuldades advindas do encontro com a cultura brasileira. A afirmação de uma identidade nacional era vista como critério de coesão para a colônia e também fornecia as bases para o contato com os brasileiros.

Nesse sentido, os jornais construíram um discurso identitário a partir das enunciações disponíveis no contexto italiano. Utilizaram marcadores discursivos já existentes, mas adaptando-os às situações concretas vivenciadas pelos italianos. Através da montagem desse discurso encontramos a presença de outras vozes no seio da “colônia” italiana, com projetos diferentes dos que defendiam os produtores dos jornais. Essa polifonia e a heterogeneidade presente na “colônia” italiana foram reveladas enquanto os jornais tentaram efetivar a sua construção de uma identidade nacional.

# **CAPÍTULO I – Comunicação discursiva e Endereçamento social na imprensa italiana**

*“A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Neste diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, o espírito, todo o corpo, com os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal”.*

*(Mikhail Bakhtin)*

## **1.1. A comunicação discursiva e as vozes sociais**

Bakhtin afirma que o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas é o texto enquanto dado primário. Uma variedade de conhecimentos e métodos perambula, partindo do texto, “(...) em diferentes direções, agarram pedaços heterogêneos da natureza, da vida social, do psiquismo, da história, e os unificam por vínculos ora causais, ora de sentido, misturam constatações de juízo” (BAKHTIN, 2003: 319). Mas, partindo do texto, essas ciências sabem que ele é produto, não o objeto real, pois esse “objeto real é o homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios” (BAKHTIN, 2003:319). Ao se estudar o homem social, “procuramos e encontramos signos em toda parte e nos empenhamos em interpretar o seu significado” (BAKHTIN, 2003: 319).

Dentre os meios pelos quais o homem social fala a si mesmo e à sociedade da qual faz parte, a linguagem ocupa um lugar privilegiado. Esta se constitui em “(...) mediação essencial na realização social que empresta vida a nosso mundo” (QUÉRÉ, 1991: 8). Essencial porque a linguagem participa da constituição do ser no mundo. A vida baseada na intersubjetividade é fundante da condição social do homem e ela se realiza através da comunicação. Somos, nesse sentido, seres de linguagem. Ela nos abre o mundo. Possibilita-nos um mundo comum, compartilhado intersubjetivamente. Os gregos, ao se referir ao *logos*, atribuíam-lhe duplo sentido: razão e linguagem. Com isso estavam apontando que a linguagem que nos permite a comunicação é a expressão humana do ser com os outros, no mundo. Com o aprendizado social de uma língua determinada entramos no mundo humano propriamente dito. Criamos relações intersubjetivas; crescemos no contato com os outros; pensamos e compreendemos. É por ela que recebemos uma determinada interpretação do

mundo, pois ela é uma linguagem formada por uma comunidade histórica, na qual nos são transmitidas determinadas formas de pensar e agir. Assim, existir humanamente é existir na forma de linguagem, criando sentido, na relação com os outros.

O homem assim percebido nos remete ao sujeito dialógico de Bakhtin. Esse sujeito é construído com o outro, no âmbito das relações sociais nas quais está inserido. A linguagem assim, “(...) está fundada, necessariamente, na *relação* (grifo da autora) e, portanto, salvaguardando o lugar fundante da alteridade, do outro, das múltiplas vozes que se defrontam para constituir a singularidade de um enunciado, de um texto, de um discurso (...)” (BRAIT et al., 2005: 79).

Essa orientação fundante do processo comunicativo nos remete à percepção da palavra enquanto “produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN, 2002: 113). A metáfora utilizada por Bakhtin revela o caráter de mediação que a palavra possui no processo de fabricação da humanização do homem e da própria sociedade. A palavra é uma ponte entre mim e os outros. Ela se constitui em território comum do locutor e do interlocutor. Esse território deve ser visto como um horizonte social, onde se enraízam todas as experiências intersubjetivas dos homens.

Para Bakhtin, a “função” comunicativa foi negada ou, mesmo, colocada em segundo plano pelos estudiosos da lingüística do século XIX, a começar por Humboldt. Em primeiro plano esses estudiosos colocavam a função de formação do pensamento. Outros como Vossler tinham como primeiro plano da análise a função expressiva. Para Bakhtin, a despeito das diferenças entre os estudiosos quanto à concepção da função da comunicação, existe um traço que os une. Esse traço se resume a ver a língua como uma expressão do mundo individual do falante. Ela é deduzida da necessidade do homem de auto-expressar-se. Assim, “a essência da linguagem ficou reduzida à criação espiritual do indivíduo” (BAKHTIN, 2003: 270). Nesse tipo de análise, a função comunicativa da linguagem ficou desconhecida ou subestimada. O aspecto relacional da linguagem, a participação necessária (tomada no sentido forte do termo) dos outros participantes da comunicação discursiva não é vista ou levada em conta devidamente. No máximo, o papel do outro é apenas o do ouvinte que apenas compreende passivamente o falante/locutor. A linguagem assim pensada necessita apenas do falante e do objeto da sua fala.

Defender o caráter comunicativo da linguagem, para Bakhtin, passa pela compreensão do aspecto ativo do outro no processo de comunicação. O outro ocupa, simultaneamente em relação ao locutor, uma ativa posição responsiva. Esse outro (também um inter-locutor).



Concorda ou discorda dele (locutor) (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão, desde o início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é preñhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2003: 271).

Bakhtin apresenta, no trecho acima, pontos-chave de sua análise. Nela encontramos a visão relacional da comunicação. Só existe processo comunicativo, mediado pela linguagem, quando existem ao menos dois interlocutores. A ênfase do processo comunicativo está ancorada na dialogicidade. Esse dialogismo decorre da interação verbal que se estabeleceu entre os interlocutores nas relações cotidianas, nos discursos orais ou escritos. Esse discurso não é auto-suficiente. Ele não pode ser compreendido independentemente da situação social que o engendra. Para Bakhtin, o enunciado/enunciação<sup>17</sup>, enquanto unidade real da comunicação discursiva, se encontra determinado, a partir do seu próprio interior, pela situação social mais imediata e o meio social mais amplo (BAKHTIN, 2002: 113). A interação verbal assim entendida se constitui num fenômeno social. Com tal perspectiva se apreende o homem, enquanto ser social, não atomizado. Busca-se apreendê-lo no concreto das relações sociais. O indivíduo é visto como realidade social porque é necessariamente incompreensível fora dela (FARACO, 1988: 30).

O aspecto social da interação verbal nos remete a um segundo aspecto chave, para nós, do pensamento bakhtiniano: as vozes do enunciado. Essas vozes sociais constituem um trio e não um duo. Bakhtin as nomeia vozes do autor, do destinatário e do supradestinatário. A primeira das vozes é a do autor. A segunda do destinatário, porque todo enunciado sempre tem um destinatário “(...) cuja compreensão responsiva o autor (...)” do discurso “(...) procura e antecipa” (BAKHTIN, 2003: 333). Isso é explicado porque, sendo a palavra interindividual, tudo o que é dito ou escrito se encontra “fora” do falante. Como tal não pertence apenas a ele. Pertence ao outro imediato da comunicação discursiva e também àqueles “cujas vozes estão na palavra encontrada de antemão pelo autor (porque não há palavra sem dono)” (BAKHTIN, 2003: 328). Essas vozes são as do supradestinatário. Esse terceiro elemento do trio presente na comunicação não é “algo místico ou metafísico”, mas é “(...) o elemento constitutivo do

---

<sup>17</sup> Segundo o tradutor brasileiro dos textos de Bakhtin (Paulo Bezerra), contidos no livro *A criação Verbal*, ele usava indistintamente “enunciado” e “enunciação” para se referir ao mesmo processo da comunicação discursiva – “quer para o ato de produção do discurso oral, quer para o discurso escrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido pela cultura, etc.”. Assim, o tradutor resolveu não desdobrar o termo, seguindo o mesmo que fez Bakhtin. Seguiremos a mesma orientação, no emprego desses dois termos em nosso texto.

enunciado total (...)” que pode ser encontrado ao se fazer uma análise mais aprofundada. Isso se deve “(...) à natureza da palavra, que sempre quer ser *ouvida*, sempre procura uma compreensão responsiva e não se detém na compreensão *imediate*, mas abre caminho sempre mais e mais à frente (de forma ilimitada)” (BAKHTIN, 2003: 333). Poderíamos dizer que essas vozes do supradestinatário nos mostram o enraizamento histórico da comunicação discursiva, apontando-a como encarnada nas situações concretas mais imediatas e nos contextos mais amplos da vida de uma determinada sociedade.

A alternância dos sujeitos do discurso existe porque o falante/interlocutor não é um Adão bíblico que se relaciona com objetos virgens ainda não nomeados, ao qual caberia a função de nomeá-los. O objeto do discurso do falante, seja qual for, não se tornou pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e o falante não foi o primeiro a falar sobre ele. Como aponta Bakhtin, “o objeto, por assim dizer, já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos: nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes” (BAKHTIN, 2003: 300).

O que está sendo enfatizado é que todo enunciado sempre responde de uma forma ou de outra aos enunciados de outros que o precederam e com os quais entra em diálogo. Assim, o objeto do discurso do falante/interlocutor

se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia-a-dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural) (BAKHTIN, 2003: 300).

Tudo isso se constitui num discurso do outro, seja sob forma pessoal ou impessoal, e irá refletir no enunciado. Assim, é central para Bakhtin a noção de que o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não poder ser separado dos elos que o precederam. Essa presença institui uma atitude responsiva por parte do falante.

Essas duas vozes sociais presentes no enunciado atuam de forma diferente. Assim, a presença dos elos precedentes da enunciação conforma/delimita (o chamado supradestinatário) o discurso atual do falante; há, também, o que faz a comunicação avançar, se constituindo num fluxo ininterrupto: a presença imediata do outro (outros)/destinatários. Ao falar/escrever o interlocutor ainda não existe estabelecido nesse elo, mas, desde o início, o enunciado que se constrói leva em conta as atitudes responsivas, em prol das quais, é criado. Desde o início o falante aguarda a resposta desse outro, espera uma “ativa compreensão responsiva”. Bakhtin dirá que essa audibilidade já é uma relação dialógica (BAKHTIN, 2003: 334). O autor/falante não espera uma compreensão passiva, na maioria das vezes, alguém que

“duble seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc.” (BAKHTIN, 2002: 272). O está sendo pressupondo é a atitude responsiva dos outros, a participação ativa dos “ouvintes”. Essa atitude responsiva comporta graus diferenciados, também como resposta às diferentes expectativas do discurso do falante “inicial”. A atitude responsiva pode se realizar imediatamente na ação, como no cumprimento de uma ordem, pode permanecer uma compreensão responsiva silenciosa, como diante de certos gêneros discursivos concebidos para tal compreensão, como seriam os gêneros líricos. Mas para Bakhtin, essa é uma compreensão responsiva de efeito retardado. O que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subseqüentes ou no comportamento do ouvinte. Bakhtin afirma que essa análise é válida para os discursos escritos ou lidos. Os gêneros complexos da comunicação discursiva, do qual fazem parte os discursos da imprensa, na maioria das vezes, são concebidos para esta compreensão responsiva de efeito retardado. Assim, no contexto da abordagem comunicativa da linguagem, não há espaço para se postular a existência de um ouvinte/leitor passivo. Segundo Bakhtin (2003), essa visão da passividade do ouvinte/leitor não passa de “ficção científica”, pois toda “compreensão plena, real é ativamente responsiva” (BAKHTIN, 2003: 272). Além do mais, esse falante/ produtor de texto é também um respondente, uma vez que, como já foi explicitado, ele não é o primeiro falante,

(...) o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes- dos seus e alheios- com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (...) (BAKHTIN, 2003:272).

Sendo assim, o ouvinte/leitor passivo acaba por ser uma ficção e não correspondente “ao participante real da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003:272).

Nessa abordagem, toda enunciação discursiva só pode ser pensada como resposta. Pensar numa compreensão passiva, é, por si mesmo, uma contradição, pois toda compreensão é uma atividade de um sujeito. Assim entendida a comunicação discursiva opera sempre dentro de uma rede de responsabilidade em que “(...) falante e ouvinte não são papéis fixados *a priori* mas ações resultantes da própria mobilização discursiva no processo geral da enunciação” (MACHADO, 2005: 157).

Essa análise bakhtiniana da constituição da comunicação discursiva nos interessa de perto, uma vez que é frontalmente oposta ao esquema representacionista<sup>18</sup> da comunicação que considera a comunicação como “(...) uma questão de aquisição, de transmissão e de

---

<sup>18</sup> Também chamado por Quéré (1991) de concepção epistemológica da comunicação.

tratamento da informação”, ou seja, de representações do mundo que serão suscitadas num destinatário (QUÉRÉ, 1991: 4). Este tipo de concepção da comunicação tem como base um “sujeito epistemológico”, “observador do mundo, que produz, valida e transmite representações adequadas (...)” sua relação com o mundo e com os outros se dá “numa postura de observação e de objetivação”. A comunicação, dessa forma, passa a ser um “um desafio essencialmente cognitivo” apoiada em sujeitos que “(...) devem abstrair de todo ponto de vista de todo pertencimento a uma comunidade de comunicação” (QUÉRÉ, 1991: 5). Assim, apoiados nesse tipo de concepção da comunicação, surgiram práticas que se tornaram moeda corrente no *metier* do jornalista, como a objetividade do jornalista baseada na crença de uma possível imparcialidade diante dos fatos. As concepções de Bakhtin acerca da comunicação discursiva o ligam diretamente ao modelo praxiológico da concepção da comunicação<sup>19</sup>. O aspecto mais saliente dessa ligação se deve à percepção de ambas as concepções de que o sujeito se constrói na relação com o outro.

O que está em jogo aqui é o que Bakhtin considera um traço essencial, porque constitutivo, do enunciado: o seu direcionamento a alguém, o seu endereçamento. O enunciado tem autor (e, respectivamente, expressão) e destinatário. Este pode ser constituído por um participante direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade de especialistas, um povo, os contemporâneos, os leitores de um jornal, etc. Essas modalidades de destinatário são determinadas pelo campo de atividade humana e da vida social à qual o enunciado se refere. De qualquer forma, o destinatário (outro) já está necessariamente pressuposto no enunciado. E como tal é levado em conta desde o início da enunciação para um dado interlocutor, porque pensado enquanto fluxo ininterrupto, não há como pressupor um início temporal para o processo comunicativo. Esse endereçamento constitutivo da comunicação discursiva define as formas utilizadas para expressar o enunciado, tanto na sua composição, estilo, quanto no gênero do discurso, uma vez que “cada gênero do discurso, em cada campo da comunicação discursiva, tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero” (BAKHTIN, 2003: 301).

---

<sup>19</sup> O modelo praxiológico trabalhado por Quere concebe a comunicação como “uma atividade conjunta de construção de uma perspectiva comum, de um ponto de vista compartilhado, como base de inferência e de ação”. O ponto central da comunicação consiste, para os agentes envolvidos, “em modelar em conjunto esta perspectiva comum que lhes permite configurar, conjuntamente e de maneira ‘encarnada’, suas intenções informativas e comunicativas respectivas, e, ao mesmo tempo, tornar mutuamente manifesto o que é problema entre eles”. Essa perspectiva comum não significa consenso de opiniões ou de pensamentos, necessariamente, mas o fato de que os parceiros buscam “(...) construir juntos um lugar comum a partir do qual eles vão momentaneamente se relacionar uns com os outros, se relacionar com o mundo e organizar suas ações recíprocas”. Dessa forma, a comunicação, nesse modelo, é “(...) essencialmente um processo de organização de perspectivas compartilhadas, sem o que nenhuma ação, nenhuma interação é possível” (QUÉRÉ, 1991: 7).

Assim, a construção de enunciado/discurso leva sempre em conta o que Bakhtin chama de “fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário”, o que significa que antecipo o que o destinatário conhece sobre uma dada situação (que nos envolve), levo em conta seus valores e concepções de mundo, seu conhecimento específico sobre um dado campo de atividade humana, etc. Tudo isso é o que determina a compreensão responsiva do destinatário. A consideração desse “fundo aperceptível da percepção do destinatário” pode ser encontrada no projeto de discurso ou “vontade de discurso” do falante/autor.

## **1.2. O endereçamento social e os jornais italianos**

Ao propormos perguntas como “a quem se dirigiu o enunciado?”, “Como o autor (jornalista/redator) percebia e imaginava seu destinatário?” e “quais eram as vozes do supradestinatário mais salientes na situação imediata de construção do processo comunicativo em ação?” estaremos buscando definir como se deu a prática jornalística da imprensa italiana em Belo Horizonte. Seguindo Bakhtin, consideramos que o endereçamento social é a peça chave na determinação da construção do discurso jornalístico, uma vez que delimita os conteúdos, o gênero discursivo, o estilo, as formas de apresentação da materialidade do jornal, etc. E ainda, o que é o nosso interesse maior, conforma as funções sociais que os jornais se outorgaram. Na medida em que, a partir do seu endereçamento delineado, essas funções puderam ser selecionadas e trabalhadas conforme a situação concreta em que os seus destinatários e os próprios autores/produtores dos jornais estavam, socialmente, inseridos.

A partir dessa percepção, a primeira consideração a ser feita se refere à classificação dos sete títulos que trabalhamos como pertencentes à imprensa italiana produzida em Belo Horizonte. À primeira vista não há dificuldade alguma na identificação do destinatário do discurso jornalístico em questão. E é essa a percepção de Linhares (1995) ao afirmar que “pela origem de sua criação, é claro que só interessava à colônia italiana” (LINHARES, 1995: 139 e 178), se referindo, particularmente, aos jornais *Roma* e *Fieramosca*. A melhor explicação para essa identificação simples do endereçamento dos jornais era o uso da língua italiana. Ela foi, como veremos, importante, mas não decisiva na delimitação do endereçamento dos jornais. A exceção à utilização do idioma italiano ficou por conta do *O Operario*, que foi publicado em português, embora na primeira edição houvesse pequenas notas em italiano, que, no entanto, não apareceram nas outras edições.

A partir da análise dos jornais, buscamos identificar o endereçamento social dos mesmos e apontar como esse endereçamento foi importante para a definição da função social que a imprensa italiana se deu a partir das situações concretas vivenciadas pelos italianos em Belo Horizonte, no período entre 1900-1920.

Buscando pelo endereçamento social desses jornais estaremos reconhecendo os destinatários/interlocutores diretos (“nós”) e as “vozes” por trás do enunciado do falante/autor do enunciado jornalístico: o supradestinatário. Estaremos trabalhando com uma primeira classificação que se refere aos destinatários diretos/ leitores dos jornais, participantes de um processo dialógico, como envolvidos em dois tipos de endereçamento: o endereçamento direto positivo e o endereçamento direto negativo. O endereçamento positivo se refere aos leitores aos quais foi dirigido (explicitamente) o enunciado. Refere-se ao destinatário **afirmado** pelos autores. Já o endereçamento negativo se refere ao destinatário **negado** pelos enunciados contidos nos jornais (os “não-leitores”). Com isso poderemos perceber um padrão de pertencimento social sendo defendido e executado.

A segunda classificação se refere aos interlocutores indiretos. Eles são, para Bakhtin, o chamado supradestinatário. Esse se refere às vozes pré-existentes à enunciação, vozes que são sociais e que estão presentes no fluxo comunicativo encontrado de antemão pelo falante/autor.

### **1.2.1. *O Operario*: de operários para operários**

A primeira observação a ser feita quanto ao jornal *O Operario* se refere à presença de um endereçamento social que rompia as barreiras da identificação nacional e da percepção de homogeneidade entre os imigrantes italianos. Esse endereçamento está presente no *O Operario*, jornal de cunho socialista reformista. Esse jornal, como parte da orientação socialista de seu programa, se dirigia aos trabalhadores, vistos como uma unidade de classe, identificados numa visão internacionalizante. Os trabalhadores que, na sociedade capitalista, trabalham pelo seu sustento, oferecendo a outrem o seu trabalho em troca de um salário. Em tal perspectiva, não caberiam distinções de nacionalidade, raça ou qualquer diferenciador que não fosse dado pela inserção social no mundo do trabalho. O que os unia era a sua condição de trabalhadores submetidos à exploração pelos capitalistas.

Chama-nos a atenção o título do jornal. Nele o sentido do endereçamento social estava diretamente afirmado. Esse jornal se destinava a um público (leitores) politicamente identificado com uma classe social. O endereçamento direto positivo do jornal foi fortemente

definido por um supradestinatório: o socialismo reformista. Essa marca se acha explicitada no título do jornal. Podemos pensar o título do jornal, enquanto uma metáfora, que transportava o sentido de unidade dos trabalhadores<sup>20</sup>. Esses eram denominados operários.

O termo “operário” é portador de um sentido socialmente construído no movimento operário europeu, longe da realidade do mundo do trabalho brasileiro. Belo Horizonte, recém construída, contava com poucas fábricas de pequeno e médio porte<sup>21</sup>. Os trabalhadores, em sua maioria, não eram absorvidos por grandes unidades industriais tal como nos países de capitalismo mais avançado. O que, de resto, era uma realidade não somente mineira, mas brasileira. O grosso do que se poderia classificar como indústria se localizava em São Paulo, onde se concentrava a maior parte do operariado e das organizações de defesa dos trabalhadores. Em Belo Horizonte, os postos de trabalho se encontravam na construção civil, no comércio, nas pequenas fábricas, que eram chamadas apropriadamente de oficinas. No período, salienta Pinheiro (1977), o que se classificava como indústria eram, sobretudo, as “artes e ofícios” em geral. O que incluía as marcenarias, trabalhos artesanais, os serviços mecânicos e as indústrias caseiras. Souza (1992) corrobora essa conceituação identificando como prática corrente a identificação do operário com o artesão, aquele que trabalha com as próprias mãos, o que podia incluir o dono da oficina.

A identificação, carregada de sentido, que os socialistas italianos trouxeram das lutas do movimento operário reivindicativo e, em alguns lugares da Europa, já reconhecido e vitorioso em algumas de suas reivindicações, como a jornada de oito horas de trabalho, o direito à sindicalização, a proibição do trabalho infantil, dentre outras, foi uma voz suficientemente forte para que dela se construíssem outros enunciados. Dessa realidade diferente da que os operários viviam na cidade, o jornal não se furtava de falar. Justamente para apontar as diferenças entre a situação vivida pelos operários locais e os de outras cidades do mundo. É o que encontramos em uma nota sobre os trabalhadores da cidade de Havre, que tiveram a sua jornada de trabalho reduzida para oito horas diárias. Ao final da nota,

---

<sup>20</sup> Trabalharemos os títulos dos jornais enquanto metáforas, que transportam sentidos. Essa interessante postura interpretativa é apresentada por Certeau (2002), ao se referir aos transportes coletivos, na Atenas Contemporânea, que possuem o emblemático nome de *metaphorai*. Para se locomover, se transportar, pela cidade, se usa uma “metáfora” – um ônibus ou trem. Analogicamente, os títulos, enquanto metáforas, transportariam sentidos que, poderiam organizar lugares e selecionar posições sociais para os imigrantes italianos.

<sup>21</sup> Segundo Dutra (1988), o setor terciário, em Belo Horizonte, absorvia a maior porcentagem da população economicamente ativa, seguida pelo setor secundário. Esses dados foram obtidos de uma pesquisa datada de 1920 do Anuário de 1922-1925. Apesar dos dados da pesquisa se referirem ao ano limite de nossa pesquisa (1920), consideramos pertinentes para o período enfocado, uma vez que Belo Horizonte era uma cidade-capital. Sendo assim, comportava os quadros do funcionalismo público da administração estadual, configurando a proeminência do setor terciário.

encontramos a referência à situação imediata dos operários brasileiros, sendo ela criticada: “quando no Brasil chegaremos a tanto? Quando a gente se convencerá que o trabalho excessivo não só é prejudicial ao operario mas tambem ao patrão?” (*O Operario*, Belo Horizonte, p.3, 19 ago. 1900). E foi, desse ponto do fluxo da comunicação discursiva, que os redatores do jornal partiram para a construção de um discurso e de uma prática socialista reformista que queriam ver efetivada junto aos “operários” da cidade.

O ideário do socialismo reformista se constituiu no mais saliente e definidor supradestinatório da comunicação discursiva que se estabeleceu nas linhas do jornal. Não estamos afirmando que o ideário socialista tenha sido a única voz social que delimitou os enunciados “atuais” dos autores/redatores do jornal, mas, apenas, que essa “voz” foi a que definiu e conformou explicitamente os temas abordados e o próprio projeto de discurso dos autores.

No *O Operario*, “orgam da Liga Operária”, identificação que portava colocada logo abaixo do título, a interlocução indireta (voz do supradestinário) foi dada pelo socialismo reformista. Essa vertente do socialismo tomou impulso durante a Segunda Internacional, realizada em Paris, entre 1891 e fins de 1914. Durante a sua realização, Bernstein apresentou uma proposta de revisionismo das análises de Marx sobre o Capitalismo. Sua proposta atacava o conceito marxista de revolução, afirmando que o capitalismo sofrera mudanças significativas desde as análises de Marx. Não havia mais a necessidade de revolução proletária, mas de reformas sociais que tornariam possíveis as mudanças em prol dos interesses dos trabalhadores.

Contrariamente à vertente anarquista que, durante o período estudado, foi a mais atuante e com maior número de jornais criados no Brasil, o socialismo reformista defendido pela Liga Operária e expresso nas páginas do *O Operario*, se opunha à ação revolucionária tal como seus congêneres europeus. O que pretendia era a reforma do sistema social, de forma gradual. Os redatores do jornal, defensores desse ideário, desejavam a autonomia social, “mas não recusavam a política partidária como instrumento de luta” (DUTRA, 1988:77).

Assim, podemos encontrar no Projeto de Estatutos divulgado, no primeiro número do *O Operario*, dentre os fins defendidos pela Liga, a participação na proposição de medidas do interesse dos operários junto aos poderes do Estado. Houve a tentativa de efetivação desse objetivo, através de uma proposta de lei encaminhada ao Congresso Legislativo Mineiro, apresentada na segunda edição do jornal. Essa proposta visava minimizar o que a Comissão Executiva da Liga julgava ser o que contribuía para o “mal estar da população e especialmente dos operários de Bello Horizonte”: “(...) a grande irregularidade e a pouca



segurança nos pagamentos” (*O Operario*, Belo Horizonte, p.2, 19 ago. 1900) Essa proposta solicitava a intercessão do Legislativo Mineiro na criação de uma lei “que justamente e humildemente pedimos e que será a segurança do pão dos operários e a gloria mais pura para vós” (*O Operario*, Belo Horizonte, p.2, 19 ago 1900). A petição apresentada solicitava que fosse facilitada aos operários a obtenção de “justiça prompta e gratuita”. Alegava-se que essa petição não continha nada de injusto ou subversivo e que, por isso, esperava contar com o apoio do governo estadual, do Congresso, da Prefeitura e de “todas as pessoas inteligentes e de boa fé”. Afirmava a crença, deslocada da realidade concreta do período da Primeira República, de que como “todas as nações cultas têm hoje uma legislação que garante (*sic*) justiça aos operários (...)”, assim também, “o Estado de Minas que certamente faz parte dos povos cultos, não pode ficar atrás (*sic*)” (*O Operario*, Belo Horizonte, p.2, 19 ago 1900). Nessa “crença” havia a esperança de uma atitude responsiva de apoio e de reconhecimento da justiça do que a Liga estava propondo, por parte dos poderes constituídos. Esses poderes, reconhecidos como interlocutores legítimos, acabaram sendo, também, além da indicação explícita do destinatário visado pelo autor/jornal- os operários- destinatários dos enunciados propostos. Não eram estranhos ao fluxo comunicativo, uma vez que o que conformou e delimitou os enunciados atuais do autor/jornal- o socialismo reformista- pressupunha a possibilidade de conciliação e a aliança com as esferas democráticas de poder. O maior problema dessa análise era o reconhecimento equivocadamente de que, na cidade, e, por extensão, no Brasil da Primeira República, tais poderes fossem democráticos.

Num segundo momento, a Liga percebeu o equívoco de sua análise e denunciou o que classificou de “conspiração do silêncio” em torno de suas propostas. A Liga Operária havia sido fundada quando de uma reunião de cerca de 700 pessoas, em 1900. A Liga contava, inicialmente, com a participação de operários, estudantes, comerciantes e funcionários públicos. Essa composição heterogênea pode ser percebida, pela presença de dois estudantes, dentre os membros do grupo responsável pelo primeiro número do *O Operario*. Isso se alterou logo após a divulgação do primeiro número do jornal. Segundo Dutra (1988) e Linhares (1995), houve uma debandada geral dos sócios não-operários por não concordarem com as idéias expressas pela Liga. Linhares (1995) afirma que o credo professado pela Liga, e expresso nas páginas do jornal, era estranho “ao nosso ambiente social e político”. Afirmava também que “as idéias do jornal, francamente socialista, só tiveram agasalho entre o proletariado estrangeiro, na época aqui muito numeroso” (LINHARES, 1995: 75).

No terceiro número do *O Operario*, a Comissão Executiva responsável pelo jornal reconheceu que a Liga se compunha de elementos heterogêneos, “tirados em parte de elementos não operários”, mas afirmava a autonomia dos operários na condução dos rumos dados à Liga. Quando da debandada dos elementos não-operários e do silêncio da imprensa local (que, inicialmente, apoiou a criação da Liga) quanto às manifestações da Liga, houve a necessidade de reafirmação do endereçamento direto positivo do jornal: os operários. Afirmou-se que, ao contrário do que se esperava,

*os operários verdadeiros* (grifos do jornal) respeitaram e consultaram os seus colegas não operários, mas não deixaram se dominar; sendo elles a maioria e sentindo-se amparados pela quasi totalidade dos sócios, julgaram-se capazes de dirigir a Liga sem compromissos híbridos e sem desviar do programa estabelecido (*O Operario*, Belo Horizonte, p.1, 2 set. 1900).

Nessa declaração de princípios, se reafirmou o endereçamento principal do discurso do jornal: *O Operario* era um jornal de operários para operários. E, ao mesmo tempo, se apontou uma atitude responsiva que se esperava dos operários leitores e sócios da Liga. Eis que

pela primeira vez em Bello Horizonte os operários demonstraram que podem e sabem governar-se por si mesmos, prescindindo do amável concurso de pessoas respeitabilíssimas, é verdade, mas cujas idéias e interesses não harmonisam completamente com os interesses dos verdadeiros operários e com as idéias que os operários conscientes devem ter necessariamente (*O Operario*, Belo Horizonte, p.1, 2 set. 1900 ).

Os verdadeiros operários sabiam respeitar opiniões alheias, mas decidiram, por si mesmos, tendo como norte de suas ações os seus próprios interesses. Ao mesmo tempo em que os enunciados do jornal afirmavam o endereçamento direto positivo, os operários, fixavam, também, o endereçamento direto negativo, os que não concordavam com o discurso e prática socialista.. O processo de delimitação do “nós” e do “eles” foi simultâneo e necessário. Foram apresentados, então, os opositores e os motivos de sua exclusão do grupo de pertencimento afirmado. Assim,

emquanto não for provado que os poderes públicos procedem bem pagando com enormes atrasos; que os constructores e donos de officinas têm rasão de fraudar os operários com Vales; que os exploradores do trabalho são o ideal dos homens de bem; que a *justiça* (grifo do jornal) deve ser para o trabalhador um objecto de luxo desejavel e inaccessible; emquanto não for provado finalmente que todas as canalhices enraizadas em Bello Horizonte são *uma gloria local* (grifo do jornal) que cumpre cultivar com esmero, nós da Liga operaria esperaremos que tantas vergonhas acabarão por despertar a consciência dos homens honestos e patriotas e que a campanha moralisadora da nossa Sociedade não ficará esteril (*O Operario*, Belo Horizonte, p.3, 2 set. 1900).

Em bloco, foram condenados o desrespeito ao direito do trabalhador de receber seus salários em dia, prática usual por parte dos empregadores, tanto os órgãos públicos (Prefeitura, Estado) quanto particulares; a impossibilidade de acesso à justiça por parte dos trabalhadores e outros tantos desrespeitos aos direitos percebidos enquanto “canalhices”, já enraizadas em solo local. Ao final, apresentou-se o desejo de uma atitude responsiva expandida, para além de seus destinatários diretos, mobilizando os homens honestos e patriotas não-operários na percepção das injustiças que acometiam os trabalhadores e na imoralidade de tal situação. Essa atitude responsiva expandida só pôde ter lugar dada a presença anterior da “voz” do supradestinatário, representada pelo ideário socialista, que conformou, anteriormente, a possibilidade de acordo entre socialistas-reformistas e os elementos democráticos da sociedade capitalista local.

Além dos temas relacionados à situação imediata do mundo do trabalho em Belo Horizonte e do repertório analítico dado pelo socialismo reformista, os quais identificavam o destinatário direto e o supradestinatário do discurso do jornal, havia ainda o recurso à utilização da língua portuguesa. Essa utilização nos aponta uma “intenção discursiva” semelhante à encontrada no título do jornal: alcançar o maior número de trabalhadores da cidade. Essa intenção efetivada é uma afirmação de uma das finalidades da Liga Operária exposta em seu Projeto de Estatuto: “unir e organizar os elementos e as energias do operariado” congregando “indivíduos de qualquer nacionalidade” (*O Operario*, Belo Horizonte, p. 1, 29 jul. 1900). Assim, o endereçamento direto positivo foi novamente afirmado na escolha do português como língua usada na redação do jornal. Essa prática não era incomum, em se tratando da imprensa operária, no Brasil dos primeiros anos do século XX. Muitos jornais foram escritos, em português (ou eram mesmo, bilíngües), pelos italianos que lideravam setores significativos do movimento operário (TRENTO, 1988: 243). Assim como no caso de *O Operario*, essa era uma tática para atingir o trabalhador nacional, sendo muito mais comum do que se imagina, principalmente em São Paulo, onde a imprensa operária era a mais numerosa e atuante do país.

Outro aspecto de identificação dos destinatários do jornal estava na própria forma de organização do jornal. Esse jornal, órgão da Liga Operária, era mantido financeiramente pelos sócios (cadastrados) da associação, que pagavam mensalmente uma quantia estipulada. De forma pouco usual, em se tratando dos leitores de um jornal, os leitores, os destinatários diretos do *O Operario* estavam nomeados. Tinha-se acesso a esses nomes, pois o jornal publicou a lista e a quantia paga por cada um dos sócios da Liga. Os leitores/interlocutores do

jornal não eram anônimos, foram identificados e, sendo assim, recebiam visibilidade social. Não ficaram apenas na situação de pertencimento a uma comunicação discursiva geral, encarnada na sociedade e nos seus diversos segmentos, mas foram direta e concretamente posicionados no fluxo comunicativo mediado pelo jornal. De alguma forma, essa situação os aproximava da comunicação discursiva mais simples e direta que se dava no diálogo cotidiano, na medida em que eram reconhecidos pelos seus pares e até pelos seus opositores no mundo do trabalho, os patrões, como indivíduos identificados por seus nomes. Por outro lado, a interpelação, por parte do jornal, aos seus sócios podia ser direta e nominal. O que isso alteraria na percepção da atitude responsiva desejada pelos redatores do jornal?

Abria-se espaço para a participação dos sócios-fundadores do jornal como colaboradores. Essa era uma ativa atitude responsiva esperada dos destinatários/leitores do jornal. Assim, uma das manifestações da “intenção discursiva” dos redatores do jornal era a de que os seus leitores/sócios apresentassem reclamações, a fim de que pudessem ser publicadas. Embora essa participação já estivesse delimitada de antemão a reclamações e não a outro tipo de contribuição para a feitura do jornal, como, por exemplo, na elaboração de um artigo ou crônica, havia uma abertura para que os leitores tivessem espaço para relatar as vicissitudes vividas no seu dia-a-dia de operário. Como a participação era individual, o enunciado proferido, a “reclamação” do leitor-sócio, deveria vir identificado. Havia a possibilidade de que essa reclamação expusesse uma atitude responsiva que nem sempre era a mesma do grupo responsável pelo jornal. Para evitar situações como essa o jornal ponderava que

as reclamações que sejam em desabono ou ofensiva para qualquer individuo devem ser apresentadas por escripto com assignaturas garantidas para evitar a responsabilidade da Redacção (*O Operario*, Belo Horizonte, p.1, 19 ago.1900)

A Comissão Executiva da Liga Operária, responsável pela elaboração do jornal, com essa atitude de abrir espaço às contribuições, mesmo de forma parcial, chamava à participação mais efetiva e responsável os seus associados. Esses estavam, socialmente, identificando-se com a proposta política divulgada pelo jornal que norteava os trabalhos da Liga Operária, a partir dessa prática forjando, na cidade, um visível espaço social para os trabalhadores.

### 1.2.2. *L'Eco del Popolo*: um eco de vozes sociais

O jornal *L'Eco del Popolo* foi todo escrito em italiano<sup>22</sup>. A língua apontaria, à primeira vista, um endereçamento social claro: jornal destinado à colônia italiana. Isso porque limitaria os leitores a apenas os que dominassem a língua italiana<sup>23</sup>. Tal conclusão, no entanto, se referindo ao *L'Eco del Popolo*, não é tão simples. Esse jornal nos apresenta uma situação de endereçamento social triplo.

O jornal definia nos seguintes termos o seu primeiro endereçamento social:

um novo jornal? Mas não são tantos...! A esta inevitável exclamação pública responderemos que nenhum jornal de língua italiana se publica nesta capital de Minas Gerais, estado que acolhe mais de cem mil italianos (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p. 1, 28 maio. 1905)<sup>24</sup>.

Dessa forma, o jornal abria seu “programa”, uma verdadeira carta de “intenção discursiva”. Nele, o endereçamento direto positivo se apresentava explicitado. O jornal viria preencher uma lacuna existente, na numerosa colônia italiana, no estado. Não havia um jornal destinado aos italianos de Minas Gerais sendo publicado naquele momento<sup>25</sup>. Mas, na continuação do referido programa, apresentado, na primeira página, abrindo a primeira edição do jornal, encontramos um segundo endereçamento social, mais amplo, e a afirmação da atitude responsiva esperada por parte dos autores/jornal.

Nós queremos - e esperamos que a nossa tentativa seja bem acolhida pelo público- criar na capital do estado um periódico no qual se retrata a vida vivida do povo em geral e, especialmente, dos italianos neste país (grifos nossos) (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 28 maio. 1905)<sup>26</sup>.

Nesse trecho, o endereçamento social se expandiu para abarcar o povo em geral, embora o endereçamento inicial continuasse a ser afirmado: os italianos do estado. A categoria “povo”, no nosso caso, englobaria a população brasileira e a italiana, cuja vida

---

<sup>22</sup> A exceção se deveu aos anúncios publicados pelo jornal. Eles alternavam o uso tanto do português quanto do italiano. No que se refere às notas e aos artigos publicados, esses eram todos em italiano.

<sup>23</sup> O que poderia se constituir em uma dificuldade não apenas para os brasileiros, mas, também, para os italianos, que em grande proporção não eram alfabetizados na língua oficial da Itália.

<sup>24</sup> Todas as traduções foram feitas pela autora e por Rômulo Francisco de Souza. Havia nos originais em italiano erros de acentuação e grafia, provavelmente erros tipográficos. Esses foram mantidos como estavam nos originais.

“Un nuovo giornale? Ma se ce ne son tanti...! A questa immancabile esclamazione del pubblico rispondiamo che nessun giornale di lingua italiana si pubblica in questa capitale di Minas Gerais, Stato che accoglie oltre centomila italiani”.

<sup>25</sup> Os quatro primeiros jornais da imprensa italiana publicados em Belo Horizonte já não estavam em circulação. O último deles, o *La Voce del Cuore*, deixou de circular em 1903.

<sup>26</sup> “Noi vogliamo- e speriamo che il nostro tentativo sarà bene accolto dal pubblico- creare nella capitale dello Stato un periodico nel quale si rispecchi la vita vissuta dal popolo in generale e, specialmente, dagli italiani in questo paese”.

cotidiana seria retratada pelo jornal. Dessa forma, ao longo das notas e artigos publicados, encontramos, principalmente através da seleção de temas, do tratamento dado aos mesmos e da explicitação de atitudes responsivas esperadas desses destinatários, as marcas desse segundo endereçamento. Uma atitude responsiva esperada poderia ser a aceitação do convite à participação de italianos e brasileiros em eventos comemorativos na cidade. Os temas tratados enfocavam problemas cotidianos que afligiam, igualmente, os moradores da cidade, quer fossem italianos ou brasileiros. Dentre os quais podemos citar: a ausência de iluminação pública, de calçamento das ruas; problemas de ordem sanitária, etc. Outros temas abordavam questões voltadas para contextos mais gerais, como a participação política nas campanhas eleitorais para presidente, discussões sobre economia (protecionismo alfandegário) e outros, relacionados, principalmente, a críticas quanto à atuação dos governantes brasileiros. Houve ainda a presença de uma coluna endereçada ao público feminino, o que foi uma exceção dentre os outros jornais italianos. Essa coluna, dedicada aos considerados “trabalhos femininos”, os trabalhos manuais de corte e costura, nos revela um alargamento considerável da categoria “povo”, que possibilitou a inclusão das mulheres como interlocutor legítimo, mesmo ainda que identificadas segundo os padrões de uma sociedade marcadamente machista.

Um exemplo dessa atitude responsiva esperada pelo jornal foi a aceitação do convite à participação nas comemorações do centenário de nascimento de Mazzini (considerado um dos artífices do processo de unificação italiana) que aconteceria na cidade. Incisivamente, o convite ocupava toda a primeira página da edição de número quatro. Ele foi endereçado a “Italianos! Brasileiros! Cidadãos de Belo Horizonte!” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 20 jun.1905)<sup>27</sup>. No programa da comemoração, estavam incluídos brasileiros que discursariam durante a sessão comemorativa, como seria o caso do político mineiro Augusto de Lima.

O endereçamento ao povo, tomado em sentido amplo, ficou bem explicitado na postura assumida pelo jornal durante a campanha eleitoral para presidente (1904/1905). O jornal defendia a candidatura do mineiro Afonso Pena. Os motivos dessa escolha tiveram que ser explicados pelo jornal, uma vez que ele foi interpelado, através de uma carta, por um leitor italiano. Esse leitor cobrava a posição exposta no programa do jornal na primeira edição. Lá o jornal afirmava que manteria “distância dos partidos e das facções que, sob o ilusório pretexto de bem público, disputam a posse do poder (...)” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p. 1, 28

---

<sup>27</sup> “Italiani! Brasiliani! Cittadini di Bello Horizonte!”

maio 1905). Como então, salientava o leitor, estava defendendo abertamente uma candidatura política? Os redatores se defendiam dizendo que

havíamos prometido, e manteremos nossa promessa, de manter distância dos partidos locais porque amamos nossa independência e porque, também, não sendo cidadãos brasileiros, a nada de bom serviria a nossa adesão a um partido qualquer. Reservamo-nos, porém, o direito de exame e isto implica a necessidade de louvar as coisas e os homens que, em nosso entender, são bons e úteis, e combater moderadamente os homens e as coisas que se encontram no caso contrário (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 4 jun. 1905)<sup>28</sup>.

Poderíamos conjecturar a cerca da publicação dessa carta. Ela poderia ter sido selecionada para publicação, uma vez que, respondida a contento, a posição adotada pelo jornal seria reforçada. Esse teria sido, então, um uso estratégico, visando conseguir, dos leitores, a aceitação e a defesa da postura adotada pelo jornal.

O arremate dessa discussão reiterava, claramente, a questão do sentido amplo aplicado à categoria de “povo”. Da mesma forma que se fazia o convite à participação dos brasileiros nos festejos do centenário de um herói italiano, fazia-se também, a defesa da participação de italianos em questões importantes para o local onde residiam (país, estado ou cidade), como era o caso da campanha presidencial no Brasil. O jornal não se contentou em fazer, apenas, essa defesa. Ia mais longe, explicitava que atitude responsiva esperava dos seus pares, uma vez que se identificava como parte do povo: a adesão à campanha em defesa da candidatura Afonso Pena para presidente. Isso porque

(...) apesar de estrangeiros e não eleitores, fixamos nesse país o nosso lar, temos família e interesses aqui e como os brasileiros, desfrutamos do bem-estar geral e sofremos do mal comum; ninguém pode nos negar o direito de ter uma opinião a respeito dos negócios públicos, e trabalhar para que esta opinião ganhe terreno, se difunda e triunfe. Se não somos eleitores, somos parte do povo (grifo nosso), e aos interesses desse povo não podemos ficar indiferentes (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.2, 4 jun. 1905)<sup>29</sup>.

A categoria de “povo”, além desse sentido geral, ainda comportaria uma segunda e importante classificação. O “povo” poderia ser estendido para englobar uma população inteira, sem distinção de nacionalidade, atingindo, portanto, tanto os nativos quanto os

---

<sup>28</sup> “Abbiamo promesso, e manteremo la promessa, di tenerci lontani dai partiti locali perché amiamo la nostra indipendenza e perché, anche, non essendo cittadini brasiliani servirebbe a nulla di buono la nostra adesione a un partito qualunque. Ci siamo, però, riservati il diritto di esame, e questo implica la necessità di lodare le cose e gli uomini che, a nostro avviso, sono buoni e utili, e biasimare e moderatamente combattere gli uomini e le cose che si trovano nel caso contrario”.

<sup>29</sup> “(...) sebbene stranieri e non elettori abbiamo fissato in questo paese la nostra dimora, ci abbiamo famiglia e interessi, e, come i brasiliani, godiamo del benessere generale e soffriamo del male comune; nessuno, per ciò, potrà negarci il diritto di avere una opinione sopra gli affari pubblici, e lavorare affinché questa opinione si faccia strada e si diffonda e trionfi. Se non siamo elettori, siamo parte del popolo, e gli interessi di questo popolo non passano lasciarcí indifferenti”.

estrangeiros, mas, também, poderia, e foi o que o jornal, também, propôs, atingir apenas uma parcela da população do estado, mesmo que numericamente essa fosse a maior: as camadas populares. Nesse caso, foi apresentado, pelo jornal, um terceiro endereçamento social. Esse endereçamento foi delimitado por uma voz social já presente no fluxo comunicativo no qual o a proposta/ “intenção discursiva” do jornal se inseriu. Essa voz (supradestinatório) também, como no caso do *O Operario*, era constituída pelo ideário socialista reformista. Segundo Linhares (1995), o diretor responsável pelo jornal, o engenheiro Giuseppe Scutari, era “um dos próceres socialistas em evidência na ocasião” (LINHARES, 1995: 101). Sendo assim, não estranharemos a inclusão desse terceiro endereçamento social:

os legítimos interesses de qualquer categoria de cidadãos encontraram em nós um defensor; acima de tudo, porém, defenderemos e sustentaremos com toda nossa força os direitos e os interesses dos humildes, dos trabalhadores, daqueles que mais são espoliados e que menos condições têm de se defender (grifo nosso)” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 28 maio 1905)<sup>30</sup>.

No caso desse terceiro endereçamento direto, encontramos o já referido formato do ideário socialista reformista presente em *O Operario*. O socialismo reformista se constituía no enfoque político-ideológico de base na fabricação e no tratamento dos enunciados o que resultava numa análise crítica da realidade política brasileira. Um bom exemplo da atuação desse enfoque pode ser visto quando o jornal se dirigiu, diretamente, ao presidente do estado, Francisco Salles, admoestando-o a tornar público o resultado do inquérito contra “dois importantes políticos” e “pesos pesados da política do estado de Minas Gerais”, seus aliados políticos ou, se fosse o caso, iniciar um processo criminal contra os dois. Segundo o jornal, a atitude de silêncio, por parte do governo, não seria entendida pelo povo, que a veria como mais uma diferença na aplicação da lei entre pobres e ricos. Isso foi apresentado nos seguintes termos pelo responsável (autor) pela matéria,

de fato, dirá o povo, se ao invés de Rolim e Mascarenhas- dois importantes políticos- a investigação acusasse o engenheiro Scutari [diretor responsável do jornal], que não é ‘ chefe político e nem rico’, e que não tem portanto peso na balança do governo, é evidente que o processo seria feito rapidamente, ou, pelo menos, se publicaria a investigação (...)” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p. 2, 20 jun. 1905)<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> “Gli interessi legittimi di qualsiasi categoria di cittadini troveranno in noi un difensore; soprattutto, però, difenderemo e sosterremo con ogni nostra possa i diritti e gli interessi degli umili, dei lavoratori, di coloro che tanto piú facilmente vengono calpestati quanto meno si trovano in grado di difendersi”.

<sup>31</sup> “Difatti, dirá il popolo, se invece di Rolim e Mascarenhas-due potent politici-l’inchista accusasse l’ingegnere Scutari, che non é ‘capo politico ne ricco’, e che non ha quindi peso nella bilancia del governo, é evidente che gli si farebbe subito il processo, o, per lo meno, si pubblicherebbe l’inchiesta (...)”.



A política do governo federal não escapou da atitude crítica do jornal. Já na primeira edição do jornal havia um longo artigo intitulado “As deportações para o Acre”, em que o jornal denunciava “um fato gravíssimo acontecido por obra do governo federal”. O jornal se referia à prisão de centenas de pessoas, durante a vigência do estado de sítio decretado por ocasião de uma revolta, ocorrida no dia 14 de novembro de 1904, e a posterior deportação dos revoltosos presos para o Acre. A revolta em questão foi a chamada Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro, que lançou a população carioca contra as tropas do governo federal. Os revoltosos tomaram o controle da cidade por mais de uma semana. Ao final da revolta, o saldo da habitual repressão governamental durante a República Velha, além das mortes, foi a prisão de milhares de pessoas e a deportação de outras tantas para o Acre. Partindo da denúncia do jornal italiano de São Paulo, *Avanti!*, de orientação socialista, de que muitos italianos haviam desaparecido durante o desenrolar da repressão à revolta, levando a crer que houvessem sido deportados juntamente com brasileiros, o *L'Eco del Popolo* passou a criticar a atuação do governo nesse episódio. O jornal argumentou que o governo federal teria passado por cima da lei, violando a Constituição, ao continuar as prisões mesmo após o término do estado de sítio e o não reconhecer o direito do *habeas-corpus* aos acusados. O governo federal e, o próprio Supremo Tribunal Federal, que recusou os pedidos de *habeas-corpus*, estariam na ilegalidade. Além disso, estariam compactuando com um regime de semi-escravidão que se instalou no Acre, “país rico em borracha e o mais insalubre do globo terrestre”, que necessitava de braços para a exploração da borracha. O jornal se perguntava, diante do que considerava uma “ilegalidade que se eleva a proporções hiperbólicas e se transforma num delito execrável”, se “os deportados eram ladrões. Eram rufiões? Eram *desordeiros*? O governo o diz, mas parece que não é verdade” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p. 1, 28 maio 1905)<sup>32</sup>.

Ao final do longo artigo, o jornal alertava o governo federal quanto à sua responsabilidade nos fatos e imputava, também, à sociedade responsabilidade nos crimes denunciados se fosse conivente com os mesmos, nos seguintes termos:

(...) deve o governo punir severamente os responsáveis pelo fato infame se essa responsabilidade não é sua; e se, desgraçadamente, essa responsabilidade se encontrar no seio do governo, é necessário encontrar um modo adequado de demonstrar ao mundo que a nação não é cúmplice do próprio governo. Se isto não acontecer, e é duvidoso que aconteça, estará

---

<sup>32</sup> I deportati erano ladri. Erano lenoni? Erano *desordeiros*? Il governo lo dice, ma pare che non sempre fosse vero.

provado mais uma vez que os povos têm o governo que merecem (*L' Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p. 1, 28 maio 1905)<sup>33</sup>.

Nesse artigo percebemos o triplo endereçamento direto do jornal sendo acionado. Inicialmente, o jornal se pronunciava contra a prisão de italianos que teria acontecido durante a revolta na Capital Federal, afinal ele se propõe a defender os interesses dos italianos. A seguir, no entanto, o jornal passou a questionar o governo quanto à ilegalidade das prisões e o envio dos revoltosos para o Acre. Nesse momento, os direitos legais dos cidadãos estavam sendo violados. Já não falava em defesa somente dos italianos, seu novo alvo eram os brasileiros submetidos a atos arbitrários por parte do governo federal. E, por último, esse “povo” (brasileiros e italianos) assim percebido foi, ainda mais uma vez, delimitado. O jornal se posicionou como defensor, também, dos que, mandados para o Acre, trabalhavam em regime de “escravidão”. Esses pobres trabalhadores mereceram a atenção do *L'Eco del Popolo*, que denunciou a persistência do “instinto escravista” entre os patrões brasileiros, uma vez que a abolição havia sido recente. Essa persistência explicaria o tratamento dado aos trabalhadores no Acre. O jornal afirmava que uma “prova evidente” da permanência desse instinto escravista era “(...) o silêncio quase geral mantido pela imprensa nacional sobre essa parcial restauração da escravidão no Acre e a profunda indiferença demonstrada pela população com relação a esse fato” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 28 maio 1905).

Esse artigo foi um bom exemplo de como a presença de um supradestinatário pode conformar a interpretação de uma dada situação juntamente com os interlocutores, o autor e o destinatário, envolvidos nessa situação.

Seguindo essa linha de defesa de um dos seus destinatários diretos, os trabalhadores, o jornal se posicionou criticamente, a partir do ideário socialista reformista, contra a perseguição de trabalhadores acusados de serem socialistas. O jornal relatou a dispensa de três trabalhadores, identificados como “amigos do jornal”, na Mina de Morro Velho, em Nova Lima, por questões políticas. Os três haviam sido denunciados, por um “extratinho do Consulado” como pessoas perigosas, por terem facilitado a realização, na mina, de uma conferência de Piccarolo, conhecido socialista, diretor do jornal paulista *Avanti!*. A empresa inglesa, proprietária da Mina, alegou, para a demissão dos três, problemas financeiros, mas contratou outros empregados para o lugar dos demitidos. Diante dessa situação o jornal, com ironia, concluiu que

---

<sup>33</sup> “(...) deve il governo punire severemente i responsabili del fatto infame se questi responsabili sono fuori di lui; e se, disgraziatamente, questi responsabili si trovano in seno al governo, é necessário trovar modo adeguado per dimonstrare al mondo che la nazione non é complice del proprio governo. Se questo non avverrà, ed é molto dubbio che avvenga, sara provato ancora uma volta che i popoli hanno il governo che si meritano”.

este fato demonstra que o famoso liberalismo inglês é um fingimento, ou, se realmente existe, é um artigo de puro consumo interno que não é exportado” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.2, 4 jun.1905)<sup>34</sup>.

Já devido ao seu triplo endereçamento sócio o jornal *L'Eco del Popolo* figuraria como singular dentre os demais jornais da imprensa italiana editados em Belo Horizonte. Nem um dos demais possuiu essa extensão de endereçamento. Mas o jornal portou ainda, uma segunda marca singular em relação aos demais. Além da presença do ideário socialista reformista, como supradestinatário dominante (saliente), havia a presença de uma segunda voz social a conformar a comunicação discursiva “praticada” pelo jornal. Tratava-se do discurso nacionalista.

A presença dessa voz selou a diferença do *L'Eco Del Popolo* em relação ao socialismo reformista que conformou a prática discursiva de *O Operario*. Nesse último, o nacionalismo italiano não se apresentou como elemento definidor da organização da Liga Operária, o que teria sido um contra-senso, uma vez que o que se tentou foi arregimentar os trabalhadores de qualquer nacionalidade, residentes em Belo Horizonte, como foi afirmado no Projeto de Estatutos da Liga publicado em *O Operario*.

Situação diferente encontramos no *L'Eco del Popolo* que, desde o seu “programa”, afirmava também o nacionalismo de sua orientação e a conseqüente defesa dos interesses italianos no estado. Respondendo à influência desse segundo supradestinatário, a utilização do idioma italiano na redação do jornal se torna um elemento importante da “intenção discursiva” desenvolvida. A utilização da língua italiana era vista como um importante elemento para a tentativa de união entre imigrantes italianos com diferenças culturais entre si e que falavam dialetos regionais.

A influência do discurso nacionalista na delimitação do discurso do jornal também pode ser vista como semelhante à influência do ideário socialista reformista, na seleção dos temas tratados. Podemos perceber essa influência através da presença dos seguintes temas: a organização e a divulgação de festas comemorativas relativas aos heróis da unificação (Mazzini e Garibaldi); notas relativas ao aniversário do “Statuto” (primeira tentativa de constituição para um reino italiano em 1848); às variadas comemorações acontecidas na Itália e em outros países que abrigavam colônias italianas; a situação da “colônia” italiana no estado e as discussões em torno do Decreto Prinetti.

---

<sup>34</sup> “Questo fattarello dimostra che il famoso liberalismo inglese é una lustra, ou, se realmente esiste, é un artificio di puro consumo interno di cui niente avanza per l'esportazione”.

Os temas selecionados e o tratamento que receberam beneficiaram o projeto discursivo do jornal, de construção de uma identidade nacional para os imigrantes italianos residentes na cidade e no estado. Assim, notas como a que descrevia a viagem do Cônsul italiano pelo estado se constituíam num bom momento para que o jornal reiterasse sua crença na existência de um sentimento patriótico já constituído entre os italianos residentes em Minas Gerais. O jornal afirmava que o representante do governo italiano

(...) ficou imensamente satisfeito ao notar o perfeito acordo que existe, em toda parte, entre os nativos e os italianos, os quais, embora dando sua contribuição de atividade e trabalho para melhorar e prosperar a terra que generosamente os recebeu, mantêm sempre viva e acesa, nos seus corações, o sentimento de devoção e amor pela pátria distante (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p. 2, 11 jun. 1905)<sup>35</sup>.

Houve um tema tratado pelo jornal que nos possibilita perceber os dois supradestinatórios em evidência no *L'Eco del Popolo*, em ação diante de uma situação imediata vivida pelos italianos no Brasil. Esse tema se refere às discussões ocorridas em torno do Decreto Prinetti. Esse decreto, de 26/03/1902, proibia a emigração subsidiada para o Brasil de grupos de imigrantes, a não ser com base em contratos aprovados pela Comissão Geral de Emigração. Permanecia livre a emigração espontânea e já previamente paga por indivíduos isolados (TRENTO, 1988: 53). Esse decreto foi criado, com base no relatório do deputado Rossi, representante do governo italiano, que veio ao Brasil averiguar inúmeras denúncias referentes às péssimas condições de vida e trabalho a que eram submetidos os imigrantes, no Brasil. Ao suspender a imigração para o Brasil o Decreto suscitou reação por parte do Brasil e houve muitas discussões, tanto na Itália quanto no Brasil, a respeito do mesmo. Contrarrelatórios de italianos que viviam no Brasil foram apresentados para refutar ou confirmar muitas das conclusões do decreto. Esse era o clima, ainda em 1905, quando o jornal se posicionou.

O jornal expôs sua opinião, quando da censura ao Decreto, feita pelo jornal *La Tribuna Italiana* de São Paulo. O *L'Eco del Popolo* discordou da posição do jornal compatriota. O jornal sustentou que “as atuais condições impõem a manutenção vigorosa do Decreto”<sup>36</sup>. Explicava a posição pela manutenção do decreto ponderando que, na verdade, os estados do Sul do Brasil e Minas Gerais tinham uma imigração pequena, em comparação, a que se destina a São Paulo. Era “o estado de São Paulo o único seriamente interessado, e é o

---

<sup>35</sup> “(...) ed é rimastro immensamente soffisfatto nel notare l'accordo perfetto che dovunque in questo nobile Stato, esiste fra i nativi e gl'Italiani, i quali, purê dando il loro contributo di attività e di lavoro per far migliorare e prosperare la terra che generosamente li ospita, mantengono però sempre viva ed acceso nei loro cuori il sentimento di devozione e d amore per la Pátria lontana”.

<sup>36</sup> “Le attuali condizioni impongono il mantenimento vigoroso di quel decreto.

próprio estado de São Paulo que, no presente momento, menos que qualquer outro estado do Sul merece a preferência dos agricultores imigrantes (...)” (*L’Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 4 jun. 1905)<sup>37</sup>. A crítica a São Paulo era justificada porque

colonização no sentido verdadeiro da palavra São Paulo não quer, e os poucos núcleos coloniais que possui vivem uma vida penosa, e o estado pouco se preocupa com o aumento do número desses núcleos. A imigração que São Paulo quer é a imigração de agricultores para espalhar pelas fazendas que não oferecem certamente uma vida muito amena (*L’Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 4 jun. 1905)<sup>38</sup>.

Concluindo a apresentação de sua posição afirmava que

até que aos imigrantes não seja assegurada uma vida humana e segura, seria um delito a abolição do decreto Prinetti, e merece louvor o governo italiano que tal delito não quer absolutamente cometer (*L’Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p. 1, 4 jun. 1905)<sup>39</sup>.

Podemos perceber, lado a lado, a influência do discurso nacionalista e a do ideário socialista. Ao se posicionar diante das discussões em torno do Decreto Prinetti o jornal estaria defendendo os interesses dos italianos em uma terra estrangeira. Tratava-se de assegurar os direitos de cidadãos italianos frente aos interesses dos brasileiros. Ao mesmo tempo, ao expor os motivos que levaram o jornal a defender a manutenção do tal decreto, encontramos, como justificativa principal, a situação de exploração vivida pelos trabalhadores agrícolas em terras brasileiras. Não se tratava apenas da defesa dos direitos dos italianos, mas também dos direitos dos mesmos enquanto trabalhadores que viviam uma situação de exploração no mundo do trabalho. Aliados na construção do discurso do jornal, encontramos o discurso nacionalista e o ideário socialista, o que nos remete à consideração de que eles não eram necessariamente opostos. No caso exposto, ao contrário, eles foram acionados de forma complementar pelo jornal.

No jornal *L’Eco del Popolo*, mais que em qualquer outro, podemos perceber a presença proeminente de duas vozes sociais que delimitaram e conformaram os enunciados proferidos pelo jornal referentes à situação mais imediata e ao meio social mais amplo vivenciados pelos italianos. A partir dessas vozes indiretas é que todos os enunciados

---

<sup>37</sup> “(...) lo Stato di S. Paolo l’único interessato seriamente, ed é próprio lo Stato di S. Paolo che, nel momento presente, merita meno di ogni altro Stato Del Sud la preferenza degli emigranti agricoltori (...)”.

<sup>38</sup> “(...) colonizzazione nel vero senso della parola S.Paolo non ne vuole, e i pochi nuclei coloniali che possiede, vivono di una vita stentata, e lo Stato poço si cura di aumentarne di molto il numero. L’immigrazione che S. Paolo vuole é l’immigrazione dei braccianti agricoli da sparpagliare per la fazendas che non offrono certamente um soggiorno molto ameno”.

<sup>39</sup> “Finche agli immigrati non si assicurino condizioni di vita umane e garanzie sicure, sarebbe un delitto l’abolire il decreto Prinetti, e merita lode il governo italiano Che quel delitto non vuole assolutamente commettere”.

posteriores puderam ser iniciados e fabricados. O jornal não começou do zero. Os seus enunciados estavam inseridos num fluxo comunicativo já existente.

É importante salientar que essas vozes não atuaram separadamente na conformação dos enunciados do jornal. A atuação foi simultânea e conjunta. Outra observação importante é que elas foram capazes de alimentar a comunicação discursiva que se desenvolvia em situações vividas pelos italianos, o que nos aponta que elas continuaram, como quando surgiram, enraizadas no social.

O título do jornal, “*O Eco do Povo*”, visto enquanto metáfora, estaria transportando os diferentes sentidos do endereçamento social que foram acionados. E também, transportaria a visão de uma atitude responsiva que caberia ao jornal. O jornal, assim como um eco que repete sons e, com isso, facilita a propagação dos mesmos, também seria propagador de “sons”: os enunciados. O jornal seria um facilitador do processo comunicativo que se desenrolava entre os membros do “povo”, que, como vimos, comportava diferentes classificações.

### **1.2.3. *Un Fiore, Il Martello, La Voce del Cuore, Roma e Fieramosca: de italianos para italianos***

Os cinco jornais da imprensa italiana acima citados retomam a rota iniciada por *O Operario*, da apresentação de um endereçamento social único, tanto para o endereçamento direto quanto para o indireto. As marcas desse endereçamento social único são as do mesmo tipo já comentado para os outros jornais. Assim encontramos a utilização majoritária do idioma italiano na redação dos enunciados<sup>40</sup>. Além dessa primeira marcação do endereçamento, dada pelo uso do idioma italiano, jornais como *Roma* e *Fieramosca* traziam destacados, na primeira página, o seu endereçamento direto. Assim, o jornal *Roma*, imediatamente abaixo do título, se apresentava como um “jornal semanal italiano”. No *Fieramosca*, localizada acima do título, encontramos estampada a mesma marcação do endereçamento: “jornal bissemanal dedicado aos interesses da colônia no estado de Minas”.

---

<sup>40</sup> O idioma italiano não era o único utilizado nesses jornais. O *Fieramosca* trazia nas suas primeiras edições uma sessão escrita em português, a Seção Nacional. Além disso, os anúncios publicitários eram majoritariamente escritos em português. Os primeiros jornais, como o *La Voce del Cuore* e o *Il Martello*, traziam algumas notas e crônicas escritas em português. Dos exemplares trabalhados, somente o *Roma* e o *Un Fiore* foram totalmente escritos em italiano. Sabemos, como já foi mencionado, que, após as quatro primeiras edições em italiano, o *Un Fiore* publicou suas últimas quatro edições em português.

Exposta claramente ou presumida pelo uso do idioma italiano, a marcação do endereçamento social inicialmente nos aponta que os cinco jornais eram feitos por italianos para italianos. Essa marcação foi sendo afirmada à medida que os jornais expuseram as “intenções discursivas” que os orientavam. De forma já destacada, essa “intenção discursiva” dos jornais já estava delimitada por vozes sociais anteriores ao início dos mesmos no fluxo comunicativo. Uma dessas vozes, presença saliente já encontrada no caso do *L'Eco del Popolo*, foi o discurso nacionalista. Esse supradestinatário atuou fortemente na configuração dos enunciados dos cinco jornais. As marcas mais elucidativas dessa presença foram deixadas na conformação da “intenção discursiva” dos jornais. Eles tiveram como objetivo básico a defesa dos interesses dos italianos. Essa defesa comportava uma variedade de manifestações que estiveram contempladas nesses jornais.

Dessa forma, podemos perceber, nos três primeiros jornais publicados dentre os cinco mencionados, *Un Fiore*, *Il Martello*, *La Voce del Cuore*, uma proposta de que esses jornais pudessem se constituir em espaço de encontro para os imigrantes italianos em dupla situação de isolamento, uma representada pela situação de estrangeiro e a outra, pela situação de heterogeneidade cultural entre os imigrantes. Ao se constituir em um espaço para a manifestação da sociabilidade que se forjava na vida cotidiana, os jornais estariam propiciando um mecanismo de coesão para os dispersos imigrantes italianos na cidade<sup>41</sup>. Assim, estariam, também, ajudando na construção de uma identidade italiana para os imigrantes em Belo Horizonte. Outro elemento acionado com essa mesma finalidade foi o discurso nacionalista.

Os títulos desses três jornais são reveladores dessa proposta de mediação das interações sociais entre os italianos. Interações que se estabeleciam na vida cotidiana, baseadas num convívio pacífico, em que os sentimentos de solidariedade, delicadeza e alegria seriam a tônica. A voz do coração seria ouvida nas interações vivenciadas delicadamente como uma flor. Essas seriam temperadas por marteladas de alegria e comicidade.

Os jornais *Roma* e *Fieramosca* participaram desse tipo de manifestação de defesa dos interesses dos italianos. Foram espaço de encontro para efetivação da sociabilidade dos imigrantes italianos, mas se apresentaram também como espaço de manifestação das reivindicações sócio-políticas dos italianos enquanto moradores da cidade<sup>42</sup>. A defesa dos interesses dos italianos se encontrava expresso no próprio desejo de criação do jornal *Roma*. Esse desejo teria sido levado a cabo por membros da colônia italiana da Capital que se

---

<sup>41</sup> Essa abordagem será desenvolvida no capítulo II. Ela não se limitou apenas a esses três jornais.

<sup>42</sup> Essas manifestações reivindicatórias serão abordadas no capítulo II.

reuniram para a criação do jornal. Esse jornal trataria “dos interesses da nossa numerosa e próspera colônia neste estado, em tudo o que se refere à vida econômica, social e intelectual” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>43</sup>. Nesse raio de abrangência dos aspectos a serem defendidos faltou relacionar a política.

Essa ausência da política dentre os temas tratados, no Brasil, por jornais da imprensa italiana que se dirigiam à “colônia” italiana, chamados por isso de jornais da imprensa colonial, era uma prática corrente<sup>44</sup>. Não foi diferente em relação ao *Roma* e ao *Fieramosca*. Nesse último, esse caráter apolítico era expresso textualmente: “O ‘Fieramosca’ não é político, nem partidário. É unicamente italiano (grifo nosso) e, como tal, se garante por si mesmo” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 14 jan. 1917)<sup>45</sup>. Essa característica já havia sido anunciada no *Il Martello* que afirmava que “ não nos ocuparemos de política. Seremos um exército sem bandeira e sem general, tendo como único guia do nosso ideal” (*Il Martello*, Belo Horizonte, p. 1, 17 jul. 1902)<sup>46</sup>.

Essa postura apolítica, onde foi professada, pode ser interpretada como uma forma de se eximir de possíveis problemas com as autoridades brasileiras, o que poderia gerar dificuldades de toda ordem para os imigrantes, chegando ao extremo da deportação, como foi o caso de líderes operários na primeira e segunda década do século XX<sup>47</sup>. Os jornais da chamada imprensa colonial, da qual nossos melhores exemplos são o *Roma* e o *Fieramosca*, eram produzidos por elementos das camadas médias e ricas dentre os imigrantes italianos. Essa composição social marcaria o uso de um tom apolítico, uma vez que esses elementos poderiam ter mais o que perder num enfrentamento direto com as autoridades brasileiras. Eles estariam interessados em manter relações amistosas e proveitosas com os poderes constituídos. Na criação do *Roma*, a cargo de membros da colônia de Belo Horizonte, os primeiros custos da produção do jornal foram cotizados por “generosos” concidadãos italianos, identificados como “(...) comerciantes, industriais e profissionais liberais (...)”

---

<sup>43</sup> “(...) degli interessi della nostra numerosa e prospera colônia in questo Stato, in tutto cio che há rapporto con la vita econômica, sociale e intellettuale”.

<sup>44</sup> Trento (1988) afirma que o tema da política era visto como delicado em todas as circunstâncias e a fim de superar esse obstáculo muitos jornais preferiram “professar abertamente uma posição apolítica” (TRENTO, 1988: 187).

<sup>45</sup> “Il ‘Fieramosca’ non é político, né partitario. É unicamente italiano e, come tale, si raccomanda da sè stesso”.

<sup>46</sup> “Non ci occuperamo de política. Saremo um esercito senza bandeira e senza generale, coll’única guida del nostro ideale”.

<sup>47</sup> Exemplo da repressão sofrida por líderes operários, dentre os quais se destacaram muitos italianos, foi a Lei Adolfo Gordo de 1907, que estabelecia a possibilidade de prisão e deportação de imigrantes envolvidos em questões políticas, o que, naquele momento, se referia, principalmente, a ligações com o movimento operário, inclusive com a imprensa operária.



(*Roma*, Belo Horizonte, p.1, 20 set. 1910)<sup>48</sup>. O jornal, que pretendia “ser o órgão sereno e imparcial dos interesses coletivos da colônia (...)” (*Roma*, Belo Horizonte, p.1, 20 set. 1910)<sup>49</sup>, desde a sua fundação, sendo patrocinado por elementos ricos da colônia de Belo Horizonte e tendo sido entregue à direção de um advogado e de um capitalista da cidade, nos revela a sua composição social, que representava apenas uma parcela da colônia italiana: a de melhor condição econômica e que, numericamente, era a minoria.

A tentativa de estabelecer relações amistosas com os governantes brasileiros chegou a gerar situações inusitadas, como no caso do jornal *Fieramosca* que, na edição do dia 16/06/1918, pedia aos responsáveis, pelas subscrições, as listas para a aquisição do aeroplano que seria oferecido ao estado de Minas Gerais. O jornal afirmava que essa idéia, lançada por ele, deveria ser intérprete “dos sentimentos de simpatia que liga os nossos concidadãos ao país que nos recebe, para o qual será altamente gentil dar uma delicada demonstração de afetuosa cortesia” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 16 jun.1918)<sup>50</sup>.

Esse tom apolítico reiteradamente expresso nos jornais nos revela uma visão limitada do que fosse política, essa se prendia ao universo da política partidária e das disputas pelo controle do Estado. A respeito desse tipo de política os jornais, os nossos exemplares de imprensa colonial local não se pronunciaram. Mas representaram, efetivamente, em suas páginas, um ponto de encontro de práticas sociais em que a política era percebida e vivida de outra forma, como busca pelos direitos de uma cidadania mais ampla, relacionada aos direitos dos moradores de uma cidade. Uma cidadania que se expressava de forma ativa, no exercício de um engajamento e uma deliberação coletivos a cerca de matérias de interesse comunitário. Deliberação que não se refere à tomada de decisão, a cargo das autoridades políticas, mas no sentido de debate em torno de questões relevantes para um determinado grupo, que repercute em forma de ações. Esse tipo de cidadania, defendido por Arendt, se ancora na constituição de um espaço público de ação e deliberação política<sup>51</sup>. Os jornais da imprensa italiana em Belo Horizonte se constituíram, como parte de sua “intenção discursiva”, em espaço público para que tal cidadania se expressasse<sup>52</sup>.

Uma última “intenção discursiva” presente nos jornais *Fieramosca* e *Roma* se apresentou destacadamente sobre as demais já expostas. Foi a tentativa de construção de uma identidade italiana para os imigrantes locais. Essa tentativa se relaciona com o já referido

---

<sup>48</sup> “(...) commercianti, industriali e professionisti (...)”.

<sup>49</sup> “(...) l’organo sereno e spassionato degli interessi collettivi della colônia (...)”.

<sup>50</sup> “(...) dei sentimenti di simpatia che lega i nostri connazionali al Paese che ci ospita, verso il quale sarà altamente gentile dare una delicata dimostrazione di affettuosa cortesia”.

<sup>51</sup> Ver D’ENTRÉVES (1993: 69).

<sup>52</sup> Essa abordagem será trabalhada no capítulo II.

nacionalismo, a mais saliente das vozes sociais encontradas em ação nos enunciados dos jornais. Nos jornais coloniais, essa voz social apareceu, de forma majoritária, sobre as demais. Observando a quantidade de notas, crônicas e artigos e editoriais divulgados pelos jornais, enfocando temas nacionalistas, constatamos que os mesmos predominavam sobre os outros temas. Assim, temos que, nas oito primeiras edições do *Fieramosca*, 60 a 90% da primeira página esteve ocupada por temas nacionalistas. O jornal *Roma* apresentou a mesma distribuição quantitativa elevada de temas nacionalistas na primeira página.

Ao trabalharmos com os títulos dos dois jornais da imprensa colonial, o *Roma* e o *Fieramosca*, enquanto metáforas transportadoras de sentidos, encontramos, novamente, o nacionalismo afirmado. O jornal *Roma*, no seu primeiro número, explicitou o motivo da escolha do título *Roma*. O nome de *Roma* seria uma “(...) afirmação gloriosa de italianidade e símbolo de concórdia (...)” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>53</sup> que a “cidade eterna” simbolizava. A data de 20 de setembro para a primeira edição do jornal, foi escolhida propositalmente. Tratava-se da data de mais alto valor simbólico para o nacionalismo italiano. Nela se comemorava o final do processo de unificação italiano. A mesma havia sido adotada como data nacional da Itália.

No caso do título *Fieramosca*, que tinha um jornal homônimo em Juiz de Fora, o nacionalismo, também, esteve presente. *Fieramosca* era o nome de um guerreiro italiano que, no século XV, lutou contra inimigos estrangeiros que invadiram sua região. O escritor D’Azeglio, no final do século XIX, escreveu um livro, muito popular, onde contava a saga desse guerreiro, logo elevado à categoria de herói nacional, num momento em que a unificação italiana, para se concretizar, enfrentava inimigos externos. O título do jornal homenageava esse herói italiano e pretendia, ao portar seu nome, incorporar as virtudes guerreiras do herói, em defesa da colônia italiana do estado.

Podemos apontar duas importantes razões para que o nacionalismo tenha assumido uma posição de destaque na fabricação dos enunciados dos jornais. A primeira razão decorreu do recente processo de unificação italiano somente completado em 1870. A afirmação do nacionalismo era um fator de consolidação da jovem nação frente às demais. A segunda razão se ligou a ocorrência da Primeira Guerra Mundial. A Itália se via envolvida em uma guerra, e, ainda, enfrentava um velho inimigo do tempo das lutas pela unificação: a Áustria. Com a Áustria, havia problemas pendentes, desde a unificação, referentes a territórios pretendidos pela Itália, o que deu origem ao chamado nacionalismo irredento. O

---

<sup>53</sup> “(...) offermazione gloriosa di italianità e símbolo di concórdia (...)”.

nacionalismo, novamente, cumpriu a função de unir os italianos em prol de uma mesma causa: a defesa da Pátria e dos seus interesses. O jornal *Fieramosca* foi criado durante a Primeira Guerra. A coloração nacionalista que, habitualmente, impregnava os jornais da imprensa colonial teve seu tom ampliado em função da situação mais imediata referente à ocorrência da Primeira Guerra.

Nesse momento da publicação dos jornais italianos, em Belo Horizonte, como veremos no terceiro capítulo, o discurso nacionalista andava lado a lado com o discurso identitário. Na montagem discursiva de cada um dos dois elementos a nação e a identidade italianas eram apresentadas como atemporais, tendo sempre existido, podendo, portanto, servir de base fundante para outros elementos da vida social. A existência da nação italiana, vista de forma essencialista, funcionou como base fundante da identidade dos italianos, mas a situação inversa também ocorreu. Como ambas – nação e identidade – são vistas, nesse trabalho, enquanto construção, podemos apontar que o que ocorreu, na maioria das vezes, nos jornais que trataram da temática identitária foi o recurso ao discurso nacionalista, para corroborar as afirmações do discurso identitário que se estava montando localmente.

No terceiro capítulo estaremos trabalhando com os jornais, principalmente os coloniais, nessa sua tentativa de construção de uma identidade italiana para os italianos de Belo Horizonte<sup>54</sup>. Os jornais ao assumirem como função social essa construção, buscaram se posicionar como espaço de discurso e prática de uma identidade nacional.

Além dessa construção de uma identidade como forma de propiciar a coesão dos imigrantes italianos em Belo Horizonte, os jornais buscaram com o mesmo fim, também, se posicionar como um espaço possível, virtual, para os variados encontros verificados na vivência social da “colônia” italiana. Acolheram encontros conflituosos e comuns cujo cenário era a cidade.

---

<sup>54</sup> Essa tentativa rompia as fronteiras da cidade, uma vez que os principais jornais que tentaram tal construção eram veiculados no estado de Minas Gerais, o caso do *Roma* e *Fieramosca*.















## CAPÍTULO II – Imprensa italiana: espaço virtual de encontro

A ação jornalística prefigurada na imprensa italiana que estudamos é percebida enquanto um dos elementos instituintes da realidade social, sendo capaz não só de difundir práticas sócio-culturais, mas, também, de constituir essas mesmas práticas. Compreendido dessa forma, o jornalismo nos remete ao sentido mais amplo do processo comunicativo em sua globalidade, como faces inseparáveis de uma mesma moeda. Essa “moeda” comunicacional pode ser vista então “como uma forma de relação social que permeia e participa da configuração social” (CASTRO, 1997: 19).

Nessa linha de análise do processo comunicativo e dos meios pelos quais se efetua, mais diretamente, a comunicação, encontramos abordagens do discurso jornalístico enquanto instaurador de práticas sociais<sup>55</sup>. Nessas abordagens, os jornais são percebidos como mais que simples meios pelos quais as notícias são divulgadas e, sim, como verdadeiras testemunhas de uma sociedade, sua maneira de sentir, significar, resistir, viver. Para França (1998), a prática jornalística, para além de sua própria existência em si mesma, é o “resultado de um processo complexo e singular de inter-relação entre os elementos que a compõem- os interlocutores, a produção discursiva, o contexto” (FRANÇA, 1998: 17). O jornalismo nos diz, então, da sociedade que o produziu e, ao mesmo tempo, nos diz também da “nova” sociedade que ajuda a instituir no permanente processo do devir social. A ação jornalística, representada pelo discurso fabricado<sup>56</sup> pelos jornais, se apresenta, assim, como mediação entre as várias “falas” da sociedade, dirigindo-as de volta à própria sociedade. Não sem antes interferir nesse processo comunicativo e interacional como agente ativo que é, como fundante, também, desse “circuito” estabelecido, por sua ação mediadora. Nesse processo estão presentes a produção e a interpretação de sentido que se realizam permanentemente nas interações sociais. Isso porque “a vida social compreende, no movimento mesmo de ajuntamento, a instalação do simbólico; as relações sociais são ao mesmo tempo relações de sentido” (FRANÇA, 1998: 43).

---

<sup>55</sup> Podemos citar como exemplos desse tipo de abordagem do processo comunicacional os trabalhos de FRANÇA (1998) e CASTRO (1998).

<sup>56</sup> A escolha do termo “fabricação” e derivados se prende à referência de que se está detectando uma produção, uma poética, no sentido dado pelos gregos, uma atividade criativa (*poien*: criar, inventar, gerar). Apoiamo-nos na perspicaz análise de Certeau (2002) que nos dá a chave para a leitura da fabricação, que se realiza na vida social enquanto atividade criativa própria de sujeitos, não de sujeitados.

Tentar perceber esse duplo aspecto da relação comunicacional, o seu caráter instituído e instituinte do social, em ação, através dos jornais, nos levou a pensar nos significados que a ação jornalística podia assumir na sociedade ou num grupamento específico de uma sociedade, como foi o caso da imprensa italiana<sup>57</sup>. Assim, podemos perceber a ação da imprensa, enquanto mediadora social, quando ela acolhe as demandas sociais, que podem ser, inclusive, de alguns setores da sociedade, não do seu todo (ou pensada no seu todo), e num processo de difusão retorna às mesmas de um modo, agora, ampliado, recortado, universalizado, em forma de notícia de interesse social. Nesse movimento se projeta uma forma de dizer o social que lhe é específica. Nesse sentido, o jornalismo, como afirma Tavares (2005), se constitui em um “(...) mediador de experiências e partilhas, possui e constrói um tempo e um lugar, assim como faz parte de um lugar e de um tempo” (TAVARES, 2005: 27). O “dizer social” do jornalismo constitui um “próprio”, sendo, portanto, uma prática institucionalizada e autônoma. É uma prática que “(...) ocupa um lugar determinado, desenvolve a própria forma e, na sua especificidade, alcança sua legitimidade enquanto discurso autorizado” (FRANÇA, 1998: 28).

Os jornais italianos foram exemplos desse “dizer social” próprio. Esse “dizer próprio” se efetou numa das “funções” que os jornais se outorgaram, ao se constituírem enquanto espaço virtual de encontro da colônia italiana, principalmente de Belo Horizonte. Segundo o Dicionário Houaiss, virtual é o “existente apenas em potência ou como faculdade” e, por derivação, encontramos o “que poderia vir a ser, existir, acontecer ou praticar-se, possível, factível”<sup>58</sup>. Foi assim que entendemos a abertura do jornal para os encontros que se realizam na vida cotidiana dos italianos. Essa abertura possibilitou a existência de um espaço<sup>59</sup> que podia ou não ser ocupado pelos italianos e/ou pelos jornais, caso percebessem que havia acolhida para sua iniciativa.

---

<sup>57</sup> Conforme as interpretações dos estudiosos, podem ser atribuídos vários papéis ou funções ao jornalismo. Não estamos igualando essas funções ou papéis às características inerentes ao processo comunicativo, mas no nosso caso, estamos buscando perceber, com exemplos de funções possíveis assumidas pelos jornais italianos, o duplo movimento presente no processo comunicativo atuando nos jornais. Essas “funções” foram percebidas enquanto próprias aos jornais trabalhados, não estamos advogando que as mesmas sejam próprias a todos os jornais. E mesmo porque, como afirma França (1998), “o jornalismo não se realiza sempre da mesma maneira nem exerce em todo lugar as mesmas funções. Essas não existem aquém ou além de sua existência de jornal concreto” (FRANÇA, 1998:35).

<sup>58</sup> VIRTUAL. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 1º. mai. 2005.

<sup>59</sup> O termo “espaço” também foi “assimilado” do trabalho de Certeau (2002). O autor estabelece uma distinção entre espaço e lugar. Assim, o lugar “é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência” (CERTEAU, 2002: 201). Os elementos considerados se acham posicionados uns ao lado dos outros, cada qual situado num lugar próprio, ou seja, numa configuração instantânea. Já o espaço existe enquanto cruzamento (de situações) de móveis. “Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de

No caso estudado, esse espaço virtual de encontro, propiciado pelos jornais, foi ocupado pelos italianos através, principalmente, de três modalidades de intervenção discursiva. Uma delas foi a reivindicação por acesso aos serviços públicos básicos, feita pelos italianos moradores de Belo Horizonte, nas duas primeiras décadas do século XX. Outra intervenção discursiva foi o caso da verdadeira promoção de encontros, que foi realizada nas páginas dos jornais da imprensa italiana. Suas páginas intermediaram encontros sociais os mais diversos, espelhando a rede de sociabilidade que permeava a sociedade belo-horizontina, da qual a “colônia” italiana fazia parte. A terceira modalidade se refere ao caso específico do jornal *O Operario*. Sendo um jornal do tipo “jornal-órgão”, classificação usada por Mouillaud (2002) para se referir aos jornais da imprensa-militante, no caso local, ligada à Liga Operária, sua ligação constitutiva era com os interesses dos trabalhadores afiliados a Liga. Nesse caso, os problemas locais do mundo do trabalho fizeram parte da pauta principal do jornal. As dificuldades cotidianas desse mundo e sua relação com a vida privada dos trabalhadores acabou por ligar esse jornal aos demais. Havia em *O Operario* a mesma intenção de se constituir em espaço possível de encontro para um dado grupo de pessoas. No caso específico do jornal, esse grupo não se limitava aos trabalhadores italianos da cidade<sup>60</sup>.

Percebida dessa forma, a imprensa italiana funcionou como um espaço virtual de encontro de diferentes relações sociais: dos moradores da cidade com o poder público; dos operários com os patrões, dos vizinhos entre si, da colônia italiana entre si. Os jornais, através do trabalho de seus jornalistas, atuavam “como interlocutor entre a sociedade e ela mesma” (TAVARES, 2005: 32). Isso porque, assim compreendido os jornais promoviam “uma passagem, permitindo uma troca comunicacional e relacional entre os sujeitos e o mundo” (TAVARES, 2005: 32). Eles provocavam “um elo entre interpretações e significações, possibilitando ao seu leitor se reconhecer e, conseqüentemente, se situar no contexto espaço-temporal de sua realidade, uma realidade ali construída e transmitida” (TAVARES, 2005: 32). Neste capítulo estaremos buscando, através do posicionamento dos jornais enquanto espaço virtual de encontro, pelo seu “papel” de canal de mediação social<sup>61</sup>.

---

proximidades contratuais” (CERTEAU, 2002: 202). Assim compreendido, o “espaço será um lugar praticado”. Espaços são especificados pelas ações de sujeitos históricos, ou seja, são “fabricados” em determinados momentos e situações. É importante salientar que não há espacialidade que não organize a determinação de fronteiras. Define-se o que (quem) está dentro e o que (quem) está fora.

<sup>60</sup> Isso devido ao endereçamento social adotado pelo jornal, como foi referido no capítulo I.

<sup>61</sup> No capítulo III, buscamos contemplar, através de prática discursiva específica, o outro lado do processo comunicacional inerente à ação jornalística: a instauração de práticas sociais. Faremos isso, apresentando a tentativa de instauração de uma prática social no seio da colônia italiana, proposta pelos jornais: fabricação/construção da identidade nacional.

## **2.1. Encontros conflituosos: novos atores em cena, o cidadão e o trabalhador**

### **2.1.1. A voz do cidadão**

A prática dos jornais de acolher as reivindicações dos habitantes da cidade no tocante à ausência de serviços públicos básicos era comum nas duas primeiras décadas de existência da capital. Julião (1992) viu nessa prática de recorrer aos jornais como canais de intermediação das demandas junto ao poder público uma ação dos moradores com vistas à obtenção do reconhecimento de sua cidadania. Dependendo da forma como os jornais da capital divulgavam essas reivindicações (ou não divulgavam), pode-se ver se os mesmos percebiam os autores das reivindicações como cidadãos ou não. Na maioria das vezes, a imprensa local era conservadora, ligada aos poderes dominantes da nova república recém-instalada, o que comprometeu a sua visão quanto ao caráter político das reivindicações dos moradores. Essa prática dos jornais nos remete à presença de uma cadeia discursiva referente à tematização do viver urbano. Seguindo Bakhtin (2003), percebemos que o discurso dos jornais foi precedido de outras enunciações sociais que, de certa forma, conformaram e/ou delimitaram o discurso em voga dos jornais a respeito desse viver urbano. Na maioria das vezes, no caso belo-horizontino, essas vozes anteriores (chamadas por Bakhtin de supradestinatário) eram de um viés conservador, o que significou que as demandas dos setores populares por serviços públicos não foram reconhecidas como legítimas. Afinal, a recém implantada república não reconhecia esses reclamantes como cidadãos e, portanto, portadores de direitos sociais<sup>62</sup>.

A imprensa italiana também acolheu esse tipo de reivindicação. Afinal, os italianos eram habitantes dessa cidade tematizada. Mas, fora o caso do jornal *O Operario*, de cunho político socialista, o tratamento dado a essas reivindicações, na maioria das vezes, mostrava um tom moderado, pois elas se achavam inseridas na esfera política local. Essa postura não nos causa surpresa, dada a posição dos produtores dos jornais como imigrantes em uma terra estrangeira, sem gozar legalmente dos direitos dos cidadãos nativos. Mesmo que esses direitos só fossem reconhecidos no papel, e não na prática, para os próprios brasileiros.

---

<sup>62</sup> Segundo Carvalho (1999), o grupo republicano que dominou durante toda a Primeira República tinha como modelo de república a ser implantado o modelo norte-americano. O que significava que convinha-lhe a "(...) definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da república. Mais ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares" (CARVALHO, 1999: 93).

A realidade efetiva de exclusão social das camadas sociais desfavorecidas era a tônica durante toda a Primeira República. E, mais ainda, esses imigrantes procuraram, na maioria das vezes, buscar uma relação “amistosa” com os poderes constituídos, visando evitar confrontos diretos. Apesar dessas ressalvas, as reivindicações dos moradores de Belo Horizonte, principalmente os italianos, mas não somente eles encontraram espaço de visibilidade, mesmo que às vezes tímido, nos jornais italianos.

Que tipo de reivindicações eram relatadas pelos jornais? Elas se referiam aos principais problemas que atingiam a maioria da população da cidade, representada pelas camadas populares. A maioria dos imigrantes italianos residentes em Belo Horizonte pertencia às camadas populares. Vieram quando da construção da capital, tendo representado a maioria da mão-de-obra utilizada<sup>63</sup>. Muitos aqui ficaram e passaram a habitar “bairros” na zona suburbana da cidade, os quais não contavam com os serviços públicos básicos de fornecimento de água, luz, transporte<sup>64</sup>.

Diante desse quadro de carência desses serviços, os moradores da cidade, incluindo os italianos, encontraram nos jornais canais de acolhimento e divulgação de suas demandas junto ao poder público municipal. Nesse sentido, encontramos, na forma de pequenas notas, esse tipo de reivindicação sendo apresentada nos jornais italianos. Esse foi o caso de uma nota do *L'Eco del Popolo*, que nos apresentava o redator do jornal se queixando da falta de iluminação pública, como qualquer outro transeunte noturno. Assim, a nota publicada solicitava à Prefeitura a colocação de um poste de iluminação, visando atender aos moradores da rua Pouso Alegre e adjacências. O *L'Eco del Popolo* não só nos apresenta o jornal como porta-voz dos cidadãos que reclamavam pela iluminação pública, mas também se apresentou como particularmente interessado no pedido, uma vez que os produtores do jornal se identificavam como moradores da cidade e, por isso, se viam padecendo dos mesmos males que atingiam aos demais. Afinal, afirmava que

nas noites em que não há lua, os transeuntes correm perigo, como o que aconteceu com nosso redator, de cair dentro do rio (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.2, 14 jun. 1905)<sup>65</sup>.

Notas reivindicatórias apareciam, às vezes, sem identificar se os seus autores eram italianos, o que estendia o âmbito da “função” dos jornais como porta-vozes dessas

---

<sup>63</sup> No Almanack da Cidade de Minas de 1900, o dados apresentados são de que, durante a construção de Belo Horizonte, cerca de 5 mil operários estrangeiros foram utilizados. Destes, a maioria era italiana, aproximadamente 3 mil; 800 eram espanhóis, 600 portugueses e 600 alemães (LIMA, 1900: 230).

<sup>64</sup> Esses serviços não cobriam nem mesmo as áreas da zona urbana da cidade, durante todo o período estudado.

<sup>65</sup> “Nelle notti ni cui non c’è luna, i viandanti corrono pericolo, como lo há corso un nostro redattore, di cadere dentro al fiume”.

reivindicações para além de seu público alvo. Foi o caso, por exemplo, da nota publicada na “Secção Nacional”, do *Fieramosca* de 1916. Quando se podia imaginar que pelo menos a área urbana da Capital já tivesse sido calçada, encontramos uma nota, informando que uma comissão de moradores da rua Espírito Santo solicitou, em reunião com o Prefeito, a finalização do calçamento da referida rua. O jornal publicou a resposta do prefeito alegando não ter sido possível concluir a obra de calçamento, já prevista, por falta do material necessário, uma vez que “a unica pedreira que fornece os parallelipipedos – a do Acaba Mundo – não dá nem o necessario para o calçamento da Av. Affonso Penna” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.2, 3 abr.1916) Se as dificuldades eram de ordem “técnica”, ligadas à falta de material para pavimentar as ruas da área urbana, que tinham prioridade sobre as da área suburbana, é de se imaginar em que condições estavam as ruas desta área, sempre esquecida pelo poder público.

Outro problema enfrentado pelas camadas populares da cidade durante todo o período estudado foi o da falta de moradias. O problema da moradia, já presente desde o momento da construção da cidade, se avolumou com a crise econômica que se abateu sobre o Brasil, no final do século XIX. A crise financeira de 1898, que atingiu o Brasil, repercutiu em todos os estados, atingindo Minas Gerais e Belo Horizonte. Assim, os primeiros anos da nova capital foram de estagnação econômica, implicando em cortes orçamentários, ocasionando a paralisação das obras de construção da nova estrada de ferro ligando a cidade ao Rio de Janeiro e das obras de finalização da capital. A paralisação das obras atingiu duramente os trabalhadores, que se viram sem trabalho, sem seu sustento e sem garantias de obtenção de outro em curto prazo, já que a crise era generalizada. Uma das primeiras consequências dessa situação foi a expansão das favelas.

As autoridades municipais tentaram a remoção desses enclaves de pobreza transferindo-os para a área suburbana, como foi o caso do Barro Preto. Essa área, originalmente pertencente à área urbana, teve seu “zoneamento” mudado para receber essa população incômoda, se tornando parte da zona suburbana da cidade.

Esse problema da remoção das moradias dos mais pobres foi alvo de uma nota de *O Operario* que ironizava uma portaria baixada pelo Prefeito ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão<sup>66</sup>. O jornal afirmava, que já que no Barro Preto estava se erguendo uma “nova cidade de cafuas”, não via o porquê da demolição, uma vez que o que,

---

<sup>66</sup> Área ocupada por cafuas desde o período da construção da cidade. Localizava-se na área que na, primeira década de existência da cidade, foi denominada “Barro Preto”.

na realidade, se fazia era uma mudança no local das mesmas<sup>67</sup>. A conclusão de *O Operario* era de que não havia melhoria nas condições de habitação, mas apenas danos aos interesses dos “pobres operários”. Finalizava com uma avaliação realista quanto ao que acontecia em relação ao problema da moradia dos mais pobres, “cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam” (*O Operario*, Belo Horizonte, p. 2, 19 ago.1900)<sup>68</sup>.

Além das reivindicações por serviços públicos básicos e das importantes questões referentes à falta de moradia na cidade, os jornais também abriram espaço para as reclamações contra os estabelecimentos comerciais que lesavam os consumidores ou eram responsáveis por algum tipo de desconforto e, ainda, para reclamações contra práticas de abuso de preços cometidos.

Um bom exemplo do acolhimento dessas reclamações visando a defesa do “interesse público” foi a queixa contra uma fábrica de velas, que era identificada na nota através do nome de seus proprietários. Da fábrica emanava um “horrrível e insuportável” cheiro que incomodava os vizinhos. O jornal *L'Eco del Popolo*, que publicou a nota intitulada “pela higiene”, finalizava em termos incisivos a sua defesa da população prejudicada, diferentemente dos demais jornais coloniais, devido às nuances de seu endereçamento social<sup>69</sup>: “Os interesses dos ditos senhores [os proprietários da fábrica] são certamente respeitáveis, não mais respeitáveis, porém, que os daqueles habitantes e dos proprietários de casas da vizinhança que vêm desvalorizar a sua propriedade” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.2, 4 jun. 1905)<sup>70</sup>.

O outro exemplo desse tipo de reclamação contra estabelecimentos comerciais foi publicado no *Fieramosca*, na seção de sugestivo nome – *Vox populi*. O jornal publicou uma

---

<sup>67</sup> Embora mais tarde tenha se tornado o local destinado à implantação da primeira vila operária da cidade, através do Decreto 1516 de 2 de maio de 1902, o “bairro” já comportava a já referida “favela” do Leitão desde o período das obras de construção da cidade. Apesar de regulamentado, o Barro Preto, na época, não contava com nenhuma infra-estrutura urbana.

<sup>68</sup> A tentativa de se resolver o problema de moradia dos mais pobres afastando-os da área urbana foi pensada, em 1904, para a própria área do Barro Preto. O prefeito Francisco Bressane de Azevedo retrata bem essa postura ao afirmar que “(...) o povoado do Barro Preto, ocupado quase exclusivamente por operários e sem as condições exigidas pela higiene, constitui uma ameaça à saúde pública e deve ser dali removido com a possível brevidade” (Bresane, citado por SANEAMENTO Básico em Belo Horizonte: trajetória de 100 anos. p. 81).

Mais uma vez, como denunciou o relato de *O Operario*, a solução que o poder público encontrava para enfrentar o problema da habitação era afastar para mais longe da área urbana a população mais pobre. Esta era considerada culpada por não viver dentro dos padrões higiênicos e sanitários próprios de uma cidade “moderna” e modelo, como os que deveriam prevalecer na zona urbana de Belo Horizonte. Com medidas como a preconizada pelo prefeito Azevedo, se buscava impedir que a pobreza se espalhasse, como uma epidemia, contaminando o tecido social sadio, encontrado na área urbana.

<sup>69</sup> O endereçamento social diferente dos demais da imprensa italiana e suas prováveis conseqüências foi salientado no primeiro capítulo.

<sup>70</sup> “Gli interessi dei detto signori sono certamente rispettabili non piú rispettabilli, però, di quelli degli abitanti e dei proprietari di case della vicinanza che vedono svalorizzate le loro proprietà”.



carta de um morador da cidade solicitando ao gerente do jornal “levar ao conhecimento por meio do vosso jornal ao Exmo. Snr. Prefeito (...)” a reclamação que fazia. A reclamação era contra “um facto que constitue um verdadeiro attentado à saúde publica. Trata-se do mau e prejudicial costume de alguns açougueiros que usam para contra-peso carne velha, e quase em estado de putrefação” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, Seção Nacional, 18 mar. 1916, p.2). O autor da carta ainda afirmava sua convicção de que deveria ser mais severa a “fiscalização dos açougues isto para o bem da hygiene”<sup>71</sup>.

Do mesmo *Fieramosca* veio nosso último exemplo. Dessa vez, referente à denúncia de preços abusivos praticados pelos negociantes da cidade, relativos aos gêneros de primeira necessidade. Em duas notas publicadas em edições sucessivas, o jornal abordava a questão. Na primeira, culpabilizava as fortes chuvas que impediram o tráfego normal dos trens que traziam os cereais e outros gêneros de primeira necessidade para a cidade. Graças a isso as mercadorias estariam paradas nas estações e os negociantes, por falta de abastecimento, haviam tornado os “preços exorbitantes”. O jornal esperava que o bom tempo fosse “um golpe de morte na prejudicial especulação” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 29 mar.1916). A segunda nota publicada na Seção Nacional informava que o jornal “Diário de Minas” havia recebido uma carta do diretor da Estrada de Ferro do Oeste afirmando não haver mercadorias paradas nas estações. Diante dessa informação, o jornal concluiu, então, que a alta de preços verificada não passava de pura especulação dos comerciantes locais. Diante dessa situação, pediu a intervenção do Prefeito para por fim à especulação de preços (*Fieramosca*, Belo Horizonte, Seção Nacional, 1º. abr.1916, p. 2).

O mesmo poder público que era alvo de reclamações por parte dos moradores da cidade era solicitado a intervir em prol dos interesses da população. As reivindicações e reclamações dos jornais e dos reclamantes que representavam eram dirigidas, ao mesmo tempo, “contra o Estado ou ao Estado” (JULIÃO, 1992: 136). Nesse movimento, se reconhecia, no Estado, uma dupla face que atingia a vida dos cidadãos comuns, ora ele se apresentava opressor, discriminatório e perseguidor, ora era reconhecido como instância “responsável pela oferta de serviços” e, sendo assim, deveria ser acionado. Mais que um direito aos serviços básicos (água, esgoto, transporte, moradia, saúde), essas reclamações expressavam “uma luta pelo direito à cidade” (JULIÃO, 1992: 136). Direito esse que as camadas populares, incluindo a maioria dos italianos que a elas pertenciam, não estavam propensas a abandonar sem luta (JULIÃO, 1992: 136). A população desassistida negociava,

---

<sup>71</sup> Citação em português, pois a seção onde foi publicada era escrita em português por se tratar da Seção Nacional do *Fieramosca*.

através da recusa cotidiana à posição de não-cidadão<sup>72</sup>, a sua inserção social junto à instituição estatal. As reclamações podem ser vistas como a presença de um sentido partilhado do que era ser um cidadão. Esse sentido não condizia com o padrão político-legal vigente. A “cidadania” pretendida e reclamada pelos que acionavam os jornais como espaços de visibilidade de suas demandas sociais era ligada à vivência de que a cidade também lhes pertencia. A cidade era o espaço onde suas vidas encontravam sentido, no mundo do trabalho, nas relações com vizinhos, no existir cotidiano de sua vida familiar, no seu direito a usufruir dos benefícios dos equipamentos urbanos.

Os jornais, tanto os nacionais quanto os italianos, ao dar visibilidade às queixas dos habitantes da cidade, proporcionaram a publicização das mesmas, tornando-as parte da realidade comum, compartilhada, enfim, pública, dos leitores desses jornais. Nesse sentido, os jornais tornaram públicas as reivindicações em dois sentidos. Primeiramente, essas reclamações puderam ser vistas e ouvidas (lidas), tendo obtido divulgação e, ainda, puderam constituir um vínculo comum entre os moradores da cidade, que viram suas demandas, aparentemente individuais, como algo que atingia a uma grande parcela dos habitantes da cidade, como algo do interesse público (ARENDDT, 1991: 50-63). Essas queixas publicizadas deixaram de ser apenas de um grupo ou indivíduo, passando a fazer parte de um “(...) campo de visibilidade partilhada – que foi construído/modelado pela interlocução (...)” (FRANÇA, 1995: 12) entre leitores/redatores dos jornais. Nos jornais italianos, o que era uma queixa aparentemente isolada emergiu para uma situação de alargamento do espaço discursivo generalizado. Através dessa atividade organizante de publicização presentes nas interações comunicativas, se instaurava um espaço público, na medida em que elas proporcionaram uma relação de troca e partilhamento de um sentido possível para “cidadania”. Assim, os jornais italianos, assim como os nacionais, contribuíram para “o aprofundamento da reflexividade da vida social (...)” (MAIA, 1998: 138) ao tornar possível a articulação e tematização de importantes questões sociais que, sem a sua ação, teriam mais dificuldade de se tornarem, ao menos, visíveis.

---

<sup>72</sup> Na verdade, o que encontramos no Brasil da Primeira República é uma “cidadania negativa”, na medida em que foram negados os direitos sociais básicos ao grosso da população brasileira. A esse respeito Carvalho (1999) comenta que a cidadania inglesa foi construída “(...) em cima de profundo sentimento de liberdade; a francesa assentou nos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade; a norte-americana emergiu das comunidades livres da Nova Inglaterra (...)” e a nossa “(...) foi implantada a porrete. O cidadão brasileiro é o indivíduo que, na expressão de Ferreirinha [ex-marinheiro submetido ao regime punitivo de chibatadas que vigorou na Marinha brasileira até o início do século XX] tem o gênio quebrado a paulada, é o indivíduo sobrado, amansado, moldado, enquadrado, ajustado a seu lugar. O bom cidadão não é o que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita” (CARVALHO, 1999: 307).

Essas questões referentes às reclamações dos habitantes da cidade nos mostram um entendimento partilhado por segmentos sociais de um sentido ampliado de “cidadania”, que nos remete à visão da mesma enquanto “direito a ter direitos”. Assim entendida, a “cidadania” podia e devia ser compartilhada por todos os moradores de Belo Horizonte, incluindo os italianos. Da cidadania legal, eles estavam excluídos, já que não eram nascidos no Brasil, mas não o estavam da “cidadania” partilhada com os outros moradores da cidade, mesmo que através da luta para ver realizado esse sentido de cidadania comum.

### **2.1.2. *O Operario*: a encenação das relações conflituosas no mundo do trabalho local**

O jornal *O Operario* foi um caso único dentre os estudados. Aparentemente, destoava da “função” que os jornais se atribuíram, de porta-voz dos italianos residentes em Belo Horizonte. Esses jornais ao publicizarem as reclamações dos italianos contra a falta de serviços públicos básicos na cidade, reclamações contra abusos de preços de mercadorias e, também, publicando notas referentes a momentos importantes da vida cotidiana, se afirmavam como um espaço de visibilidade social para a “colônia” italiana. Dois pontos distanciavam *O Operario* dos demais. O primeiro se liga à sua classificação enquanto do tipo “jornal-órgão”. No caso local, o jornal era o órgão de propaganda da Liga Operária, sua ligação constitutiva era com os interesses dos trabalhadores afiliados à Liga. Dentre os fins propostos pelo “Projecto de Estatutos para a Liga Operaria”, publicado na primeira edição do jornal, constava “manter um jornal de propaganda”. Com isso, podemos identificar, pelo seu endereçamento social, que o jornal já nascia dirigido especificamente a um grupo social: os trabalhadores da cidade de Belo Horizonte, basicamente, os sócios-contribuintes da Liga Operária. Ao contrário dos demais jornais da imprensa italiana, seu público-leitor não se limitava aos trabalhadores italianos da cidade, apesar de estes constituírem a maioria dos filiados à Liga Operária<sup>73</sup>.

O segundo ponto se refere ao conteúdo político-ideológico explícito que delimitava tanto a criação quanto a “intenção discursiva” do jornal. Esse era constituído pelo discurso socialista-reformista, já comentado no primeiro capítulo. Esse discurso do

---

<sup>73</sup> Essa afirmativa fica corroborada pela lista publicada pelo próprio jornal; nela se pode constatar que a maioria dos sócios fundadores da Liga Operária eram italianos. De um total de 244 sócios inscritos, 204 eram italianos, ou seja, 94,2%.

supradestinatório foi a voz que conformou a análise da realidade social vivida pelos trabalhadores, em Belo Horizonte. Foi a partir dela que o jornal apresentou/interpretou as relações do mundo do trabalho local e sua inserção na vida cotidiana dos trabalhadores. Havia todo um trabalho de cunho pedagógico sendo efetuado, quando o jornal executava a sua análise da realidade vivida pelos trabalhadores<sup>74</sup>.

Foi exatamente essa apresentação (crítica) do mundo do trabalho local que aproximou o jornal *O Operário* dos demais, na medida em que havia nele a mesma possibilidade de se constituir em um espaço possível de encontro entre os trabalhadores da cidade. Ele se constituiu num espaço, principalmente, de confronto entre trabalhadores e patrões.

A Liga Operária, que criou e manteve financeiramente o jornal *O Operário*, foi criada numa reunião realizada em 15 de julho de 1900, a qual contou com presença de cerca de setecentas pessoas<sup>75</sup>. Faria et al. (1982) afirmam que a presença de imigrantes qualificados e com experiência de vida associativa, na cidade, é que nos possibilita entender como essa reunião deu origem à Liga Operária<sup>76</sup>.

Como apontam Faria et al. (1982), o órgão do estado de Minas Gerais, *Minas Gerais*, noticiou a ocorrência da reunião, informando ainda que a mesma havia sido preparada com boletins distribuídos na cidade. Esse jornal reproduziu as resoluções tomadas naquela reunião que prenunciavam o programa da Liga divulgado no primeiro número de *O Operário*. Essas resoluções enfocavam o problema mais premente dos trabalhadores naquele momento:

---

<sup>74</sup> Isso era uma prática corrente, no período, entre os jornais da imprensa operária. Havia um trabalho de doutrinação ideológica dos operários, que deveria ser levada a cabo pelos sindicatos, ligas ou associações de trabalhadores. A imprensa foi vista como importante veículo divulgador nesse processo de “capacitação” ideológica dos trabalhadores. Não será, assim, de se estranhar que a Liga Operária de Belo Horizonte tivesse o seu jornal de propaganda.

<sup>75</sup> Em 1913, a Liga Operária acabou se reformulando, vindo a se chamar Centro Operário Sindicalista de Belo Horizonte. Essa transformação se deu após a greve de 1912, primeira greve ocorrida em Belo Horizonte. Donato Donati, que liderava a Liga, comandou o Centro quando da transformação (DUTRA, 1988: 117). Segundo a autora, após 1913, não se tem mais notícias do Centro. Ele provavelmente deixou de existir “(...) como era comum entre as associações de classe na Primeira República” (idem, ibidem).

<sup>76</sup> Cabe, aqui, relativizar essa afirmação. Não estamos reafirmando o “mito do imigrante politizado” que tanto sucesso fez na historiografia do movimento operário brasileiro, particularmente, em São Paulo. Segundo esse mito os imigrantes italianos vieram da Itália com ampla experiência de luta sindical e política. O que os estudos atuais apontavam é que imigrantes politizados eram poucos em comparação à massa de imigrantes, mas que esses foram “fundamentais na organização para a difusão das idéias anarquistas e socialistas e na organização dos trabalhadores” (BERTONHA, 1998: 53). Tais estudos também, lembram que os imigrantes, aqui, chegavam com o sonho de ascensão social que provocava uma certa indiferença em relação ao movimento reivindicatório dos trabalhadores, uma vez que pretendiam abandonar tal realidade. Isso, com certeza, foi fator que dificultou a união da classe operária, provavelmente, também em Belo Horizonte. Dentre os trabalhos que modificaram o mito do imigrante politizado, além do trabalho de Bertonha (1998), podemos citar: MARAN, Sheldom. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 e HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

o pagamento dos salários com vales e, ainda, a promoção da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores (FARIA et al., 1982: 184).

Nessa reunião, houve a presença de elementos de camadas sociais distintas. Além dos operários, participaram da reunião funcionários públicos, estudantes, comerciantes e jornalistas. Dela surgiram “duas formas de ação organizativa: criaram-se uma associação e um órgão de divulgação de idéias e reivindicações” (DUTRA, 1988: 184), respectivamente, a Liga Operária e o jornal *O Operario*. A composição heterogênea dos participantes da formação da Liga Operária estava afirmada na comissão responsável pela redação do primeiro número de *O Operario*. A “comissão redatora” era formada por Donato Donati, que havia presidido a reunião que organizou a Liga<sup>77</sup>, Francisco Diogo de Vasconcelos, Marcos Rios e outros. Os dois últimos, segundo Linhares (1995) eram acadêmicos de Direito. Essa heterogeneidade<sup>78</sup> se verificava, também, nos membros que compunham a lista dos inscritos na Liga.

Apesar dessa composição heterogênea, o jornal abriu espaço destacado na defesa dos trabalhadores em condições menos favoráveis: os trabalhadores assalariados. Foram esses trabalhadores que tiveram sua vida no mundo do trabalho tematizada pelo jornal.

A grande questão enfocada pelo jornal foi a dificuldade de os trabalhadores locais receberem o seu pagamento em dia e em dinheiro. Essa realidade adversa que atingiu os trabalhadores foi o objeto principal das denúncias dos redatores do jornal, ora ironizando os principais patrões da cidade, acusados de enriquecer se utilizando dos vales ou diretamente interpelando a Prefeitura da cidade por pagar seus jornaleiros utilizando vales<sup>79</sup>.

O uso estratégico da ironia, na construção do discurso referente à realidade vivida pelos trabalhadores, em Belo Horizonte, foi constante em *O Operario*. Não encontramos o mesmo uso da ironia quando os redatores se pronunciavam sobre assuntos ligados às lutas operárias pelo mundo ou, ainda, quando propunham medidas para a melhoria das condições de trabalho dos operários. A ironia pode ser definida enquanto figura de retórica “(...) em que se diz o contrário do que se diz”, implicando no “(...) reconhecimento da potencialidade de mentira implícita na linguagem” (DUARTE, 1994: 55). O fundamental é essa intenção do dito implícito, que joga justamente com a capacidade de a recepção (interlocutor) perceber a

---

<sup>77</sup> Donato Donati foi identificado por Linhares (1995) como “um inteligente e irrequieto súdito italiano, que foi sempre o vanguardeiro de todos os movimentos em prol do proletariado” (LINHARES, 1995:75).

<sup>78</sup> Essa heterogeneidade foi comentada no primeiro capítulo.

<sup>79</sup> A Administração Pública se constitui num grande empregador durante as duas primeiras décadas do século XX, devido às obras de construção da cidade, que se arrastaram durante esse período. Os dados fornecidos pelo *Anuário de 1922-1925*, citado por Dutra (1988), para o ano de 1920, apresentava o setor terciário como o que absorvia a maior parcela do pessoal ocupado. Dentre esse setor, o ramo com maior número de empregados era o da Administração Pública (DUTRA, 1988: 57).

duplicidade de sentido e a inversão ou diferença existente entre a mensagem enviada e a pretendida (DUARTE, 1994: 55). Sendo assim, o uso da ironia somente surte efeito porque tem como base “(...) a certeza de que esse artifício é uma ‘construção comunicacional’ que depende de um leitor para se tornar realidade” (DUARTE, 1994: 55). Pode-se dizer que a ironia bem sucedida é aquela que se funda num pacto, no nosso caso entre o jornal e seus leitores, baseado no compartilhamento mútuo de uma língua e de uma experiência comum da realidade vivida. No discurso irônico, assim, estava expresso essa realidade compartilhada existencial e discursivamente. A intenção presente no uso da ironia retórica se deve ao desejo de “(...) conquistar adeptos para a sua perspectiva, reforçar através do fingimento o ponto de vista defendido, que é oposto ao expresso no enunciado, e que na verdade se quer negar ou criticar” (DUARTE, 1994: 68).

Ao fazer o uso estratégico da ironia, o jornal reforçava seu ponto de vista e criticava a situação dos trabalhadores na cidade. Havia, ainda, no uso da ironia, uma valorização explícita dos leitores. Esses são efetivamente vistos como ativos na recepção do discurso publicado, uma vez que a ironia pressupõe que o nosso interlocutor seja capaz de “(...) perceber que o dito deve ser entendido em sentido oposto ou diferente ao que é enunciado” (DUARTE, 1994: 68). Dessa forma, o jornal *O Operário* não só ideologicamente defendia a visão de que os trabalhadores eram ativos participantes na construção da realidade social, como o socialismo defendia, mas também “praticamente” efetivava esse pressuposto básico de sua ideologia na construção do discurso que veiculava.

Um dos componentes da “intenção discursiva” do jornal era analisar e criticar a situação vivida pelos trabalhadores na cidade e a ironia assumiu aspectos mais adequados a essa intenção. Assim, na maioria das vezes, encontramos no discurso do jornal o uso da ironia como zombaria, nos apontando o desprezo dos redatores do jornal em relação aos patrões locais e à forma como esses tratavam os seus trabalhadores. Desprezo também pela visão corrente a respeito do trabalhador modelo – uma mistura dos tempos da escravidão, ligada à submissão do trabalhador, e uma moralidade capitalista ancorada nas premissas do trabalho honesto e produtivo. O choque entre essa visão corrente e a que era preconizada pelo ideário defendido pelos redatores do jornal foi inevitável.

O jornal usou da ironia para retratar essa divergência de visão quanto ao trabalhador e quanto às condições desejáveis para o trabalho. O emprego de tal recurso visava promover um deslocamento desse espaço já consolidado por práticas de aceitação de uma dominação já dada no contexto social brasileiro. Promover a desnaturalização das condições históricas de exploração das camadas populares no Brasil seria uma primeira fase na luta por

reconhecimento dos trabalhadores enquanto portadores de direitos. A ironia, usada no discurso jornalístico de *O Operario*, deixava às claras os jogos de poder que enlaçavam as vidas dos trabalhadores e pretendia a inversão, fixando-os com outras cores, dos valores sociais, a favor dos trabalhadores. Sendo assim, conseguia “(...) deslizar de um a outro grau de convicção para melhor perceber a excentricidade [não a “normalidade” (...)]” (PAIS, 2001: 60) da situação vivida pelos trabalhadores.

Com essa proposta de discurso, encontramos notas e crônicas onde, principalmente, a atuação dos patrões era ironizada. Assim, numa crônica, os patrões eram apresentados numa conversação entre protagonistas fictícios. Fictício era o diálogo criado, mas a situação descrita era bem conhecida dos trabalhadores da cidade. Colocados “na berlinda” (título dado à nota) estavam três construtores, um proprietário, um negociante e um operário. O diálogo envolvendo esses personagens gira em torno do que o operário chama de “cara dura” dos patrões com relação às formas de obtenção de lucros. A prática comum do pagamento com vales acabava dando lucros aos comerciantes que negociavam com os mesmos sob a forma da cobrança de uma porcentagem sobre o vale. No diálogo, foi justamente o comerciante que, de forma clara, apresentou as reais intenções dos patrões:

Negociante Lardi: Eu sou à columna de constructores e operários! Aquelles ganham dez por cento sobre os operários que me mandam, e estes comem a farta só pagando uns vinte por cento mais caro. Assim todos comemos. (*O Operario*, Belo Horizonte, p.2, 29 jun. 1900).

Diante da evidente exploração dos trabalhadores, o operário concluiu o diálogo amargamente refletindo sobre a vida dos trabalhadores, que nem na morte deixavam de ser explorados:

O operário: Só nós outros operários é que pagamos tudo! Se ao menos depois de mortos deixássemos de pagar! Qual historias! A Prefeitura ainda carrega nos em cima com dez mil reis pela sepultura. (*O Operario*, Belo Horizonte, p.2, 29 jun. 1900).

Dessa prática de pagamento através de vales, não se eximia nem a Prefeitura de Belo Horizonte que, por isso, também teve sua atitude criticada. O jornal anunciou o pagamento dos jornaleiros pela Prefeitura. Mas observava que quem teriam pagado os juros da efetivação do pagamento teria sido os trabalhadores: “(...) hoje paga juros quem tem que receber” (*O Operario*, Belo Horizonte, p.3, 19 ago. 1900). Essa afirmativa ficou explicada na finalização da nota, quando se apresentou a natureza do que era conhecido por vale:

a prefeitura deu aos seus jornaleiros uns magníficos *cheques* (grifo do jornal) que os negociantes cá da terra acceitam gostosamente em troca de generos do seu armazem; dão também dinheiro, é verdade, e não cobram mais que a

ninharia de 15%. Alleluia!!! (*O Operario*, Belo Horizonte, p.2, 29 jun. 1900).

A dificuldade enfrentada, pelos trabalhadores para receber seu pagamento acabou gerando cenas de violência nos quais os próprios, em atos individuais, tentavam obter de seus patrões o que lhes era devido. Assim, *O Operario* relatou o episódio protagonizado pelo italiano Feretti Giuseppe, que, num local bem freqüentado e movimentado da cidade, em plena luz do dia, teria arrancado o seu patrão do cavalo. Ali mesmo este teria pagado ao operario o salário que estivera protelando. O jornal afirmou que não aprovava o ato de violência do trabalhador, mas também não aprovava a atitude do patrão e se reservava o direito de

(...) fustigar vigorosamente a petulância de certos typos que só lembram de pagar o que devem quando o credor arreganha ameaçadoramente os dentes (*O Operario*, Belo Horizonte, p.3, 19 ago.1900).

A postura defendida pelo jornal diante dessa dura realidade que se tornou rotina na vida dos trabalhadores da cidade se ligava a uma prática política de defesa dos direitos dos trabalhadores, mas que não apelava para o uso da violência. Tal atitude ancorava-se no pressuposto de base do socialismo reformista que pregava a mudança social através de meios legais. Mas até quanto ao que era ou não uma prática violenta havia desacordo entre o que defendiam a Liga e o seu jornal e a visão da elite local. O discurso reivindicatório e irônico do jornal foi considerado pelas camadas dominantes da cidade como uma atitude violenta, imprópria à realidade nacional.

As posturas opostas entre *O Operario* e as elites locais, que revelavam uma diferença de visão ideológica quanto ao funcionamento do mundo do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, nos foram apresentadas, com mais clareza, numa nota intitulada “em morro Velho”. Nela o jornal informava que houve uma tentativa de greve na mina de Morro Velho, isso porque uma parte dos operários estavam “(...) descontentes com baixa operada nos salários pela Companhia inglesa (...)” (*O Operario*, Belo Horizonte, p.3, 29 jul. 1900). A polícia foi acionada pela Companhia e houve a prisão de quatro espanhóis que foram indicados como chefes ou aliciadores da greve. O jornal expôs, nesse episódio, sua posição político-ideológica ao perguntar:

houve motivo ou desordem para justificar a prisão? Dizem-nos que não; se assim é, perguntamos: com que direito a policia prende indivíduos que limitam-se apenas a não trabalhar e usam do seu direito aconselhando os seus companheiros a fazerem o mesmo sem praticar violências? Talvez sejam reminiscências e saudades da escravidão (*O Operario*, Belo Horizonte, p.3, 29 jul. 1900).



Após ler esse trecho, começamos a entender a debandada dos elementos nacionais da Liga Operária, já referida. O jornal reconhecia, como direito do trabalhador, o direito à greve. Isso já era defendido em 1900, algo avançado para a situação do mundo do trabalho no Brasil. Devemos lembrar que esse direito dos trabalhadores só foi reconhecido, oficialmente, na Constituição Brasileira de 1988. E o que dizer então da condenação do jornal à presença da polícia em ocasiões como a descrita? Essa nota retratava a visão que a Liga Operária tinha a respeito dos direitos dos trabalhadores e o seu jornal a expressou. Mas a visão dos patrões e da elite dominante era bem outra. Nesse momento, o Brasil incorporava uma visão disciplinadora do trabalho, que vigorava nos países onde o capitalismo alcançou níveis de industrialização avançados. A prática disciplinadora defendida visava controlar todas as esferas da vida do trabalhador. Isso incluía uma rígida disciplina na situação de trabalho, passando pela normatização/ regulação das relações familiar até a vigilância e repressão contínua dos aparatos policial e jurídico sobre os momentos de lazer dos trabalhadores. Segundo Chalhoub (1986), não era somente o mundo do trabalho que era visado por essa prática disciplinadora, mas todas as relações sociais.

Esses dois discursos que revelavam práticas tão diferentes acabariam em conflito. Foi dessas relações conflituosas instauradas na cidade que o jornal da Liga Operária tratou. Suas páginas serviram de espaço para tematizar as relações vividas pelos operários, principalmente, no mundo do trabalho. Ele se constituiu no espaço local de defesa dos interesses desses operários, que, de outra maneira, muito dificilmente teriam sido ouvidos. Mesmo que não possamos afirmar que a Liga Operária e o seu jornal de propaganda, possuidores de um perfil socialista-reformista, representassem a maioria dos operários da cidade, assim mesmo a existência de ambos foi uma afirmativa de um movimento em prol dos trabalhadores locais. O que diante do quadro geral da questão do trabalho no Brasil, naquele momento, era algo importante.

O jornal, como órgão de propaganda de uma associação de trabalhadores, além de apresentar a situação de exploração na qual viviam, expressava também a visão dos redatores de que o trabalho dos operários tinha valor. Era ele que produzia riquezas, construía cidades tal como a nova capital de Minas Gerais.

Se grande foi a idéia de criar nesse vasto território de Minas uma nova Capital, grande foi também o concurso de nossos músculos para levar a cumprimento este grande monumento de arte (*O Operário*, Belo Horizonte, p.3, 19 ago. 1900).

Os trabalhadores, orgulhosos de terem contribuído para a criação desse “monumento”, não deveriam se submeter aos especuladores locais em sua sede insaciável por lucros. Os trabalhadores deveriam, em concordância com seus direitos,

restabelecer [a sua] dignidade de homens conscientes afim de supprimir os parcos abusos aqui inveterados de pagar o nosso suor com *vales* (grifo do jornal) usurários que só servem para engordar a nossa custa os desavergonhados que comerciam com elles (*O Operario*, Belo Horizonte, p.3, 19 ago. 1900).

O jornal *O Operario* se constituiu num espaço para a representação de uma “cultura operária”, cujos contornos eram novos para a realidade do mundo do trabalho, no Brasil. Diante do domínio político-econômico atuante no cenário belorizontino, as relações estabelecidas pelos líderes operários italianos redatores do jornal, com as elites dominantes foram, na maioria das vezes, de confronto e de oposição não-silenciosa.

## 2.2. Encontros comuns<sup>80</sup>

- Charada - Em qual cidade da Itália se tem sempre necessidade de um médico?<sup>81</sup>

Rapto – Consta-nos que certa moça foi aqui muito aclamada, num circo, fora raptada na viagem que fazia com a família (*La Voce del Cuore*, Belo Horizonte, p. 4, 21 set. 1902)<sup>82</sup>.

Geometria amorosa - na geometria do amor as mulheres representam os ângulos agudos, os homens ângulos obtusos. (...) Para os homens, a linha mais atraente é a horizontal (...) (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte p.2, 4 jun.1905)<sup>83</sup>.

Alvorada serena - na manhã de 3 de junho, enquanto o amigo Eugenio Guadagnin, após uma noite sem dormir, bocejava esperando o novo dia, uma vizinha de criança anunciava a entrada nesta árdua vida de um esperto e gordinho bebê a qual será colocado o nome de Lucioani. Aos cônjuges Guedagnin felicitações do *L'Eco del Popolo* (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.2, 20 jun.1905)<sup>84</sup>.

A família do senhor Nicola Marino sofreu uma perda irreparável. A senhora Carolina Guzzo, avó da senhora Marini, após violenta e cruel

---

<sup>80</sup> O sentido adotado para “comum” liga-o ao ordinário, ao que tem por espaço o cotidiano.

<sup>81</sup> “Sciarada- Inquale città d’Italia si ha sempre bisogno di un medico?”

<sup>82</sup> Nota em português.

<sup>83</sup> “Geometria amorosa – Nella geometria dell’amore lê donne rapresentono gli angoli *acuti*, gli uomini angoli *ottusi* (...). Per gli uomini la *línea* piú seducente é la *orizontale* (...)”.

<sup>84</sup> “Albe serene – Alla mattina del 3 Giugno, mentre l’amico Eugenio Guadagnin, dopo una notte insonne, sbadiogliando aspettava il nuovo di, una vocina di bimbo annunzia l’entrata in questo pelago di vita d’un vispo e paffuto bimbo al quale sarà imposto il nome di Lucioani. Ai conjughi Guedagninn gli auguri dell’ “Eco del Popolo”.

doença veio a falecer, deixando no ânimo dos componentes de toda família, traços profundos de uma inestinguível dor. Ao amigo Marini as nossas mais vivas condolências (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.2, 28 maio 1905)<sup>85</sup>.

Resultado final do concurso: Qual é o italiano mais corajoso de Belo Horizonte? Carmine de Cianni 24 votos; Armido Terenzi 18 votos; G. Fioravanti 14; B. P. 13; Testone 10; Cri- Cri 8; Chiquinho 8. A caixa de balas se encontra na Redação à disposição do mais votado (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 2, 05 abr. 1916)<sup>86</sup>.

Um seguidor de Baco - Luigi Vittorino, guarda civil, é um ardente amante de Baco. (...) tendo feito sacrifícios mais do que habitualmente ao seu Deus e querendo manifestar-lhe o seu reconhecimento, encontrando-se de guarda na praça da Liberdade, pensou em desafogar sua desvairada alegria disparando tiros para o ar com o seu revolver. Mas o delegado da área, não sendo da opinião do seu subordinado prendeu-o no xadrez do posto policial onde curará a bebedeira (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.2, 04 jun.1905)<sup>87</sup>.

O que notas tão díspares, à primeira vista, podem ter em comum? Elas nos revelam um aspecto importante da prática jornalística dos jornais italianos em Belo Horizonte. Em todos os jornais italianos publicados na cidade, excetuando-se *O Operario*<sup>88</sup>, houve um destaque dado à divulgação de notas com o teor das citadas acima. São notas que informavam sobre os nascimentos, batizados, falecimentos, festas, aniversários, visitas às redações dos jornais, chegada à cidade e partida de pessoas, notas cômicas, charadas, concursos, fofocas, etc. Essas notas nos informavam sobre o cotidiano dos italianos em Belo Horizonte. Nelas desfilava o dia-a-dia das pessoas no que havia de mais prosaico, mais íntimo: a vida familiar nos círculos de pessoas mais próximas e as relações advindas desse convívio. Ao figurar nas páginas dos jornais, essa vida privada dos italianos era apresentada para o todo da “colônia”. Nesse processo, o que era apenas de foro íntimo, relações que existiam no espaço privado ganhavam visibilidade no seio da “colônia”. Um sentido de compartilhamento era formado entre os leitores, afinal todos estavam inseridos em relações como as que o jornal divulgava.

---

<sup>85</sup> “La famiglia del Sig Nicola Marino é stata funestata da una irreparabile sventura. La Sigra. Carolina Guzzo avola della sigra. Marini, dopo fiera e crudele malattia cessova di vivere, lasciando nell’animo dei componenti la famiglia tutta, le tracce profonde di un inestinguibile dolore. All’amico Marini le nostre più vive condoglianze”.

<sup>86</sup> “Risultato finale del concorso: chi é l’italiano più coraggioso di Belo Horizonte? Carmine di Cianni 24; Armido Terenzi 18; G. Fioravanti 14; B. P. 13; Testone 10; Cri-Cri 8; Chiquinho 8. La scatola di balas si trova in Redazione a disposizione del più votato”.

<sup>87</sup> “Un seguace di Bacco- Luigi Vittorino, guardia civica, é un ardente amatore di Bacco. (...) avendo più solito sacrificato al suo Dio, e volendo manifestargli la sua riconoscenza, trovandosi di guardia in piazza della Liberdade, penso bene di dare sfogo alla sua pazza gioia tirando in ária dei colpi [colpo] di rivoltella. Ma il delegato della circoscrizione, non essendo del parere del suo subordinato lo fece rinchiudere nello xadrez del posto poliziale onde farli di gerire la sbornia”.

<sup>88</sup> Mesmo não sendo a tônica central do *O Operario*, nele encontramos notas que nos mostram a presença de uma sociabilidade própria dos operários.

A identificação assim formada poderia criar laços mais extensos, ligando pessoas antes desconhecidas entre si. Essa ação dos jornais possibilitou que os mesmos se tornassem um espaço de encontro em relações nas quais a sociabilidade tinha lugar de destaque.

Essa sociabilidade que se revelava e, por que não dizer acontecia nas páginas dos jornais, nos remete à consideração do processo de socialização que se desenrolava entre os imigrantes italianos residentes em Belo Horizonte e desses com a sociedade que os recebeu. A sociologia clássica entende a socialização como um processo “(...) de aprendizado da vida social, de imposição de padrões sociais à conduta individual; processo pelo qual um indivíduo aprende a ser membro de uma sociedade” (FRANÇA, 1995: 59). Como estrangeiros, os italianos conviviam com uma realidade social, cultural, política e econômica muito diferente da que deixaram. Sendo assim, o processo de socialização ganhava relevo como necessidade primária. Schütz (2002) se refere à crise pessoal vivida pelo estrangeiro que não é capaz de compartilhar de um padrão cultural, um “pensar habitual” que os membros da sociedade nativa têm como orientador de sua conduta. Esse “pensar habitual” funciona como “(...) sistema de testadas receitas à mão” que o estrangeiro não conhece e que para ele não fazem sentido e isto “(...) se por nenhuma outra razão, pelo menos porque ele não compartilha da forte tradição histórica pela qual este tem sido formado” (SCHÜTZ, 2002: 55). A crise inevitável, nesse encontro, entre duas culturas poderia ser minimizada se o estrangeiro tivesse com quem compartilhar o seu “pensar habitual”, esse “sistema de testadas receitas à mão” de sua sociedade de origem? À primeira vista a resposta seria que sim, uma vez que, segundo Schütz (2002), os membros de um determinado grupo, por compartilharem desse “sistema de receitas” para “(...) interpretar o mundo e para controlar coisas e pessoas a fim de obter o melhor resultado em cada situação com o mínimo de esforço, evitando indesejáveis conseqüências” (SCHÜTZ, 2002: 54) se reconheceriam unidos a laços comuns. Isso poderia nos ajudar a entender a criação de uma imprensa italiana como um desejo de manutenção de laços societários em uma situação adversa, que era a imigração.

Mas essa resposta não é de todo satisfatória. Isso porque, como o próprio Schütz (2002) adverte, o “pensar habitual” não é um dado inalterável, ele foi construído por situações históricas determinadas. Quando determinadas suposições básicas forem rompidas, o sistema de receitas se torna impraticável. Uma dessas suposições básicas<sup>89</sup>, a que se refere à

---

<sup>89</sup> As demais suposições, segundo Schütz (2002), são “(...) que podemos confiar no conhecimento legado a nós pelos pais, professores, governos, tradições, hábitos, etc., até mesmo se não entendemos suas origens e seus reais significados; que no decorrer normal dos casos, é suficiente saber algo sobre o tipo geral ou estilo dos eventos que podemos encontrar no nosso mundo da vida, para gerenciá-los ou controlá-los; e que nem os sistemas de receitas como esquemas de interpretação e expressão, nem as subordinadas suposições básicas apenas

manutenção da vida social tal como era, ou seja, “que os mesmos problemas requerendo as mesmas soluções serão recorrentes e que, portanto, nossas experiências passadas serão suficientes para controlar situações futuras” (SCHÜTZ, 2002: 54), estava sendo rompida no caso dos imigrantes italianos. A realidade vivida pelos imigrantes era nova e, portanto, os referências anteriores de sua realidade cultural não lhes forneciam suficientes mecanismos de ajuste às novas situações vividas. Num primeiro momento, a recorrência aos quadros anteriormente compartilhados se fez necessário como uma base por onde começar um novo conjunto de referências societárias. Servindo-se dos padrões de socialização ou, segundo Schütz, do padrão cultural e suas receitas, o estrangeiro tenta (...) ‘traduzir’ os termos do padrão cultural do grupo interno nos termos do padrão cultural de seu grupo de origem, sob a condição de que neste padrão cultural de origem existam, na melhor das hipóteses, equivalentes interpretativos destes termos” (SCHÜTZ, 2002: 56).

Acreditamos que seja essa a ação executada pelos jornais italianos enquanto espaço virtual de encontro. Eles buscaram “traduzir” o que era comum entre a(s) cultura(s) brasileira e italiana. O encontro “amistoso” entre as duas seria feito com base nesses padrões comuns. Também podemos assinalar que, se havia uma “tradução” em curso entre italianos e brasileiros, havia uma outra acontecendo: a “tradução” que estava sendo realizada entre os próprios “italianos”, uma vez que era grande a diversidade cultural entre as regiões que formaram a Itália. Essa era ainda a realidade vivida pelos imigrantes que vieram para o Brasil embebidos dessa diversidade. Os jornais, nesse sentido, tinham uma função pedagógica, divulgar, acima das particularidades regionais, normas e padrões culturais de uma imaginada nacionalidade que se estava construindo<sup>90</sup>.

Através da seleção de determinados acontecimentos sociais, principalmente ligados à vida cotidiana, os jornais efetuaram essa tentativa de dupla tradução. Esses acontecimentos tematizados eram ligados a uma das facetas do cotidiano. O cotidiano comporta uma dupla possibilidade. A mais comum, vista como pejorativa por muitos, o liga ao sentido de “rotina”. O cotidiano, enquanto rotina, é visto como o que se passa todos os dias, carrega o sentido de monotonia que pode nos levar a pensar em banalidade e duração, em oposição à inovação. Assim afirmado, é onde se manifesta a regularidade, a repetitividade e a normatividade. Constitui-se num campo de ritualidades, onde as normas sociais são incorporadas e afirmadas. Sendo assim essa possibilidade do cotidiano, enquanto rotina, se

---

mencionadas são nossos assuntos particulares, mas que estas são igualmente aceitas e aplicadas por nossos semelhantes” (SCHÜTZ, 2002: 54-55)

<sup>90</sup> Esse tema será retomado no capítulo III.

afirma como elemento indispensável para a existência da vida social. Normas e padrões sociais estabilizam a vida em sociedade, marcam um caminho relativamente seguro onde a existência de cada dia pode acontecer, sem interrupções bruscas a cada instante (PAIS, 2003, 28-29). Isso gera um certo conforto de que realidade é o que aparenta ser, o que Giddens chama de “segurança ontológica” (GIDDENS, 1989: 51).

Mas para além dessa possibilidade, já cristalizada, o cotidiano apresenta uma outra, menos percebida, e que atua como sua outra face. Essa possibilidade nos leva a ver no cotidiano a ruptura. No cotidiano essas duas possibilidades se encontram presentes. Não é de se estranhar que etimologicamente, a palavra “rotina” traga a presença da ruptura entranhada em sua origem. Essa aponta “para um outro campo semântico, associado à idéia de rota (caminho), do latim *via, rupta*, donde derivam as expressões ‘rotura’ ou ‘ruptura’: acto ou efeito de romper ou interromper; corte, rompimento, fractura” (PAIS, 2003: 29). Pensar a ruptura da rotina “(...) pressupõe a existência da própria rotina” (PAIS: 2003: 80). Assim, a ruptura se apresenta como uma possibilidade intrínseca à rotina do cotidiano. Os momentos de ruptura podem variar de amplitude, comportar elementos mais visíveis, como as grandes rupturas na história: guerras, tragédias, crimes e crises sócio-econômicas, revoluções de todo o tipo. Mas também comportam momentos menos ostensivos, ligados à existência imediata de grupos de interesse e afinidade mais próximos: as festas, os nascimentos, as mortes, as visitas de amigos, as idas ao cinema, aos bares, casamentos, etc. Foi esse cotidiano enquanto ruptura que os jornais retrataram.

Momentos como o do acontecimento de festas são um bom exemplo dessa ruptura com a rotina do cotidiano. As festas foram não somente divulgadas, comentadas, mas também contaram com a participação de redatores dos jornais na sua organização. Dois exemplos são elucidativos, primeiro de um processo de “tradução” de padrões culturais, através do encontro de pontos em comuns entre brasileiros e italianos; o segundo exemplo selecionado nos mostra a participação dos jornais na organização de uma festa cívica.

O primeiro exemplo foi o de uma festa religiosa muito voga nos primeiras décadas de criação de Belo Horizonte. Essa prática se constituía num terreno comum, para brasileiros e italianos. Como brasileiros e italianos professavam, em sua maioria, a religião católica, era uma prática comum a participação em festejos religiosos. Na Belo Horizonte recém-construída, a tradição dessas festas foi transportada para a cidade junto com seus novos moradores. A universalidade dos ritos católicos e da tradição católica acabaram por representar um fio de continuidade com o passado dessas pessoas que vieram morar numa cidade nova, ainda sem referências tradicionais criadas. Trouxeram consigo as marcas de suas

referências culturais. Muitas compartilhadas entre si, principalmente entre os brasileiros, apesar da heterogeneidade cultural existente. No caso dos italianos, também havia entre eles referências comuns, talvez menos marcantes como no caso dos brasileiros, uma vez que a diversidade cultural se mostrava mais atuante. A Itália, como outros países europeus, comportava divisões culturais ainda bem definidas, mesmo após a sua unificação política em 1870.

As festas religiosas foram, juntamente com outras práticas sociais, um mediador entre essas diferenças culturais entre italianos entre si, entre brasileiros entre si, e entre brasileiros e italianos. Era um momento de troca, de fortalecer sentimentos de amizade, solidariedade entre os grupos. Muitas vezes, essas festas propiciavam trocas culturais entre brasileiros e italianos nas quais ambos experienciavam diferenças nas formas de comemorar, por exemplo, a festa de um santo católico. Eram músicas novas, comidas diferentes, brincadeiras desconhecidas, que eram aprendidas e, possivelmente, assimiladas. Nesses momentos, elementos do cotidiano desses grupos étnicos eram confrontados e, em alguma medida, tornados híbridos.

As festas religiosas fazendo parte da vida cotidiana dos habitantes de Belo Horizonte, tanto brasileiros quanto italianos não deixaram de figurar nas páginas dos jornais. Assim, encontramos no *L'Eco del Popolo* uma nota informando, na seção “crônica cidadina”, que os habitantes do “Alto da Floresta” pretendiam, como de costume, comemorar o dia de S. João com uma festa. A nota era um convite à participação: “quem teve ocasião de desfrutar nos anos passados, da festa em honra deste santo, certamente não deixara de visitar nos dia 23 e 24 aquele populoso e agradabilíssimo bairro (...)” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.2, 20 jun.1905)<sup>91</sup>. Informou que essa participação ficaria facilitada, pois no dia 23 estaria funcionando um novo trecho da linha de bonde, que partiria da Av. do Contorno, R. Pouso Alegre indo até o bairro Lagoinha, “o mais populoso de Belo Horizonte”. Naquela ocasião alguns moradores do bairro, identificados na coluna, querendo comemorar o novo trajeto da linha de bonde, ofereceriam um lanche aos técnicos da Prefeitura, tendo sido convidados pelos organizadores o presidente do estado, o prefeito de Belo Horizonte e outras autoridades. Ainda dando cobertura às comemorações do dia de S. João, o jornal parabenizou a todas as pessoas de nome “Giovanni” e “Giovanella”. Essa era (é) uma tradição italiana, referindo-se a um segundo aniversário, chamado “onomastico”, comemorado na data da festa do santo com o mesmo nome da pessoa. No caso, os parabéns do jornal eram para todos as pessoas de nome

---

<sup>91</sup> “Chi ebbe occasioni di godere gli anni scorsi, le feste in onore di questo santo, certamente non mancherà di visitare nei giorni 23 e 24 quel populoso e gradevolissimo quartiere (...)”.

“Giovanni” e “Giovanella” de Belo Horizonte. No caso das festas religiosas havia um compartilhamento de referências culturais entre brasileiros e italianos, o que possibilitou a reunião de todos numa interação festiva comum, apesar de algumas diferenças na forma de comemorar, próprias da cultura religiosa de ambos. O segundo exemplo de festa era, à primeira vista, exclusiva dos italianos e também uma festa sem referências tradicionais. Era uma festa cívica que visava comemorar os cem anos de nascimento de um herói do jovem Estado italiano. Os organizadores locais pretendiam comemorar a data assim como ela aconteceria na Itália e em outros países com forte presença de imigrantes italianos. Haveria, nessa festa, uma confraternização entre italianos, onde quer que eles se encontrassem. Um laço simbólico por ocasião da realização da festa os estaria unindo, no que acreditavam ser uma verdadeira “comunhão” dos filhos da Itália. Mas se a intenção e o discurso nacionalista e o identitário viam nesse tipo de festa um momento de comunhão entre os filhos da Itália, a organização da mesma mostrava as diferentes posições que existam na “colônia” italiana local. As diferenças sociais acabavam por se revelar.

O jornal *L'Eco del Popolo*, em 1905, ao longo de três edições, informou e tentou arregimentar seus leitores para participarem das comemorações do centenário de nascimento de Giuseppe Mazzini, um dos heróis da luta pela unificação italiana. Sendo assim, na segunda edição do jornal, fez um convite “(...) aos italianos e ao público em geral’(...)” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 4 jun. 1905)<sup>92</sup> a participarem de uma reunião onde “(...) se deliberara sobre o que fazer para celebrar dignamente o grande acontecimento” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 04 jun.1905)<sup>93</sup>. Informou onde e quando se daria tal reunião, argumentando que, por todo mundo, onde se cultuam as coisas que a humanidade honra, se constituiriam comitês para comemorar a data, e Belo Horizonte não poderia ficar de fora.

Duas coisas nos chamam a atenção nesse convite. A primeira se refere ao próprio convite, aberto à participação de quem quisesse, ou seja, abria-se espaço para a participação de qualquer italiano. Teoricamente todos poderiam participar, mas na prática isso realmente acontecia? Não havia, já formados, impedimentos, normas informais, que separavam os grupos a quem se destinava tal participação? Não era socialmente esperado que participassem da organização desses eventos pessoas que teriam habilidades para executar tal tarefa? E essas habilidades não estariam ligadas a um certo padrão cultural, identificado com um padrão de escolaridade, inacessível para o grosso da colônia, composta por muitos analfabetos? Diante disso, os italianos pobres acolheriam o convite como algo que lhes pertencesse, ou como algo

---

<sup>92</sup> “(...) gli italiani e il pubblico in generale (...)”.

<sup>93</sup> “(...) deliberare sul da farsi per degnamente celebrare il grande avvenimento”.



que não lhes dizia respeito, embora fosse algo ligado a história da Itália, terra com a qual tinham laços afetivos?

Não há como precisar se o convite teve ampla aceitação. Na edição seguinte, de nº 3, na seção “Crônica cidadina”, havia uma nota sobre a reunião acontecida no domingo, 4 de junho, na sede da Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro. Nela se informou que “numerosas pessoas participaram” da reunião para constituição da comissão encarregada das comemorações. O que seria um grande número de participantes, para quem escreveu a nota? Qual o seu parâmetro de uma reunião com grande número de pessoas? Novamente, não temos como responder a essas perguntas, pois o jornal não nos forneceu elementos para tais respostas.

O que se pode perceber foi a participação de nomes já conhecidos de outras oportunidades, tanto na organização dos trabalhadores da cidade, quanto na promoção de festas cívicas, como foi o caso de Donato Donati, um dos fundadores da Liga Operária, redator do jornal *O Operario* e primeiro presidente da Sociedade de Beneficência, criada em 1897, como também de elementos importantes na vida sócio-econômica da cidade. A presidência da comissão foi entregue ao engenheiro Giuseppe Scutari, diretor responsável pelo jornal *L'Eco del Popolo*. Com isso, entendemos o empenho demonstrado pelo jornal na promoção e na divulgação das comemorações pelo centenário de nascimento de Mazzini na Capital. Exemplo disso foi o espaço concedido, na 4ª edição do jornal, à convocação para a festa, ao anúncio do programa e à divulgação dos nomes dos promotores do evento que ocuparam toda a primeira página.

Ao consultar a lista dos promotores divulgada, o que dissemos acima sobre a presença de nomes já conhecidos fica amplamente confirmado. São nomes de membros da colônia que se destacam por pertencem às camadas médias e ricas<sup>94</sup>.

O segundo aspecto que nos chamou a atenção se refere ao caráter extensivo do convite, ao abarcar os brasileiros. No título da primeira página da edição de nº 4, já mencionada, encontramos estampado o chamamento extensivo dirigido aos “italianos! Brasileiros! Cidadãos de Belo Horizonte!” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 20

---

<sup>94</sup> Só para citar alguns nomes: Agostino Martini (construtor, comerciante, industrial 2º presidente da Sociedade Italiana de Beneficência); Luiz Olivieri (engenheiro, um fundador da Sociedade Italiana de Beneficência); Nicola Marini (1º. Secretário da Sociedade Italiana de Beneficência, alfaiate); Riccardo Setraghi (comerciante); Michele Buffalo (comerciante); Luiz Balena (comerciante); Carlo Albieri (comerciante); Constanzo Mondino (comerciante); Guido Fraccaroli (industrial); Giulio Bianchini (comerciante). A maior parte desses nomes e o ramo de atividade a qual pertenciam os italianos foram identificados a partir dos anúncios públicos nos jornais analisados.

jun.1905)<sup>95</sup>. Nessa mesma edição foi apresentado o programa da festa. Essa contaria com uma sessão comemorativa, na qual discursariam italianos e brasileiros, no caso, o “(...) doutor Prado Lopes e o doutor Augusto de Lima, oradores brasileiros bem conhecidos e estimados nesta Capital” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p. 1, 20 jun. 1905)<sup>96</sup>. Esse aspecto de incorporação dos brasileiros às comemorações ligadas à nacionalidade italiana não parece destoar do enfoque geral dado pelo jornal no trato de outros assuntos que, à primeira vista, seriam do interesse apenas dos brasileiros, como foi o caso das eleições presidenciais. O jornal se posicionou apoiando a candidatura do mineiro Afonso Pena.

Quando da apresentação de seu “programa”, a postura do *L'Eco del Popolo* já pontuava a intenção discursiva de se destinar também ao povo em geral, ou seja, visava incluir os brasileiros<sup>97</sup>.

Podemos pensar em duas explicações para essa postura do jornal. A primeira nos remete a uma linha de orientação que visou estreitar contato com os membros da comunidade local, na qual os italianos fincaram raízes. O jornal estaria executando o que chamamos de “política de boa vizinhança”. O que nos mostraria a adoção de uma postura pragmática diante da situação de estrangeiro.

Uma segunda explicação, mais interessante, nos apontaria a adoção de uma prática “tática” à maneira certeuneana. A tática, enquanto um “estilo de ação”, intervém num campo já dado, que regula esse “estilo de ação” num primeiro nível (CERTEAU, 2002: 92). Isso significa pensar que o jornal, ao convocar a participação de brasileiros em festas da nacionalidade italiana, estaria interferindo numa situação concreta desfavorável à sua vivência social. Como estrangeiros, os italianos estavam situados num grupo a parte na sociedade. O jornal italiano, ao chamar os brasileiros para participarem de festas italianas, estava introduzindo uma maneira de tirar proveito de sua situação de estrangeiros, invertendo, pelo menos no momento daqueles eventos comemorativos, o sentido de não pertencimento e de não compartilhamento de traços culturais. Nesses momentos, os italianos ditavam as regras e as condutas a serem seguidas por italianos e brasileiros. Houve uma inversão nas relações de força. Ao mesmo tempo, também, estavam abrindo espaço para que fosse possível a hibridação de práticas culturais entre esses dois povos já híbridos. Nesses momentos, alteravam momentaneamente o jogo de poder: quem era o nacional, quem era o estrangeiro nessas comemorações italianas feitas no Brasil? Mas essa ação era provisória, posto que a

---

<sup>95</sup> “Italiani! Brasiliani! Cittadini di Bello Horizonte!”.

<sup>96</sup> “(...) dott Prado Lopes e dott. Augusto de Lima, brillanti oratori brasiliani bem conosciuti ed apprezzati in questa Capitale”.

<sup>97</sup> Essa discussão foi referida no capítulo I, ao tratarmos do endereçamento social assumido pelo jornal.

tática não instaura um lugar próprio para seus fabricantes, apenas lida com o próprio de outro, dos mais fortes, dos detentores dos poderes (seja de que tipo for), apenas lida com o espaço controlado por eles.

Mas, nessa inversão tática, uma ruptura no cotidiano do imigrante em terra estrangeira foi executada. Como essa, provavelmente, tenha sido possível a existência de outras tantas rupturas que possibilitaram, momentaneamente, uma realidade menos dura.

Os encontros “amistosos” mostrados pelos jornais nos falam desses momentos em que a rotina difícil e árdua de imigrantes e, para a maioria deles, de trabalhadores, podia, em alguma medida, ser minimizada pela rede de sociabilidade que os envolvia. Nesses momentos, os italianos estavam sendo socializados de uma maneira diferente. Ao invés de receberem regras e normas de conduta ditadas por órgãos do Estado, pela educação, pela religião, etc., nessa rede de sociabilidade na qual estavam inseridos, a socialização se dava de forma negocial, visando a construção de uma vida comum. A sociabilidade, “forma lúdica de socialização” (SIMMEL, citado por MAIA)<sup>98</sup> nos remete ao “processo associativo em si, isto é, à força gregária que une os indivíduos” (MAIA, 2002: 9). Enquanto forma lúdica, marcada pela espontaneidade, a sociabilidade se constitui num jogo, onde a própria sociedade se torna um jogo. Várias são as formas assumidas por esse jogo social que é a sociabilidade. As “interações simples” estabelecidas nesse jogo podem se referir a formas mais universais, como a conversação, indo até formas mais específicas, como a reafirmação de laços de amizade. Esse elemento de “jogo” presente na sociabilidade nos indica “(...) o caráter inevitavelmente construído das convenções e, portanto, da própria realidade social” (MAIA, 2002: 9). A sociabilidade como algo construído pelos indivíduos nos chama a atenção para a ação de construção presente nas “interações simples” do dia-a-dia. Seguindo essa orientação, podemos pensar que, mesmo os italianos seguindo as normas e padrões institucionais da sociedade que os acolheu, colocavam conteúdos próprios onde essas normas e padrões deixavam margem para esse tipo de “manobra”. As “interações simples” do cotidiano eram esses espaços de instauração do próprio e, às vezes, do novo.

Nas “interações simples” do dia-a-dia dos italianos em Belo Horizonte, elementos de uma sociabilidade anterior se mesclavam a novos, gerando uma nova sociabilidade, para uma nova situação de vida. Os jornais, nesse processo de construção de uma nova sociabilidade, tiveram um papel importante. A comunicação/linguagem representa um dos

---

<sup>98</sup> SIMMEL, G. The sociology of Sociability. In: FRISBY, D.; FEATHERSTONE, M. *Simmel on culture*. London: Sage Publications, 1997. p.120-130.

principais meios de socialização do indivíduo – “que se transforma em habitante de um mundo compartilhado por outros – proporcionando, por outro lado, os meios através dos quais, na conversação com os demais, o ‘mundo comum’ ganha plausibilidade” (PAIS, 2003: 104).

Pensando nesse papel socializador da linguagem e na sociabilidade como fonte que alimenta as relações, desde as mais simples interações cotidianas até as relações formais como as instituições do Estado, a prática jornalística de se deter sobre temas e acontecimentos do cotidiano dos italianos na cidade se encontrava justificada. Sendo assim, ao contrário de Linhares (1995) que afirma sobre os três primeiros jornais italianos editados em Belo Horizonte, não passarem de “(...) meras manifestações de curiosidade de adolescentes” (LINHARES, 1995: 101) que, dessa forma, não mereceriam “figurar no rol” da imprensa local, acreditamos serem os jornais *Un Fiore*, *Il Martello*, *La Voce del Cuore* exemplos desse desejo de in-formar uma nova sociabilidade para os imigrantes italianos. Os nomes dos referidos jornais nos dão uma primeira pista desse desejo. Assim, no *Un Fiore* e no *La Voce del Cuore* os nomes nos revelam uma atmosfera de sentimentos delicados, de fragilidade própria dos sentimentos que devem ser cuidados com delicadeza, pois são vistos como mais nobres no ser humano. O redator do *Un Fiore* justificou o nome do jornal dizendo se tratar de uma flor rara, “(...) que não existe, se não para aqueles que a sabem manter e é a virtude” (*Un Fiore*, p.1, 18 nov. 1900)<sup>99</sup>. Essa “(...) virtude é uma flor que jamais murcha” (*Un Fiore*, Belo Horizonte, p.1, 18 nov. 1900)<sup>100</sup> e deve crescer e multiplicar suas raízes, em solo fértil que, no nosso entender, significava os próprios leitores italianos. O jornal *La Voce del Cuore* (A voz do coração) trazia no nome o distintivo de sua proposta, se constituir num espaço para que o coração desses leitores italianos encontrasse um lugar propício aos seus desejos e interesses. Esse jornal já apresentava em suas notas o que seria, na avaliação dos produtores do jornal, uma mistura desses interesses: comentários sobre o pagamento dos trabalhadores com vales; sobre a abertura de uma escola italiana na cidade, crônica sobre um passeio pela cidade, pensamentos, fofocas e já uma página de propaganda. Já o *Il Martello* trazia no nome a marca da brincadeira, do trocadilho jocoso. Havia na cidade um jornal de nome *O Prego*, que tinha sua redação na Avenida do Martelo. Foi publicado em maio de 1902, sendo dirigido por um grupo de estudantes de Direito. Segundo Linhares (1995) se tratava de um jornal crítico e humorístico. O *Il Martello* tinha sua redação na rua do Prego, o inverso do periódico dos estudantes. Como aquele, pretendia ser uma arma (irônica) com a qual “(...) saberemos

---

<sup>99</sup> “(...) che non esiste, se non a quelli che lo sanno inantenere ed é la virtù”.

<sup>100</sup> “(...) virtù è un fiore che giammani appassisce”.

nos fazer temer” (*Il Martello*, Belo Horizonte, p.1, 27 jul. 1902)<sup>101</sup> Uma ameaça que trazia, nela mesma, a face da brincadeira que representava. O jornal, em sua única edição, pelo que mostrou, nos revela essa face, mas brincalhona que ameaçadora. Trazia duas crônicas sobre passeios em lugares bucólicos, uma outra crônica sobre um passeio pela cidade, que descrevia em tons idílicos, às primeiras horas da manhã. Finalizou com um poema de amor “martelando” de uma vez sua “intenção” de ser uma arma, que tinha na comicidade a sua força.

Os demais jornais, inclusive *O Operario*, apesar de trabalharem outras questões, como a questão do trabalho, a construção de identidade nacional, ainda assim, não deixaram de resguardar espaços para a manifestação e formação da sociabilidade.

Um exemplo elucidativo dessa postura se encontra em *O Operário* ao retratar uma cena cotidiana acontecida num domingo, dia de folga dos trabalhadores, em um bar na Lagoinha, um dos bairros de maior concentração de italianos. Para Westin (1998) esse bairro se apresenta como uma referência simbólica para a cidade, “(...) exemplar testemunha de uma sociabilidade tecida na luta dos imigrantes e trabalhadores que a constituíram” (WESTIN, 1998: 24). Foi dessa sociabilidade constituída através da luta que *O Operario* tratava.

Os redatores do *O Operario* conheciam a atitude discriminatória e repressiva, por parte do poder público, no trato com as camadas populares, principalmente, com os trabalhadores. O jornal relatou um episódio acontecimento numa “venda”<sup>102</sup>, na Lagoinha, envolvendo italianos que se divertiam “pacificamente” com um jogo de bola. Foram abordados pelo inspetor de polícia Malta e pelos soldados que o acompanhavam, recebendo ordem de prisão. O autor da nota publicada, que disse assistir a tudo, descreveu o desenrolar da situação revelando sua intenção de protestar contra tal arbitrariedade. Teria recuado por ter conhecimento de um decreto policial que passou, então, a apresentar, em termos irônicos.

Descreveu o tal decreto do preâmbulo aos artigos, de uma forma em que percebemos que se tratar de retórica irônica, feita a partir da realidade vivida de repreensão policial aos hábitos cotidianos dos trabalhadores, tal como o referido jogo de bola. Vale a pena a transcrição integral dessa parte da nota, uma vez que a mesma nos mostrou a percepção aguda dos redatores do jornal quanto à condenação, pelos poderes do Estado, de certas práticas reveladoras de uma sociabilidade própria dos trabalhadores. Ao mesmo tempo,

---

<sup>101</sup> “(...) sapremo farci temere”.

<sup>102</sup> As “vendas” eram estabelecimentos comerciais mais simples, no que diz respeito as suas instalações e mais diversificadas, no que se refere aos produtos oferecidos aos fregueses.

o trecho elaborado pelos redatores nos revelava que tipo de percepção eles tinham quanto aos interesses das classes dominantes locais e do estado.

O dr. Edgard Carlos da Cunha Pereira por graça de Deus e vontade do Presidente do Estado, Rei da Policia Mineira, ouvidos os nossos delegados e outras pessoas graúdas, decreta: Art. 1º. O bacarat, a roleta e outros jogos de azar ficam reservados pra o honesto recreio dos exms. Senadores e deputados e de quantos gozem de um rendimento ou ordenado avultado. Art. 2º. As loterias, o jogo do bicho, a tômbola, etc., são jogos tolerados para todo o mundo, salvo intermitente intervenção das autoridades policiaes. Art. 3º. Todo e qualquer jogo que não seja de azar e que sirva só para divertir o povo miúdo sem enriquecer nenhum empreiteiro do jogo, é absolutamente proibido, e os jogadores serão recolhidos à cadeia para contribuir com o imposto de carceragem ao augmento das rendas do Estado. Os nossos delegados assim o façam executar. Hipotecapolis, 14 agosto de 1900. Eu, rei da policia (*O Operario*, Belo Horizonte, p.3, 19 ago.1900).

No número seguinte do jornal, curiosamente, encontramos uma nota em que uma autoridade policial se justificava com relação ao episódio do jogo de bola. A nota apresentava a versão do sr. Malta, inspetor de polícia atuante na Lagoinha. Ele afirmava que o jornal estava mal informado sobre os acontecimentos. Dizia que não houve prisão dos jogadores de bola, mas sim de um tal de Nazareno “por resistência à autoridade” e que outras duas pessoas foram levadas até a Delegacia, para servirem de testemunhas. O jornal deu a conhecer a versão da autoridade policial, mas não se absteve de apresentar a sua visão do que normalmente acontecia envolvendo a polícia e as camadas populares:

(...) é facto indubitável que a policia abre muito um olho sobre os jogadores de bolas e outros jogos populares e fecha outro sobre os jogadores do *high-life*. Que diabo! Um olho aberto e outro fechado não embeleza muito a cara policial (*O Operario*, Belo Horizonte, p.2, 2 set. 1900).

Para os redatores do jornal era mais do que notória a relação conflituosa e desigual que envolvia os órgãos repressivos do Estado e a população mais pobre da capital, que incluía um grande número de italianos. As práticas e hábitos cotidianos dos trabalhadores tanto brasileiros quanto italianos eram alvo de discriminação pelos poderes constituídos que, como foi mencionado, eram instrumentos de uma tentativa de normatização do mundo do trabalho, recentemente implantada no Brasil. Sendo assim, práticas comuns como frequentar bares e botequins, beber e jogar em companhia de outros, que poderiam afirmar ou estreitar laços de solidariedade entre os trabalhadores, passaram a ser condenadas e perseguidas como ligadas ao ócio e à vadiagem.

A sociabilidade existente se manifestava e dos inúmeros encontros envolvendo os italianos entre si e com os brasileiros, em novas situações, outras formas de sociabilidade

estavam surgindo. A sociabilidade se manifestava e se gerava nesses encontros, mostrados e, muitas vezes, “apadrinhados” pelos jornais. As festas religiosas ou mesmo as cívicas canalizavam a “dimensão da espontaneidade na vida social”, uma espontaneidade que se revela nesses encontros e, também, desencontros, que aconteceram por livre escolha das pessoas. A sociabilidade, assim percebida, nos leva a tomá-la enquanto “força gregária que une os indivíduos”, num processo que envolve reciprocidade (MAIA, 2002: 9). Ela nos remete à metáfora de um jogo. Um jogo social no qual o que está em “jogo” é a própria existência da sociedade. Sendo um jogo tão importante, a sociabilidade pode tomar formas variadas, “(...) desde as mais universais presentes no ‘instrumento mais abrangente da vida comum da humanidade – a conversação (SIMMEL citado por MAIA)<sup>103</sup>, até formas mais específicas” (MAIA, 2002: 9), tal como no encontro propiciado pelo jogo de bolas dos italianos da Lagoinha.

Esse elemento de jogo presente na sociabilidade nos aponta a sua face negocial e construída. Ela não é um dado acabado da realidade social, é uma convenção, produto de uma construção cotidiana das pessoas que se afirma ou se realiza em cada encontro, seja amistoso, feliz, ou mesmo nos desencontros, nas interações conflituosas que permeiam a vida cotidiana e a realidade social mais ampla. Os jornais italianos, ao privilegiarem as interações mais simples entre as pessoas, no seu dia-a-dia, abrindo espaço para suas manifestações e mesmo criando situações para que elas existissem, acabaram por reforçar determinadas formas de sociabilidade e, mesmo, ajudar no nascimento de novas formas vistas, por eles, como necessárias à realidade vivida em terra estrangeira. Os jornais italianos foram, nesse sentido, um espaço virtual de encontros conflituosos ou amistosos e, por isso, com certeza, combustíveis para a vida social. Eles nos apontam para o caráter geral da comunicação “(..) como o lugar mesmo da realização do social” (FRANÇA, 1995: 62). A prática comunicativa desenvolvida pelos jornais italianos se revelou um “(..) espaço propício da vida social” (FRANÇA, 1995: 62).

---

<sup>103</sup> SIMMEL, G. The sociology of Sociability. In: FRISBY, D.; FEATHERSTONE, M. *Simmel on culture*. London: Sage Publications, 1997. p.120-130.

## CAPÍTULO III – A Imprensa italiana: espaço de discurso e prática de uma identidade nacional

*“Fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos”*

*Massimo d’Azeglio*

Nesse capítulo trabalharemos com uma das funções possíveis concernentes à imprensa, a de produzir discursos com vistas à defesa de pontos de vista dos mantenedores dos jornais. A partir da exemplificação de um dos discursos<sup>104</sup> produzidos pela imprensa italiana, em Belo Horizonte, buscamos mostrar como a ação jornalística é capaz de propor e instaurar práticas sociais de acordo com parâmetros previamente pré-fixados. O grau de aceitação dessas práticas dependerá da maior ou menor disputa que se instaura na sociedade para quem essas práticas são propostas. Os grupos sociais divergentes lutarão para verem viabilizadas as práticas que melhor orientem as relações sociais no rumo do que desejam.

No caso estudado, estaremos analisando a produção de um discurso identitário<sup>105</sup> para os imigrantes italianos, residentes em Belo Horizonte/ Minas Gerais. Esse discurso propôs uma forma de vivência social dos italianos, com base na afirmação da identidade nacional defendida pelos jornais. A partir dessa identidade os italianos orientariam suas relações entre si, com as instituições italianas presentes na cidade e com a sociedade brasileira.

Para tanto, na montagem desse discurso, os jornais produziram um enquadramento sistemático dos conteúdos pertinentes a essa montagem. Segundo Mouillaud (2002), o enquadramento funciona delimitando um quadro e o fora dele o que a leva a uma seleção do que deve ser visto. Essa ação acaba por focalizar a visão no interior de limites dados, produzindo a unificação de uma cena, num processo de solidarização dos elementos

---

<sup>104</sup> O uso que fazemos do conceito de discurso se baseia no desenvolvido por Orlandi (1996) que o considera como “linguagem em interação”. Ou seja, “aquele que considera a linguagem em relação às suas condições de produção, ou dito de outra forma, é aquele que considera que a relação estabelecida entre interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos da significação do que se diz. Estabelece-se assim, pela noção de discurso, que o modo de existência da linguagem é social: lugar particular entre língua (geral) e fala (individual), o discurso é o lugar social” (ORLANDI, 1996: 157).

<sup>105</sup> Trento (1988) e Bertonha (1998) afirmam que o discurso nacionalista/identitário foi uma presença recorrente na imprensa italiana no Brasil. Embora saibamos dessa similitude de prática discursiva entre os jornais italianos, não pretendemos compará-las entre si. Nosso interesse se fixou na fabricação do discurso local, nas formas de sua elaboração, nos dispositivos discursivos utilizados nessa fabricação e, principalmente, nas relações que se pretendiam estabelecer com as práticas sociais em que estavam inseridos os italianos, na cidade e no estado.



que compõem o quadro. Nesse sentido é que Mouillaud (2002) fala que “os jornalistas trabalham com baterias de informações preparadas” (MOUILLAUD, 2002: 43). Nesse processo de enquadramento dos discursos jornalísticos, há também o elemento que separa um quadro dos outros quadros: a moldura. Nessa noção de enquadramento, tomada por analogia com a pintura, entendemos a função da moldura. Segundo Mouillaud (2002), a moldura realiza, ao mesmo tempo, duas ações: “um corte porque separa um campo e aquilo que o envolve; uma focalização porque, interditando a hemorragia do sentido para além da moldura (...)” (MOUILLAUD, 2002: 61). Nesse processo de enquadramento, o jornal não só delimita como e através de que conteúdos discursivos se dará a sua construção da mensagem, mas também qual (is) o (s) (s) sentido(s) tentará fixar na sua elaboração. A informação que é veiculada mostra o que é possível e “o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido (...)”. Portanto, “existe um caráter imperativo na informação” (MOUILLAUD, 2002: 38). No caso do discurso identitário produzido pelos jornais italianos, os conteúdos discursivos do que deve ser conhecido foram selecionados, anteriormente, pelos produtores dos jornais dentre os conteúdos disponíveis socialmente, que incluíam demandas socialmente enraizadas na realidade vivida pelos italianos no Brasil.

Um outro processo, além da seleção dos conteúdos discursivos, se acha fixado com o enquadramento realizado, a determinação da configuração do tipo de interlocutor/leitor. Esse também se acha delimitado, formato pelo enquadramento. Ele pode ser visto como um interlocutor “imaginário”, mas imaginado dentro de uma estrutura do possível (ORLANDI, 1996: 153). Para Voloshinov<sup>106</sup> (citado por ORLANDI, 1996), a “organização social e a época são limites que o ideal do destinatário não pode ultrapassar: a fala se constrói entre duas pessoas socialmente organizadas. Na ausência de um destinatário se pressupõe um. Esse não é entretanto um destinatário abstrato, um homem “em si”. Os jornais italianos pressupunham um leitor “ideal”, mas com base no contexto sócio-cultural vivido, tanto pelos leitores, quanto pelos produtores dos jornais. Dito de outra forma, ambos são interlocutores num processo comunicativo ou, como diria Bakhtin, num processo de comunicação discursiva. Mas como França (1998) aponta, a natureza comunicativa do jornalismo não é exemplar, com isso querendo dizer que ela não se baseia na “(...) reciprocidade evidente e na troca imediata” (FRANÇA, 1988: 42), como num diálogo envolvendo interlocutores. Para a autora, “o jornalismo apenas existe se sustenta enquanto relação (grifo nosso). Produz-se uma informação, pensando-se em uma recepção e em uma

---

<sup>106</sup> VOLOSHINOV, V. N. *El signo ideológico y la filosofía Del lenguaje*. Nueva Visión: Buenos Aires, 1976

leitura, bem como em um leitorado preciso” (FRANÇA, 1998: 42), mesmo que esse leitor tenha sido definido idealmente. Nesse tipo de relação estabelecida pelo jornalismo o seu discurso, um dizer específico, não pode ser visto como um discurso fundador, mas fundado na relação entre os interlocutores sociais.

Mesmo que o discurso dos jornais italianos tivesse a pretensão de ser fundador de um padrão identitário, veremos que ele trazia marcas dos discursos que circulam na sociedade no tempo e no espaço de sua existência. Aqui também podemos repetir com Bakhtin, dizendo que o discurso jornalístico não é um Adão no mundo dos discursos, sendo o primeiro a ser proferido. Não existe, portanto, uma gênese originária do discurso, ele é construído no fluxo comunicativo ininterrupto que se encontra quando se adentra nas relações sociais, ou seja, desde que se vive em sociedade.

Mas não é essa visão a dos jornais italianos, principalmente os da chamada imprensa colonial, produtores de um discurso identitário para os italianos moradores de Belo Horizonte/ Minas Gerais. Esses pretendiam ser fundantes de uma identidade nacional italiana, embora os recursos utilizados para a montagem da mesma sejam importados das discussões verificadas na Europa e, particularmente, na Itália. Essa nação havia feito sua unificação política e constituído o Estado nacional italiano recentemente. A questão da criação de parâmetros tanto simbólicos quanto políticos para a jovem nação era entendida como crucial frente às outras nações mais antigas. No final do século XIX e início do século XX, assistiu-se a um processo de desenvolvimento capitalista que desembocou no imperialismo e na conseqüente ocupação de colônias, principalmente na África, disputadas pelos países industrializados. Tal ocupação, alicerçada na ideologia da superioridade racial dos brancos, colocou frente a frente as nações européias. A afirmação nacional passou a ser um componente a mais na luta contra as rivais, na medida em que possibilitava a unificação dos esforços nacionais em torno da causa nacional. A Itália viveu esse processo de construção de uma identidade nacional de uma forma acelerada, dado o seu “atraso” em se constituir em uma nação politicamente unificada.

A construção de uma identidade promovida pelos jornais italianos foi elaborada com os parâmetros da tentativa realizada na nação italiana, mas em alguma medida adaptados à realidade dos italianos no Brasil. Visando buscar por essa construção, um primeiro passo foi a identificação dos conteúdos discursivos usados como marcadores desse discurso. Assim, estaremos apontando as “fórmulas” acionadas na fabricação do discurso identitário que pretendia in-formar as práticas vividas pelos italianos na cidade/estado.

Num segundo momento apresentaremos como se deu o confronto do discurso identitário construído pelos jornais diante da situação concreta de vida dos italianos e das instituições italianas que funcionavam localmente. A partir desse encontro/confronto, o discurso nos possibilitou a constatação da diversidade social existente no seio da “colônia” italiana da cidade.

Por último, analisaremos o discurso identitário enquanto uma construção imaginada, em oposição a uma visão essencialista da identidade. Situamos a presença de vozes sociais dissonantes da identidade italiana que os produtores dos jornais queriam ver implantada localmente. Essa presença nos aponta o caráter híbrido da identidade italiana.

### **3.1. O uso de marcadores: dispositivos do dizer na elaboração do discurso identitário**

No discurso identitário analisado, muitas das formas discursivas utilizadas na Europa foram adotadas, mas contextualizadas, para confrontar a realidade local na qual se inseriam os italianos.

Assim, buscando pelos marcadores identitários acionados na fabricação do discurso, encontramos os campeões de uso nos discursos europeus: o critério lingüístico, o étnico, a existência de uma nação historicamente afirmada. Além desses, houve a reapropriação simbólica de marcos históricos e, mesmo, a reafirmação de uma tradição inventada<sup>107</sup> recentemente: a festa nacional italiana.

Iremos acompanhar mais de perto como se deu a construção discursiva em torno desses marcadores identitários da nacionalidade italiana fixada, em torno de três critérios: o lingüístico, o étnico e o simbólico.

---

<sup>107</sup> O historiador Eric Hobsbawn utiliza o termo “tradição inventada” para incluir não somente aquelas tradições “realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram num período limitado e determinado de tempo, às vezes coisa de poucos anos, e se estabeleceram com enorme rapidez” (HOBSBAWN, 1984: 9). A tradição inventada se refere a um conjunto de práticas que comporta, normalmente, “regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWN, 1984: 9). O surgimento dos símbolos nacionais tais como a bandeira e o hino nacionais e da festa nacional, são exemplos de tradições inventadas utilizadas na construção da nacionalidade moderna.

### 3.1.1. O critério lingüístico

O uso do critério lingüístico, ou seja, a valorização da língua nacional enquanto base fundamental da cultura e matriz da mentalidade nacional não foi o marcador mais utilizado na confecção/fabricação do discurso identitário, nos jornais trabalhados, em contraposição ao ocorrido na discussão italiana<sup>108</sup>, embora tenha recebido uma atenção especial quando da apreciação feita pelo *Fieramosca* sobre a existência de uma escola italiana na cidade, uma vez que a escola era vista como fonte de difusão da língua e, conseqüentemente, de toda a carga cultural e histórica que a língua possuía para a identidade italiana.

Esse critério recebeu ênfase especial durante o período da Primeira Guerra Mundial, momento em que o caráter nacionalista das nações beligerantes estava exaltado. Como Hobsbawn (2004) assinala, nada melhor que um conflito internacional para unificar uma população, composta de partes díspares, contra forasteiros, que passaram a ser vistos como inimigos. Isso pode facilitar o trabalho de construção de uma identidade nacional. Nesse conflito, estavam claramente delimitados os oponentes, “nós” contra “eles”. Ficava efetivado um compartilhamento de uma identidade ao nível nacional frente a essa delimitação.

Nos anos de guerra, a tônica do jornal, existente no período<sup>109</sup>, foi de enfatizar o discurso nacionalista, utilizando marcadores identitários com certa tradição de uso.

O jornal *Fieramosca* estampou, no editorial cujo título pode ser visto como uma síntese da visão que o jornal advogava quanto à importância da língua para o nacionalismo italiano: “a língua é veículo de nacionalidade” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>110</sup>. O editorial partia de um acontecimento do passado recente da Itália, ocorrido no século XIX, quando da ocupação napoleônica de territórios que posteriormente formaram a Itália. O redator recorta esse acontecimento histórico para mostrar que, enquanto os italianos puderam manter a língua latina sendo ensinada nas escolas, não haviam caído sob o domínio napoleônico. Segundo o redator, Napoleão

tinha soldados e generais italianos, tinha o império da Itália, tudo era seu, mas faltava, sempre, algo ao conquistador: não possuía as consciências

---

<sup>108</sup> Segundo Hobsbawn (2004), os italianos e também os alemães tinham o critério etnolingüístico como dominante para definir o que era uma nação. Esse critério era “na verdade, a *única* coisa que os fazia alemães e italianos, e conseqüentemente tinha um peso maior para a identidade nacional. (...) Para as classes médias liberais italianas e alemães a língua provia então um argumento central para a criação de um Estado unificado (...)” (HOBSBAWN, 2004: 125).

<sup>109</sup> O único jornal do nosso *corpus* documental que cobriu o período da Primeira Guerra Mundial foi o *Fieramosca*.

<sup>110</sup> “(...) La lingua é veicolo di nazionalità”.

italianas. Estas se mantiveram inalteradas, inacessíveis, incompreensíveis, admiravam-no, aplaudiam-no, mas não se incorporavam (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>111</sup>.

O golpe de morte nessa independência italiana teria sido dado quando Napoleão, num “golpe de gênio”, num simples decreto, aboliu o uso do latim na escola italiana. Isso porque a língua latina era apresentada como genitora da cultura, da ciência, das belas-artes, do ânimo italiano, ligação do espírito italiano à sua origem romana. O autor do texto comparava os italianos a aros unidos de uma corrente que

podem balançar separados, distantes (...), mas a corrente os têm sempre no mesmo nível (...). Quebrada esta- rompida a corrente- os aros dispersos e isolados tornam-se facilmente absorvidos (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 5 abr. 1916)<sup>112</sup>.

A língua latina funcionaria não só como garantia de uma cultura passada, mas como um elo de continuidade, uma fonte nutriz, para as atuais língua e cultura italianas. Ao se cortarem os canais de difusão e, portanto, de perpetuação dessa língua, proibindo que fosse ensinada, foi cortada também a fonte de abastecimento do núcleo central da identidade nacional compartilhada pelos italianos. A língua latina representava o laço que unia os italianos que, em outras situações, estavam separados. O redator reconhecia que havia diferenças, por exemplo, entre os literatos italianos,

(...) Gioberti, Giambattista Vico, Rosmini e De Sanctis, Leopardi e Alfieri, Alessandro Manzoni e Vincenzo Monti poderiam ser fortes ou pusilânimes, liberais ou não, mas eles eram sempre expressão do pensamento itálico, eram sempre centro de italianidade, constituíam a essência cristalográfica italiana da qual eles eram as várias faces do prisma (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 5 abr. 1916)<sup>113</sup>.

Mas, para além das diferenças morais, políticas ou de qualquer outra marca individual, havia um atributo unificador desses literatos. Havia uma identidade comum que os unia, eram italianos, porque afinal compartilhavam da mesma língua e do caudal cultural que ela preservava e que, ao mesmo tempo, alimentava as novas formas da cultura e das ciências italianas. Era nesse sentido que a língua era um veículo de identidade nacional, de italianidade.

---

<sup>111</sup> “Aveva con se soldati e generali italiani, aveva l’imperio dell’Italia, tutto era suo, me restava sempre il conquistatore: non aveva le coscienze italiane. Queste si mantenevano inalterabili, incomprendibili, lo ammiravano, lo plaudivano, ma non s’incorporavano”.

<sup>112</sup> (...) possono dondolare in disaccordo, distaccati, distanziati (...), ma quella catena li tien sempre nello stesso livello (...). Spezzata questa- rotta la catena- e gli anelli dispersi ed isolati diventano facilmente assorbibili.

<sup>113</sup> (...) Gioberti e Giambattista Vico, Rosmini e De Sanctis, Leopardi ed Alfieri, Alessandro Manzoni e Vincenzo Monti potevano essere forti o pusillanimi, liberali o no, ma essi erano sempre espressione del pensiero itálico, erano sempre centri di italianità, costituivano l’essenza cristalografica italiana di cui essi erano le varie facce di prisma.

Tendo a língua essa posição tão proeminente, não foi estranho encontrarmos, no *Roma*, uma nota irônica que reclamava do tratamento dado à língua italiana pelo Ministro da Instrução Pública da Argentina. O referido ministro, visando promover cortes nos gastos públicos, buscou por uma “despesa improdutivo” e encontrou que essa era “(...) precisamente o ensino da língua italiana nas escolas de seu país” (*Roma*, Belo Horizonte, p.2, 20 set. 1910)<sup>114</sup>. O artigo do jornal, ironicamente, apresentava a resposta do ministro, dizendo que ela mostrava um pensamento de alcance internacional que seria digno de um grande homem. Essa resposta foi a de que “o francês é a língua da civilização, o inglês é a língua da liberdade, o alemão, da ciência, o italiano é somente a língua dos italianos. Portanto, podemos ignorá-la” (*Roma*, Belo Horizonte, p.2, 20 set. 1910)<sup>115</sup>. Segundo o autor da nota, o ministro, com essa afirmação, havia dito tudo, apesar de não entender nada do que tinha dito. Exatamente porque

dizendo que o italiano é a língua dos italianos, havia dito tudo; para as outras línguas teve e pôde especificar: o francês é a língua da civilização, o inglês, da liberdade, o alemão, da ciência. O italiano é um pouco de tudo isso, e mais, ainda, a língua das belas artes: era muito longa essa especificação, e também inútil porque todos a sabem (*Roma*, Belo Horizonte, p.2, 20 set. 1910)<sup>116</sup>.

O artigo terminou dizendo que esse tipo de definição feito pelo ministro argentino, no qual o definido é o definível mesmo, se usava para coisas e grandes homens que não podiam ser definidos por si mesmos. Dessa forma, o ministro, que tem direito a ser um grande homem, poderia servir para sua própria conta. E mordazmente perguntava: “quem é o senhor Maon? É o senhor Maon. Portanto...” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 2, 20 set. 1910)<sup>117</sup>. Encerrou afirmando que deixava a conclusão a critério dos leitores.

A língua italiana rendeu, ainda, mais uma nota de insatisfação do jornal. Dessa vez, com relação ao tratamento “indevido” que recebeu por parte da Administração Pública do estado de Minas Gerais. O jornal comentava que seria aberto um concurso para preenchimento de vagas, no Ginásio do Estado, para professor de alemão. O jornal apresentava como frustrada sua expectativa do reconhecimento da numerosa colônia no estado, com a criação de uma “cadeira de italiano no gymnasio”<sup>118</sup>. Contra-atacava afirmando que a língua italiana seria muito mais necessária que a alemã, “facilitando aos estudos

---

<sup>114</sup> “(...) che era, precisamente, l’insegnamento della lingua italiana nelle scuole del suo paese”.

<sup>115</sup> “Il francese, é la língua della’la civiltá: l’inglese, é la lingua della liberta: il tedesco, della scienza: l’italiano é soltanto la lingua degli italiani. Dunque possiamo [falhe] a meno”.

<sup>116</sup> “Dicendo che l’italiano é la língua degli italiani, ha detto tutto; per le altre lingue ha dovuto e ha potuto specificare: il francese é la língua della civiltá; l’inglese, della libertá, il tedesco, della scienza. L’italiano é on pó di tutto questo, e più lunga questa specificazione, e anche inutile perché tutti la sanno”.

<sup>117</sup> “Chi é il signor Maon? É il signor Maon. Dunque...”

<sup>118</sup> Nota encontrada na Seção Nacional. Essa seção era escrita em português.

acadêmicos o estudo de obras importantíssimas, especialmente em criminalologia, de autores acatados e estudados em quasi todo mundo” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 2, 5 abr. 1916). Ao terminar, refreando os ânimos, solicitava, em tom cordial, que o governo mineiro levasse em consideração a sua “humilde sugestão criando em nosso gymnasio uma cadeira da bella e útil língua de Dante” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.2, 5 abr. 1916).

Nessa nota, a língua italiana ganhou outro atributo: era a língua do direito. E, ao contrário do ministro argentino, que classificou e estigmatizou o italiano riscando-o das escolas, o jornal o apontava como sendo útil para estudos mais avançados, além de ser também a “língua de Dante”, a língua de uma literatura considerada clássica. Há que se ponderar que essa nota saiu durante a Primeira Guerra, quando a Itália lutou do lado oposto ao da Alemanha. Afirmar-se sobre o inimigo era uma meta a ser alcançada, o que acabaria por reafirmar, mais claramente, pela diferença em relação a um “outro”, no caso os alemães, a unidade entre os italianos, que a língua alimentava.

### 3.1.2. O critério étnico

O critério étnico utilizado como ferramenta de afirmação de um nacionalismo e identidade italianos, ao longo do período de vinte anos da imprensa italiana em Belo Horizonte, apareceu, principalmente, evidenciado durante o período de ocorrência da Primeira Guerra Mundial<sup>119</sup>.

O critério foi utilizado em contraposição a uma outra nacionalidade e a uma outra identidade nacional, pelo jornal *Fieramosca*. Essa nacionalidade e identidade acionada como oposta e inimiga foi a alemã. A contraposição italianos *versus* alemães foi realizada se utilizando de atributos derivados de uma identificação própria da cultura e da psicologia.

Na coluna denominada “Psiche”, cujo título do artigo era “A Alemanha é bárbara?” os argumentos discursivos mobilizados para apresentar as diferenças entre os italianos e alemães são da ordem de uma certa psicologia própria a cada povo, cada identidade nacional.

Assim, o artigo defende que há uma “psiche” própria a cada povo e essa o diferenciava dos demais. Essa “psiche” podia ser retocada por um “verniz” representado pela educação, que criava as convenções sob as quais os povos viviam, uniformizando direitos e deveres. Mas, em momentos especiais da vida, essa represa dos convencionalismos se rompia

---

<sup>119</sup> Isso significa que os argumentos apresentados foram retirados do único jornal que cobre o período da Primeira Guerra que foi o *Fieramosca*.

e se retornava ao estado primitivo da consciência. Tal havia sido a situação dos alemães durante a guerra. As ações praticadas por eles foram “(...) ações contrárias às convenções estabelecidas (...)” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 25 mar. 1916)<sup>120</sup>. Tentando explicar essa “facilidade” com que rompiam convenções, se recorria a uma certa visão da história dos povos germânicos da época do Império Romano. Naquele momento primitivo, essas tribos germânicas foram mostradas como empenhadas na guerra da qual participavam todos da tribo. Ao final, todos os elementos do povo vencido eram considerados inimigos e, portanto, deviam ser destruídos, “(...) para evitar que produzam dano no presente e no futuro” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, 25 mar. 1916)<sup>121</sup>. Dessa forma, “os prisioneiros e os vencidos deveriam ser mortos, homens, velhos e crianças (...)” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, 25 mar. 1916)<sup>122</sup>. Essa violência primordial estava presente na resolução das contendas privadas, que eram resolvidas recorrendo-se às armas. Além disso, “todos os meios para destruir o inimigo eram, para eles, considerados naturais que fossem usados” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 25 mar. 1916)<sup>123</sup>. Com tal caracterização, era natural, para o autor do editorial, que palavras como traição, boa guerra, e outras na mesma linha, não pertencessem ao dicionário do alemão.

Apresentada a “psiche” germânica primitiva, se fez a descrição da “psiche” italiana primitiva, que teve seu início com os romanos. A metáfora para descrevê-los mostra a existência de um equilíbrio entre a força e a lei – os romanos “(...) que portavam em uma mão uma espada e na outra o códice” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 25 mar.1916)<sup>124</sup>. Esse equilíbrio é que possibilitava que apesar de “(...) primitivos e toscos quiseram estabelecer os deveres e os direitos, sustentar o fraco, não fazer mal aos inofensivos (...)” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 25 mar. 1916)<sup>125</sup>.

O simbolismo de uma mão ocupada pela espada pode ser percebido, mesmo que de forma atenuada, quando se retratou os romanos como os que “ (...) gostavam de ver escorrer sangue dos gladiadores, mas sancionavam as leis que davam, em certos casos, liberdade àqueles e aos escravos” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 29 mar. 1916)<sup>126</sup>. Ao contrário dos germânicos, “distinguiam entre estratégia de guerra e traição” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 29 mar. 1916)<sup>127</sup>.

<sup>120</sup> “(...) azioni contraria alle convenzionalità stabili (...)”.

<sup>121</sup> “(...) per evitare che facesse danno nel presente e che giovasse al nemico nel futuro”.

<sup>122</sup> “I presi vivi o arresi si dovevano passar per le armi donne o uomini, vecchi o bambini (...)”.

<sup>123</sup> “tutti i mezzi per nuocere il nemico erano per loro naturelae che fossero usati”.

<sup>124</sup> “(...) che portavano in una mano la sapda nell’altra il códice”.

<sup>125</sup> “(...) primitivi e rozzi vollero fissare i doveri ed i diritti, sostenere il debole, non nuocere all’inoffensivo (...)”.

<sup>126</sup> “(...) amavano di vedere scorrere il sangue dei gladiadores, ma sanzionavano le leggi che davano in certi casi libertà ad essi ed agli schiavi”.

<sup>127</sup> “Distinguevano fra stratagemma di guerra e tradimento”.



Essa forma de identificar os antepassados dos alemães e italianos se acha mais uma vez afirmada quando em outro artigo, intitulado “O retorno dos deuses”, as mitologias germânica e romana foram lembradas para afirmar as diferenças entre eles. Dois deuses dessas mitologias foram lembrados. Do lado romano, Minerva, a deusa da sabedoria, nascida da cabeça de Zeus, portando um elmo e empunhado uma espada. Essa visão da deusa nos remete à forma como foram descritos os romanos, empunhando uma arma (também uma espada) e um códice, a prova da sabedoria humana: a criação das leis que regiam a vida social. Do lado germânico, o deus mencionado foi Thor. Descrito como “um coração terno quando em família, mas que fora de casa tem por arma um martelo” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 14 jan.1917)<sup>128</sup>. Foi identificado como o mais representativo deus germânico. Em contraposição a Minerva, resplandecente, Thor é “(...) o verdadeiro herói germânico, não é o verdadeiro espírito de luz, mas o sinistro forjador de enganos, aquele que assassina a traição” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 14 jan.1917)<sup>129</sup>.

A montagem da identificação étnica dos dois povos foi feita, como até agora se viu, usando a comparação de atributos. Ela continua, até a comparação presente dos descendentes dos romanos e germânicos. Os atributos comparativos entre italianos e alemães nos revelam uma linha de continuidade com o passado primordial de ambas as etnias.

Assim, o germânico “(..) positivo e prático, de ideologia nebulosa” (...) “tornou-se o alemão industrial e comercial que submergiu na ideologia nebulosa dos antepassados (...)”, procurando utilizar todos os meios em proveito próprio (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 25 mar.1916)<sup>130</sup>. Embora ambas as “raças tenham se excedido nas conseqüências de sua ligação direta com a “psiche” dos antepassados, parece que os alemães levaram isso mais longe. Assim, no presente [durante o período da Guerra], lhes parece justo

(...) destruir cidades indefesas, monumentos de arte, e cortar as mãos das crianças nos países inimigos, como a nós nos parece certo que também em uma cidade fortificada inimiga se deva destruir a fortaleza, os bairros, os arsenais, mas não as casas dos cidadãos. Aos alemães parece justo usar os gases asfixiantes quando a nós parece justo usar fuzis com projéteis pequenos, os quais (na medida do possível) colocam o inimigo fora de combate, sem matá-lo. O alemão crê ser certo o pensamento de que na guerra qualquer arma serve desde que mate, destrua, arruíne tudo e todos, e os latinos crêem firmemente ter razão Tasso que canta: as armas piedosas (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 29 mar. 1916)<sup>131</sup>.

---

<sup>128</sup> “Un cuore tenero in famiglia, ma che fuori casa há per arma um martello”.

<sup>129</sup> “(...) vero eroe germanico, non è il vero spirito di luce, ma il torvo fuciatore d’inganni, quegli che assassina a tradimento”.

<sup>130</sup> “(...) popolo pratico materiato di ideologia nebulosa (...) divenne il tedesco industriale e commerciale che affondó l’ideologia nebulosa degli avi (...) rimontanti in uma maneira o nell’altra in um positivo utile próprio”.

<sup>131</sup> “(...) distruggere città indifese, monumenti di arte, e taglia le mani ai bimbi nel paese nemico, come a noi ci pare giusto che anche in una città fortificata nemica si debbono distruggere la fortezza, i quartieri, gli arsenali,

Se as conseqüências da “psiche” original levaram os alemães a agirem como o descrito durante a Guerra, as conseqüências da “psiche” romana levaram a uma rota de desenvolvimento bem diferente para os italianos. Esses, que herdaram dos antepassados o “códice” de leis, logo passaram a adicioná-lo com novas notas, uma exegese. Enquanto

(...) os soldados franceses descalços e rotos saqueavam a Europa pregando a liberdade e o direito dos povos que pagavam com seu sangue, os italianos davam mártires a esses ideais e recusavam-se a participar da ocupação do Egito porque isso era contrário ao direito dos povos. Poesia, música, belas artes, beleza e graça, justiça e trabalho em um crescente contínuo, em um contínuo aperfeiçoamento, foi seu sangue e sua carne (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 29 mar. 1916)<sup>132</sup>.

Essas diferenças, apontadas no desenvolvimento das “psiche” originais, entre italianos e alemães, geraram visões estereotipadas de um povo em relação ao outro. O artigo apresentava que os alemães viam os italianos como “estúpidos sentimentais e idealistas” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 29 mar. 1916)<sup>133</sup>. E, por seu lado, os italianos se referiam aos alemães como bárbaros. Assim, os alemães

(...) se surpreendem com nossa ética que eles acreditam ser uma fraqueza, e nós nos surpreendemos com seu cínico e inconsciente barbarismo que as legiões romanas de Mário e de Germânico e o conjunto do direito romano derrubaram, submeteram, mas não modificaram (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 29 mar. 1916)<sup>134</sup>.

A percepção era de que o momento da Primeira Guerra se apresentava como um estado de inconsciência que revelava nos povos sua verdadeira essência: a sua “psiche” primordial. Assim, como Thor, o deus emblemático da mitologia germânica, carregava um fardo obscuro, “(...) sob essa [da Alemanha] influência a nossa humanidade é muito obscurecida” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 14 jan. 1917)<sup>135</sup>. E, por mais justa que seja a admiração por qualquer gênio alemão do passado, pelos alemães que “(...) renovaram (...) o

---

ma non le case dei cittadini. Ai tedeschi pare tanto giusto di usare i gás asfissianti quanto a noi pare giusto di usare pei fucili proiettili piccoli iquali (per quanto è possibile) mettono fuori combattimento il nemico senza ucciderlo; il tedesco crede star nel giusto pensando che in guerra qualunque arma serve purché uccida, distrugga, rovini tutto e tutti, e i latini credono fermamente di aver ragione col Tasso che canta *l'armi pietose*”.

<sup>132</sup> “(...) i soldati di Francia scalzi e laceri corsero l'Europa predicando la liberta ed il diritto dei popoli che pagavano col loro sangue; gl'italiani davano martiri al l'idea e rifiutavano di prender parte all'occupazione dei l'Egito perchè contrario al diritto delle genti. Poesia, musica, arti gentili, bellezza e grazia, giustizia e lavoro in um crescendo continuo, in continuo perfezionamento, fu loro sangue e loro carne”.

<sup>133</sup> “Sentimentali stupidi ed idealisti”.

<sup>134</sup> “(...) si meravigliano della nsotra etica che ritengono delebozza e noi ci meravigliamo del loro cínico ed incosciente barbarismo che le legioni romane di Mario e di Germânico e le Pandette atterrirono, domarono, ma non modificarono”.

<sup>135</sup> “Sotto queste influenze la nostra umanità si é troppo oscurata”.

método crítico e filosófico” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 14 jan. 1917)<sup>136</sup>, principalmente, em ciência criou-se uma “(...) aureola de luz que nos impede de ver o lado obscuro, a deficiência e os perigos” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 14 jan. 1917)<sup>137</sup>. O perigo principal se encontrava na influência que o pensamento alemão exercia sobre “(...) os espíritos, estendendo sua sombra até aqueles estudos que são mais estrita e independentemente nossos” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 14 jan. 1917)<sup>138</sup>. Isso constitui “(...) uma servidão intelectual duplamente funesta” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 14 jan. 1917)<sup>139</sup>. Primeiramente, porque o ídolo de tal veneração era falso e, em segundo lugar, porque graças a essa veneração eram “(...) renegados todos os princípios, todas as necessidades, todos os direitos da nossa cultura nativa” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 14 jan. 1917)<sup>140</sup>.

Nesse “estado de inconsciência” momentânea, a verdadeira essência dos alemães aflorou, revelando, “(...) mais rapidamente, o verdadeiro aspecto dissolvente de tudo que amamos, de todos os princípios que sentimos eternamente verdadeiros sobre a religião dos nossos deuses tradicionais” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 14 jan. 1917)<sup>141</sup>. Caído o véu que encobria o lado obscuro da “psiche” original dos alemães, os deuses italianos, imortais, estavam de volta.

Dessa forma, a pergunta inicial – se os alemães eram bárbaros – podia ser respondida. A resposta acenava com a existência de uma “psiche” original, que devia ser levada em conta no contato com os alemães. A metáfora usada para mostrar como se devia tratá-los nos remete a essa conclusão:

O tigre que foge do bosque para uma cidade morde, despedaça e amedronta, nós o chamamos de bárbaro e feroz? Não, ele é tigre e basta, mas os homens devem prendê-lo e colocá-lo na jaula onde o seu martírio seria provar da sua própria raiva. (*Fieramosca*, n° 4, Belo Horizonte, p. 1, 29 mar. 1916)<sup>142</sup>.

---

<sup>136</sup> “(...) rinnovarono (...) il método critico e filosófico”.

<sup>137</sup> “(...) aureola di luce, che abbagliando gli occhi a molti fra noi, c’impediva di scorgerne i lati oscuri, lê deficienze e i pericoli”.

<sup>138</sup> “(...) sugli spiriti venendo a distendere la sua ombra perfino in quegli studii che sono piú strettamente e piú indipendentemente nostri”.

<sup>139</sup> “(...) una servitú intellettuale due volte funesta”.

<sup>140</sup> “(...) rinnegare tutti i principii, tutti i bisogni, tutti i diritti della nostra cultura nativa”.

<sup>141</sup> “(...) troppo presto, sotto il suo vero aspetto dissolvitore di tutte le cose che noi amiamo, di tutti i principii Che noi sentiamo eternamente veri sulla religione dei nostri Dei tradizionali”.

<sup>142</sup> “La tigre che fugge dal Bosco in una città ed azzanna, sbrana, atterisce la chiamamo barbare e feroce? No, è tigre e basta, ma gli uomini debbono perderla e metterla in gabbia dove nullo martirio furor che la sua rabbia sarebbe al suo furor dolor compito”.

### 3.1.3. O critério simbólico

No discurso identitário fabricado pelos jornais, três foram os marcadores simbólicos acionados discursivamente. Eles se referiam à festa nacional da Itália, à capital-Roma- e ao Panteão de heróis.

#### 3.1.3.1. A festa nacional: a festa da família nacional

O vinte de setembro, data da festa nacional italiana, não faltou na pauta dos jornais, tanto a discussão sobre o seu significado quanto às práticas de efetivação das comemorações dessa festa na cidade.

Com relação à fabricação do discurso identitário/nacionalista, a festa nacional se constituiu no recurso simbólico mais importante. Símbolo forte da afirmação nacional, o vinte de setembro foi deslocado para se tornar novamente símbolo de um outro referencial. Dessa vez, do jornal que iniciou sua publicação, intencionalmente, no mesmo dia da festa nacional: o *Roma*.

Na valorização do vinte de setembro, podemos ver a marca do momento histórico selecionado como formador do Estado italiano – “o dia comemorativo da data histórica em que a Itália cumpriu o último (...) passo na grandiosa obra de independência e unidade” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>143</sup> – o dia 20 de setembro de 1870.

Essa data teria forte valor afetivo porque congregava, dentro e fora da Itália, nos países que receberam imigrantes italianos, os filhos dispersos, mas nos quais “(...) palpita o sentimento de italianidade (...)” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>144</sup>. Essa festa era capaz de reunir “(...) os italianos distantes a seus irmãos que, na pátria, celebram a festa nacional”, num “(...) unânime espírito de patriotismo (...)” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>145</sup>.

Assim, a festa nacional era percebida enquanto esse momento capaz de reunir, não importando onde estivessem os italianos, na Itália ou no exterior, todos sob um mesmo espaço simbólico, que se comparava à reunião de uma grande família. A festa nacional era afirmada

---

<sup>143</sup> “Il giorno commemorativo della data storica, in cui l’Italia compì l’ultimo (...) passo nella sua opera grandiosa di indipendenza e di unità”.

<sup>144</sup> “(...) palpita il sentimento di italianità (...)”

<sup>145</sup> “(...) gli italiani lontani ai loro Fratelli che in patria celebrano la festa nazionale (...) unânime spirito di patriottismo (...)”.

como uma festa de família, reunindo “(...) com o coração e o pensamento os vários membros dispersos em uma comunhão ideal sob o teto familiar” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>146</sup>. Tal como na família, existiam diferenças entre seus membros e não raro essas diferenças levavam a discussões, que, no entanto, não eram capazes, normalmente, de desagregar a família. Assim, também, as divergências internas, diante da comemoração dessa data, cessavam. A data era apresentada como tendo um profundo significado de nacionalidade, tanto para os italianos no exterior quanto sobre os partidos e as divisões sociais.

Diante dessas considerações, o jornal afirmava que não via motivo para se questionar a pertinência do vinte de setembro como data nacional da Itália, uma vez que o dia era reconhecido como tal, inclusive pelos “(...) partidos políticos e sociais, dos tantos que infelizmente promovem divisões não somente na pátria, mas também no exterior (...)” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>147</sup>.

A data da festa nacional foi apresentada como comportando um outro sentido, além da referência a uma comunhão familiar que era capaz de realizar. Esse sentido se ligava à cidade de Roma e ao seu significado para os italianos. Como esse sentido se encontra ligado a Roma, tomada enquanto um marcador simbólico acionado no discurso identitário/nacionalista do jornal, será apresentado no item seguinte.

### **3.1.3.2. Roma: a cidade eterna**

O sentido, que o jornal queria desconstruir, ligava o vinte de setembro à data do que ainda era visto como a data da “conquista de Roma”. O jornal lembrava que havia quarenta anos que Roma deixava de estar sob o domínio papal e passava a se integrar à nação italiana, não como uma cidade qualquer, mas como a sede augusta do reino italiano.

Outra não poderia ser a sorte de Roma, “(...) por força natural, pela tradição histórica e pela vontade de todos os grandes italianos que conceberam e quiseram uma única nação unida e livre (...)” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 de set. 1910)<sup>148</sup>. Sendo assim, como ainda perdurava o sentido de que Roma havia sido conquistada no dia 20 de setembro de 1870? O artigo do jornal se perguntava por quem ela fora conquistada. Dizendo que Roma

---

<sup>146</sup> “(...) col cuore e col pensiero, i vari membri dispersi, in una comunione ideale sotto il tetto familiare”.

<sup>147</sup> “(...) partito politico o sociale, dei tanti che ci tengono infelicemente divisi non solo in pátria, ma anche all'esterno (...)”.

<sup>148</sup> “(...) per la forza naturale delle cose, per la tradizione storica, e per la volontà di tutti i grandi italiani che concepirono e vollero una sola nazione unita e libera (...)”.

fora conquistada lembrava-se dos bárbaros que a invadiram no fim do Império e na Idade Média. Contra essa idéia o artigo do *Roma* se insurgia – “Os nossos irmãos de raça e de língua vieram a Roma para torná-la italiana, ou vieram como bárbaros para conquistá-la?” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>149</sup>.

O artigo considerava que, infelizmente, essa era uma idéia vergonhosa, inútil esconder-se que muitos italianos a professavam, desde de 1870. Felizmente, após um primeiro momento, o governo, ao contrário de muitos italianos, teria compreendido a importância de Roma, esta não poderia ser comparada a uma “(...) cidadezinha de província e muito menos como um país conquistado” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>150</sup>. O jornal advogava a posição de que, da data de vinte de setembro de 1870, deveria ser lembrado e glorificado “(...) o fato na essência, o significado moral da empresa, o seu valor histórico e moral” (*Roma*, Belo Horizonte, 20 set. 1910)<sup>151</sup> e esquecido como se deu a execução material do fato. A parte material da obra de incorporação de Roma à Itália apontava para o que deveria ser esquecido: canhões sendo apontados “(...) contra a cidade eterna, se realizando um bombardeio que poderia ter incalculáveis conseqüências, repleta como é Roma de glórias artísticas e históricas (...)” (*Roma*, Belo Horizonte, 20 set. 1910)<sup>152</sup>.

Roma representava o laço de união entre o passado glorioso e a nova Itália, tendo como missão reunir suas “(...) irmãs da Terra Itálica para completar a nova nação, unida e independente, tanto mais que a sua história, a sua glória e sua importância universal, a chamaram a ser a capital natural” (*Roma*, Belo Horizonte, p. 1, 20 set. 1910)<sup>153</sup>. O artigo ligava esse sentido para Roma como algo expressado por Cavour, um dos heróis do panteão italiano, quando deixou como sugestão final de seu trabalho pela unificação italiana que Roma fosse a capital do novo Estado. A cidade de Roma, símbolo de um passado italiano, da arte italiana, ganhava mais um outro sentido, o de capital para o novo Estado italiano que surgira. Novamente, ela era erigida em novo símbolo, dessa vez, o de capital da nova nação italiana.

---

<sup>149</sup> “I nostri fratelli di razza e di lingua vennero a Roma per farla italiana, a vennero come barbari per conquistarla?”

<sup>150</sup> “(...) cittaduccia di província e molto meno come um paese di conquista”.

<sup>151</sup> “(...) il fatto nella sua essenza, il significato morale dell’impresa, il suo valore storico e morale”.

<sup>152</sup> “(...) contro la città eterna, si esegui um bombardamento Che poteva avere cosneguenze incalcolabili, piena come é Roma di glorie artistiche e storiche (...)”.

<sup>153</sup> “(...) sue consorelle della Terra Italica per completare la nuova nazione riunita e indipendente, tanto piú che la sua storia, la sua gloria, e la sua importanza universale, la chiamavano ad essere la capitale naturale”.

### 3.1.3.3. O panteão dos heróis nacionais: novos heróis para um novo país

Os jornais italianos de Belo Horizonte trabalharam na construção de um panteão de heróis italianos selecionando-os, principalmente, dentre personagens que participaram no processo de unificação italiana ao longo do século XIX. Não somente informavam sobre a ocorrência de comemorações festivas por ocasião de eventos relacionados com esses personagens-heróis, na Itália, no exterior e no Brasil, mas também promoveram a realização desse tipo comemoração na cidade, participando, inclusive, como organizadores<sup>154</sup>.

A forma como esses personagens foram apresentados revela o trabalho de elevação à categoria de heróis da nacionalidade italiana que sofreram. Tornaram-se heróis, pois em sua história pessoal houve ações que os ligaram à história do processo de unificação italiana responsável pela criação do Estado italiano. Eles eram novos heróis de uma nação também nova. Ambos eram exaltados pelos jornais.

Assim, Cavour era apontado como um grande homem ao qual deviam o surgimento da Itália como nação; foi o “cérebro dirigente”, capaz de orientar os esforços, inclusive os de outros personagens- chave da luta pela unificação. Personagens tais como Giuseppe Mazzini, “(...) o apóstolo da nova Itália, que comunicou, por meio da palavra e do escrito, a sua fé sublime aos reis e ao povo” (*Roma*, Belo Horizonte, p.1, 1 out. 1910)<sup>155</sup>. Apontado como grande pensador que devia ser homenageado, pois “(...) pouquíssimos a ele se comparam e ninguém o supera na história do mundo” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 20 jun. 1905)<sup>156</sup>. O jornal *L'Eco del Popolo* advertia que os povos que progrediram tinham, presente sempre vivo, “o culto dos grandes homens” e que o povo que não tinha tal culto era um povo “(...) morto ou próximo da morte” (*L'Eco del Popolo*, Belo Horizonte, p.1, 20 jun. 1905)<sup>157</sup>.

Ainda nesse panteão foram colocados Giuseppe Garibaldi, “(...) a espada que epicamente conduziu à vitória o povo insurreto contra os reis tiranos” (*Roma*, Belo Horizonte, p.1, 1 out. 1910)<sup>158</sup> e Vittorio Emanuele, “(...) o príncipe que, com a autoridade de sua coroa gloriosa, liberal, e puramente italiana, reuniu em torno de si os povos que se libertavam da

---

<sup>154</sup> Exemplo dessa promoção foi a comemoração dos cem anos de nascimento de Mazzini, organizada e divulgada pelo *L'Eco del Popolo*, em 1910. Dentre os membros da comissão organizadora do evento estava o diretor responsável pelo jornal.

<sup>155</sup> “(...) l'apostolo della nuova Italia, che comunico, per mezzo della parole e dello scritto, la sua fede sublime ai Sovrani e al popolo”.

<sup>156</sup> “(...) pochissimi agguagliano e nessuno supera nella storia del mondo”.

<sup>157</sup> “(...) morto o prossimo a morire”.

<sup>158</sup> “(...) la spada che epicamente conusse alla vittoria il popolo insorto contro i sovrani tiranni”.

servidão, constituindo-se em uma nação unida, e protegendo-a da discórdia interna e da discórdia externa” (*Roma*, Belo Horizonte, p.1, 1 out. 1910)<sup>159</sup>.

### **3.2. O discurso identitário e as práticas de vivência social: dilemas e confrontos**

Nessa parte, buscamos pela interação entre o discurso identitário fabricado pelos jornais, utilizando os marcadores discursivos apontados, e os seus destinatários. Esse discurso esteve em processo de construção enquanto se relacionava com a recepção do mesmo por parte dos leitores/destinatários<sup>160</sup>. Ao pautar quais acontecimentos se tornaram notícia, a seleção recaiu sobre práticas sociais ligadas a critérios nacionalistas ou identitários. Não somente os jornais informavam sobre práticas sociais relacionadas com os italianos, mas também essas práticas apresentadas eram importantes na consecução do objetivo pretendido: a fixação de uma determinada identidade nacional. Isso, na medida em que as práticas ou ações desenvolvidas pelos italianos na cidade, enquadradas pelos jornais, permitiam uma leitura se utilizando os marcadores identitários construídos. Assim, os jornais informavam sobre o funcionamento de organizações italianas atuantes ou em vias de se implantarem na cidade; sobre a realização das festas de cunho nacionalista, sobre a criação, pelos jornais, de campanhas de arrecadação de fundos para entidades beneficentes italianas.

Quantitativamente, o que mais esteve presente nos jornais foram notícias referentes à existência de uma escola italiana em Belo Horizonte. Ao longo dos vinte anos dos jornais estudados a discussão sobre a necessidade, a implantação, o fechamento, a reativação da escola italiana estiveram presentes. Podemos acompanhar pelos jornais, cronologicamente, esse caminho percorrido não só pela instituição escolar em Belo Horizonte, mas também pela discussão suscitada pela mesma entre os italianos, segundo a visão dos italianos redatores dos jornais, que, afinal, constituíam uma parte da colônia italiana de Belo Horizonte.

Assim, encontramos a primeira aparição de uma notícia referente à escola italiana, no jornal *La Voce del Cuore*, em 1902. Ao mesmo tempo que informava sobre um grupo de

---

<sup>159</sup> “(...) il príncipe, che com l’autorità della sua corona gloriosa, liberale, e puramente italiana, riuni attorno a sé i popoli che ci liberavano dal servaggio, costituendoli la nazione unita, e proteggendoli dalle discordie interne e dalle discordie straniere”.

<sup>160</sup> Os marcadores identitários apresentados no item 3.1 foram remontados, metodologicamente, como se fossem construídos de uma vez, para efeito de exposição e análise, mas a construção do discurso identitário foi feita durante um período de quinze anos. Isso levantando-se em conta que os jornais utilizados para remontar o discurso e seus marcadores cobrem o período entre 1905 a 1920.



italianos que pretendia abrir uma escola na cidade, também se posicionava favoravelmente à iniciativa, parabenizando o mentor da proposta, reconhecido por estar “(...) movido por um louvável sentimento pátrio e humanitário (...)” (*La Voce del Cuore*, Belo Horizonte, p. 1, 21 set. 1902)<sup>161</sup>.

O jornal via nessa iniciativa uma afirmação do patriotismo dos italianos moradores da cidade e, ao mesmo tempo, assumia um compromisso de encorajar iniciativas como essa:

Encorajamos todos aqueles que amam a pátria e o nosso doce idioma a contribuir para que a bela iniciativa não permaneça infrutífera”(*La Voce del Cuore*, Belo Horizonte, p. 1, 21 set. 1902)<sup>162</sup>.

Já nessa primeira aparição do tema encontramos explicitada a importância que foi atribuída à escola, ao longo de todo período estudado, como a instituição responsável pela missão de divulgar e manter viva a língua italiana e essa, como já foi visto, era considerada como fonte e veículo da italianidade (identidade nacional). Hobsbawn (2004) assinala que, na Europa do final do século XIX, quando da universalização do ensino público, a escola, principalmente a primária, foi um dos componentes da “(...) maquinaria de comunicação crescentemente poderosa” junto aos habitantes dos Estados, “(...) para difundir a imagem e a herança da ‘nação’ e inculcar adesão a ela, bem como ligá-los ao país e à bandeira, freqüentemente ‘inventando tradições’, ou mesmo nações, com esse objetivo” (HOBBSAWN, 2004: 112). O princípio do uso utilitarista da escola para fins ideológicos, como se pode ver, não era novidade<sup>163</sup>.

A segunda aparição de uma notícia sobre uma escola italiana em Belo Horizonte foi em 1910, quando, numa nota, o jornal *Roma* informava que a Sociedade Nacional Dante Alighieri havia reconhecido oficialmente o Comitê Dante Alighieri local. Isso significava que a escola local passaria a receber subsídios do governo italiano, através da Dante Alighieri nacional<sup>164</sup>. É elucidativo o nome dessa instituição escolar: Dante Alighieri. Esse literato é reconhecido como um dos “criadores” do moderno idioma italiano. A alusão a um dos pais fundadores do idioma tornado oficial pelo Estado nacional italiano nos remete à visão do

---

<sup>161</sup> (...) mosso da um lodevolissimo sentimento pátrio e umanitario (...)

<sup>162</sup> Incoraggiamo tutti quelli Che amano la pátria e il dolce idioma nostro, a concorrere perchè la bella iniziativa non rimanga infruttuosa.

<sup>163</sup> Segundo Trento (1988), a instrução e, mais especificamente, “a difusão da cultura peninsular, foram sempre uma preocupação prioritária da imprensa italiana (...). Ambas eram vistas como instrumento indispensável para manter vivos o conceito de italianidade e os laços com a mãe-pátria, sobretudo levando em consideração o raquitismo associativo” (TRENTO, 1988: 177).

<sup>164</sup> Trento (1988) assinala que o financiamento da educação escolar primária italiana no Brasil foi insuficiente para a demanda de pedidos por subsídios para abertura e manutenção de escolas no Brasil. Ele afirma que a “Dante Alighieri” ficou encarregada dessa concessão dos subsídios na Itália e no exterior.

importante papel da língua na construção simbólica de uma nação e de um povo. Parecia natural, naquele momento, ver a educação escolar como instrumento de difusão e preservação dos valores culturais veiculados através da língua.

As próximas aparições de notícias referentes ao tema “escola italiana” foram em 1916, no jornal *Fieramosca*. Primeiramente, descobrimos que a escola italiana subsidiada pelo Dante Alighieri havia fechado, e que um grupo de italianos, segundo o jornal, “(...) animados por altos sentimentos de patriotismo (...)” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.2, 18 mar. 1916)<sup>165</sup> haviam se reunido para tentar reabrir a escola. Nessa reunião nada ficou resolvido e o jornal alegava que foi pela ausência do cônsul, que, embora convidado, não compareceu e nem mandou representante. O jornal terminou a nota apontando que havia interesses que estavam desviando os italianos do seu dever para com a pátria e, ainda, interpelava-os, sugerindo-lhes a atitude responsiva apropriada:

esperamos que os nossos concidadãos, sempre prontos a se sacrificar pelo bom nome da Pátria, saibam impor silêncio a todo pensamento outro que não seja aquele de fazer ressurgir com a Dante, os meios para a instrução de centenas de crianças prejudicadas com o fechamento das nossas escolas (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 2, 18 mar. 1916)<sup>166</sup>.

Na edição seguinte, o jornal nos dá a conhecer uma interpretação dos motivos do fechamento da escola. Ele reproduziu uma carta publicada no jornal *Avanti!*, de São Paulo, cujo autor era um italiano morador de Belo Horizonte, que tinha como título a pergunta “Mas onde se vai?”. O *Fieramosca* justificava a reprodução, que incluía a introdução do jornal italiano paulista, dizendo se tratar de tema atual. A longa carta, publicada por partes, em duas edições seguidas, a partir da situação de suspensão das atividades da escola italiana, do Comitê Pró-Pátria e da Dante Alighieri, levantava os motivos dessa situação e criticava os responsáveis. Esses foram identificados como juízes: “Sua Excelência Obstinação, Sua Alteza Indiferença e Excelentíssimo Capricho” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 22 mar. 1916)<sup>167</sup>. Esses três “juízes” representavam os três estados presentes nos grupos organizadores das entidades citadas. Comentava as dissidências internas e acusava a ação (ou inação) do Cônsul e dos grupos que, por interesses pessoais, deixaram as coisas chegarem ao ponto em que estavam. A crítica mais dura foi dirigida ao representante oficial do governo italiano na cidade: o cônsul. Esse estava comandando, autocraticamente, não somente o consulado, mas se manifestava dessa forma na relação com as entidades italianas. Exemplo desse tipo de

---

<sup>165</sup> “(...) animati di alti sentimenti di patriottismo (...)”.

<sup>166</sup> “Speriamo che i nostri connazionali sempre pronti a sacrificarsi, per il buon nome della Patria, sappiano far tacere ogni altro sentimento che non sai quello di far risorgere con la Dante, i mezzi per l’istruzione di centinaia di bambini, pregiudicati con la chiusura delle nostre Scuole”.

<sup>167</sup> “S. E. Ostinazione, S. A. Indifferenza e l’Ecc. mo Capricco”.

atitude foi a recusa do cônsul em receber representantes da Sociedade Italiana [de Beneficência e Mútuo Socorro], em cuja sede funcionava, cedida pela associação, a escola italiana. O autor da carta se indignou com essa recusa e a viu como uma discriminação, por se tratar de uma associação de trabalhadores. O cônsul estaria acreditando “(...) rebaixar-se no contato com os trabalhadores da colônia (que também honram o nome italiano) (...)” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.2, 25 mar. 1916)<sup>168</sup>. A questão era que, com essa atitude, o representante do governo italiano deixava de reconhecer que os representantes da Sociedade eram italianos, não somente cidadãos italianos, mas que compartilhavam da identidade italiana. Eram italianos que, como os demais, honravam sua identidade italiana. O autor da carta, ao enviá-la aos jornais, pretendia que ela fosse um meio de chamar a atenção para a situação das entidades italianas, principalmente, da escola, pois se devia, “ao invés de colocar uma pedra sepulcral sobre tudo, tentar de tudo para reerguê-la (...)” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.2, 25 mar. 1916)<sup>169</sup>.

O autor da carta reconhecia que existiam aqueles que pouco ou nada se importavam com a situação dessas entidades, incluindo o próprio cônsul, e terminava lembrando que as pessoas são passageiras, mas as ações feitas por elas carregavam o nome da coletividade e o que era o “(...) dano maior – o prestígio da Pátria distante” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.2, 25 mar. 1916)<sup>170</sup>. Era o nome dos italianos em seu conjunto, e o da Itália, que estariam sendo atingidos pelas dissidências no seio das entidades italianas, no momento em que os brasileiros percebessem a situação. A avaliação do “outro”, do elemento brasileiro, julgaria negativamente os italianos tomados, em seu conjunto, na sua italianidade.

Até onde essa avaliação da situação das ações e práticas dos italianos, reproduzida nessa carta de um italiano morador de Belo Horizonte, condizia com a do jornal? Como já conhecemos as próximas notícias a respeito dessa situação tratada na carta publicada, podemos dizer que o jornal não só concordava com a análise da situação, mas, também, percebia mais elementos negativos no quadro geral descrito pelo autor da carta. O recurso ao discurso de citação utilizado nos mostra uma divisão que o jornal queria apresentar. A carta representava a voz de um leitor italiano a quem o jornal estava dando espaço para que se manifestasse, se mantendo assim a separação entre o discurso do jornal e o do leitor citado. Nesse caso, o leitor foi tratado como um agente, o que significa que o jornal considerou o locutor como aquele em que o dizer é um fazer (MOUILLAUD, 2002: 120). O leitor tinha um

---

<sup>168</sup> “(...) abbarssarsi nel conto dei lavoratori coloniali (che pure onorano il nome italiano) (...)”.

<sup>169</sup> “Invece di mettere una pietra sepolcrale su tutto, per tentare di tutto riedificare (...)”.

<sup>170</sup> “(...) danno maggiore- il prestigio della Patria lontana”.

interesse estratégico no discurso proferido. Esse se constituiu numa intervenção do agente no jogo das interações sociais que se desenrolava. Mas o jornal, ao reproduzir a carta do italiano morador de Belo Horizonte e a introdução feita pelo jornal que a publicou da primeira vez, justificava a sua reprodução pelo *Fieramosca* dizendo se tratar de assunto atual. Seria apenas o caráter informativo o que interessou ao jornal? Ele apenas abria espaço em suas páginas para acolher as opiniões vindas de seus leitores? Essa teria sido uma função que o jornal se outorgava. Mas o jornal não se constitui apenas num porta-voz de outros. O jornal possui a sua própria voz. Ele não é apenas “(...) um quarto de ecos onde ressoa o concerto de vozes que, sem ele, não teriam eco (...). Vozes discordantes por suas origens, seus conteúdos e seus locutores, caso sejam e devam ser autorizados para se fazer escutar” (MOUILLAUD, 2002: 117). E quem selecionou as vozes que se tornaram públicas? O jornal as selecionou, definiu o quê e quem ganhou visibilidade nas suas páginas, o que significa que o que foi selecionado alcançaria também o grupo a quem se destinava o jornal. Isso se constitui numa estratégia dos jornais, o que nos diz que não há uma ressonância para todos as vozes sociais, mas apenas para aquelas que lhes interessam (por motivos variados). Nossa afirmativa sobre o jornal fica corroborada pelo que Mouillaud (2002) afirma: “o jornal (como qualquer reprodutor, embora com operadores que lhe são característicos) é senhor do efeito que confere às vozes que reproduz” (MOUILLAUD, 2002: 121). Há nesse enquadramento uma estratégia argumentativa do jornal, que se coloca enquanto espaço possível de encontros variados. Depende do tipo de estratégia do jornal a própria definição do tipo de espaço que quer representar. Pode se constituir num espaço de visibilidade para vozes sociais contrárias, mesmo que sob controle do enquadramento realizado. Nesse caso, podia apresentar vozes de grupos variados, mas o que sobressaía eram os compartilhamentos comuns, as diferenças eram obscurecidas. Ainda pode acontecer que o espaço percebido seja para representar uma certa uniformidade no grupo, mais construída do que o que se gostaria de reconhecer.

Nossos jornais se classificam, quanto ao discurso identitário, na segunda percepção do espaço em que o jornal se concretiza. No caso analisado, o *Fieramosca* se utilizou do recurso de citação, através da reprodução da carta, para, apresentando a visão de um membro da colônia italiana de Belo Horizonte, referendar a sua própria. O tipo de visão sobre a situação das entidades na cidade não era apenas do jornal, mas de parte (pelo menos era o que se podia afirmar) da colônia. O jornal compartilhava dessa visão. Era necessário esse compartilhamento de opiniões, assim o pacto entre o jornal e seus leitores estava em

ação. Sem ele, como o jornal podia se declarar “(...) dedicado aos interesses da colônia no estado de Minas Gerais”<sup>171</sup> (lema que acompanhava o título do jornal em todas as edições)?

Mas o jornal fazia mais que concordar com seus leitores, ou parte deles, ele tinha um compromisso com sua estratégia de construção discursiva de uma identidade nacional para os italianos moradores no estado. Dessa forma, o recurso da citação existiu na encenação da escritura (MOUILLAUD, 2002: 126). Nas duas edições seguintes, num editorial que tinha o título sugestivo de “Que faremos”, foi apresentada a visão do *Fieramosca*, onde se pode ver que essa não diferia muito da visão do autor da carta que o jornal reproduziu, apesar de ampliá-la para a consecução de seu objetivo. Ampliou-a no sentido de elevar os problemas percebidos nas práticas sociais dos italianos, na cidade, como pertencentes a uma realidade maior e mais distante da realidade vivida. Esses diziam respeito a um não cumprimento das obrigações para com sua italianidade. Um deslocamento foi espacialmente produzido, práticas e ações ocorridas numa cidade brasileira onde viviam italianos (Belo Horizonte) nos revelam dificuldades e problemas ocorridos onde existirem italianos, na Itália ou em outro país. O tom do jornal foi de crítica aberta. Apresentou-se como não querendo atizar mais ainda uma situação quando isso poderia causar mais dano à coletividade, mas que não era mais possível a conciliação. Sendo assim, “(...) a crítica franca e leal sempre traz benefícios” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 1 abr. 1916)<sup>172</sup>.

Após esse preâmbulo dizia que iria aos fatos, o que equivalia a olhar para a situação da colônia. Nesse momento, começou a utilização dos marcadores identitários descritos na confecção de sua análise da situação. O momento da guerra,

(...) um momento anormal como o atual quando a nossa pátria impelida pelos sentimentos gloriosos que distinguiram os nossos antepassados que souberam erguer um monumento eterno em cada coração italiano; em um momento, quando milhares de irmãos sabem derramar até o seu sangue até a última gota, sacrificando-se com heroísmo estupendo, no altar sagrado da Pátria; a nós que, por um motivo ou outro, não nos é permitido fazer o mesmo, cabem os deveres sagrados e não cumpri-los equivale a uma traição (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 1 abr. 1916)<sup>173</sup>.

Esses deveres sagrados passaram a ser explicitados a partir da defesa daqueles que não estavam lutando na guerra. O jornal defendeu outro tipo de patriota, além do soldado,

---

<sup>171</sup> “(...) dedicato all’interesse della colônia nello Stato di Minas”.

<sup>172</sup> “(...) la critica franca e leale, sempre aporta beneficio”.

<sup>173</sup> “In un momento anormale, come l’attuale, quando la Patria nostra, spinta dai sentimenti gloriosi che distinsero i nostri antepassati che seppero erigersi un monumento imperituro in ogni cuore italiano; in un momento, quando migliaia di Fratelli, sanno versare fino a l’ultima goccia il loro sangue, sacrificandosi con eroismo stupendo, nell’altare della Patria; a noi, che per un motivo o l’altro non ci è permesso di fare altrettanto, spettano doveri sacrosanti ed il non adempirli equivale ad un tradimento”.

“(…) o pacato cidadão, que concorre com seu trabalho, intelectual ou material, para o bem da Pátria” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 1 abr. 1916)<sup>174</sup>. O patriotismo do trabalhador que cumpria com o seu dever era exaltado, colocado lado a lado com o dever do soldado, num momento em que os ditames da guerra pareciam obscurecer tudo. Mas ao exaltar aqueles que cumpriam com sua função no trabalho, o discurso do jornal queria atingir outro ponto. Seu alvo eram aqueles que não cumpriam com o dever. A esses a punição era clara. Quem fugia dos seus deveres merecia ser punido, tal qual o soldado que desertava. Esses seriam condenados pelo “(…) tribunal da opinião pública, talvez mais severo ainda [que o tribunal militar] ao desprezo dos bons e à morte cívica” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 1 abr. 1916)<sup>175</sup>.

Após ter relembrando aos seus concidadãos os seus deveres, conclamado-os a colocar em prática os mesmos, os redatores do jornal se perguntaram: “(…) que importa, a nós, que esses ou aqueles fujam aos compromissos assumidos?” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 1 abr. 1916)<sup>176</sup>. A resposta foi direta: eles não interessavam a ninguém e mereciam a exclusão. Para chegar a esse veredicto o jornal se dizia

guiado pelos santos ideais do patriotismo. Marchamos impávidos pela honra da Pátria amada e para o bem da nossa coletividade nesse país. Àqueles que, por ambição, por capricho, por maldade, buscam criar dificuldades, dêem os bons o seu desprezo” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 1 abr. 1916)<sup>177</sup>.

Com essa abertura, a segunda parte do editorial começava apontando a visão dos redatores sobre a situação das associações italianas na cidade. Mas o recado já estava dado, aqueles que não cumprissem com o seu dever de italiano deveriam ser excluídos do seio da coletividade, seja ela na Itália, seja na colônia de Belo Horizonte. A visão da realidade local era de que existiam cisões na coletividade que tinham transformado as associações em um “(…) foco de mal-entendidos e de murmúrios (…)” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 05 abr. 1916)<sup>178</sup> e que, por isso, as mesmas contavam com os esforços de poucos para que elas funcionassem bem. Ficar indiferente a essa situação era um erro, era “(…) se transformar em coveiro de tanta dedicação passada, de tantos sacrifícios feitos” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 05 abr. 1916)<sup>179</sup>. Também um erro era “encolher os ombros, olhar, passar... não é o dever

---

<sup>174</sup> “(…) il pacato cittadino, che concorre col suo lavoro, intellettuale o materiale, per il bene della patria”

<sup>175</sup> “(…) tribunale dell’opinione pubblica, al disprezzo dei buoni, ed allá morte civile.

<sup>176</sup> “Che importa a noi che questi e quelli, fuggono ai compromessi assunti?”

<sup>177</sup> “Guidati daí santi ideali di patriottismo, marciamo impavidi per l’onore della Patria amata e per il bene della collettività nostra in questo paese”.

<sup>178</sup> “(…) focolaio di malintesi e di mormori (…)”.

<sup>179</sup> “(…) trasformarci in becchini di tanta dedicazione passata, di tanti sacrifici fatti”.

de cada bom italiano” (grifo nosso) (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>180</sup>. O mesmo se podia dizer quanto a fugir da discussão porque a roupa suja deve ser lavada em casa. Desse erro o jornal estava se eximindo. Dessa forma afirmava que “(...) as coisas devem ser encaradas como são. A fuga à verdade é falsidade, evitar a dificuldade é vileza” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>181</sup>. Retornava a seu veredicto já exposto, conclamando a todos: ”é hora de agarrar pelo peito os maus elementos e segregá-los para o bem da coletividade” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>182</sup>.

Ao fazer uma pergunta puramente retórica, a seguir, nos revela a sua concordância quanto à situação descrita pela carta do leitor, que foi reproduzida.

Poderemos nos resignar sem Dante [o Comitê local], sem Escola para nossos filhos, onde aprendiam o idioma gentil dos nossos pais, com um Comitê Pró-Pátria desorganizado e na iminência de não poder satisfazer as necessidades das famílias daqueles que estão dando o seu sangue pela grandeza da nossa Pátria? (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>183</sup>.

A resposta do jornal apresentava a sua justificativa para o editorial em questão. Não aceitava as coisas como estavam, sendo “(...) preferível se rebelar até à custa do ódio, da calúnia e da perseguição daqueles que não sabem perdoar a integridade de caráter, a liberdade de pensamento e de ação, inerentes à gente italiana” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>184</sup>. Dessa exposição de princípios do jornal podemos supor que a sua postura desagradava a alguns setores da colônia. Afinal, esta não era tão unânime quanto o discurso identitário queria crer e fazer parecer.

O recado hostil a esses “maus elementos” continuava, pois o que estava em jogo era, afinal, o bom nome da Itália.

Abaixem a máscara, senhores! Quando os nossos lutam pela grandeza da Itália, é nosso dever ajudar, purgando o bom elemento do mau, colocando os pingos nos ii, colocando a argola dos réus naqueles (felizmente) poucos que, esquecidos dos seus deveres, até à custa, do sacrifício da coletividade, pela satisfação da própria ambição, monopolizam os sentimentos italianos, quase sempre em prejuízo do bom nome da Itália (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>185</sup>.

---

<sup>180</sup> “Scrollar le spalle, guardar, passar... non é il compito d’ogni buon italiano”.

<sup>181</sup> “(...) le cose devono guardarsi come sono. Il fuggire alla verità è menzogna; l’evitare le difficoltà è viltà”.

<sup>182</sup> “(...)É ora di prender per il petto, i cattivi elementi e segregarli per il bene della collettività”.

<sup>183</sup> “Possiamo rassegnarci senza Dante, senza Scuola per i nostri figli, dove imparavano l’idioma gentil dei nostri padri con un Comitato Prò Pátria disorganizzato e in procinto di non poter sodisfare le necessità delle famiglie di coloro che stanno versando il loro sangue per la grandeza della pátria nostra?”

<sup>184</sup> “(...) è preferibili ribellarci anche a costo dell’odio della calunnia e della persecuzione di coloro che non sanno perdonare l’intemerità di carattere la libertà di pensiero e d’azione, inerenti all’Itale genti”.

<sup>185</sup> “Giú la maschera, signori! Quando i nostri si battono per la grandeza d’Italia, è nostro dovere secondarli purgando, il buono elemento dal cattivo, mettendo i pounti sugli ii, mettendo alla gogna, quei (felizmente) pochi che, dimentichi dei loro doveri, anche a costo, del sacrificio della collettività, per la soddisfazione della propria ambizione, monopolizzano i sentimenti italiani, quasi sempre in pregiudizio del buon nome d’Italia”.

O jornal estaria reconhecendo que tinha concorrente(s), na tentativa de monopolizar os sentimentos dos italianos em benefício de alguma causa? Seria essa uma das razões para a sentença que o jornal defendia, com tanta ênfase, para esses espíritos dissidentes quanto aos deveres de um bom italiano?

Segundo o jornal seu dever era apontar a causa do esfacelamento das instituições “(...) com documentos e provas inabaláveis” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>186</sup>, após isso, “(...) arrastar ante o tribunal da opinião pública aqueles que são réus de lesa concórdia e por consequência responsáveis pelos males que afligem a nossa colônia” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.1, 5 abr. 1916)<sup>187</sup>. Afinal, era o que jornal estava fazendo, apelando para a opinião pública contra elementos da colônia, que não foram identificados enquanto partidários de algum grupo ou causa. Eles foram apontados como indivíduos ambiciosos, caprichosos, que usavam da discórdia, da desunião em proveito próprio quando não a provocavam com o mesmo intuito. Os atributos utilizados para identificá-los eram todos morais. O problema foi apresentado como sendo de deturpação do caráter e do sentimento de identidade italiana inerente a todo italiano. Enfim, era um problema de foro íntimo, ligada à individualidade de cada pessoa.

No desenrolar da situação da escola italiana, ainda duas cenas merecem destaque. A primeira ocorrida logo após a eleição de uma nova diretoria para o Comitê Dante Alighieri, encarregado da administração da escola italiana que funcionaria com subsídios do governo italiano. Essa notícia havia sido dada pelo jornal. Nas duas edições seguintes o jornal noticiava que os conselheiros recém- eleitos para a Dante pediram demissão.

Já no caso das outras entidades italianas na cidade, o tom de crítica contra a situação em que se encontravam e os motivos de tal situação, apontados pelo jornal, apareciam em outras seções do *Fieramosca*, além dos editoriais, como foi o caso da coluna “*Risum Teneatis*”. Essa coluna, de teor irônico, brincalhão, serviu de vitrine para que as opiniões do jornal fossem apresentadas de uma maneira menos ostensiva. A coluna trazia pequenas notas sobre cenas do cotidiano dos italianos na cidade. A situação das entidades italianas locais foi objeto de muitos desses comentários irônicos ou jocosos. Assim, a situação da escola italiana, do Comitê Dante Alighieri responsável pela administração da escola, do

---

<sup>186</sup> “(...) con documenti, e con prove inconcusse (...)”.

<sup>187</sup> “(...) trascinare d’innanzi al tribunale dell’opinione pubblica, coloro che si sono resi rei di lesa concordia e per conseguenza responsabili del male che affligge la nostra colonia”.



Comitê Pró-Pátria e da campanha para arrecadar fundos para a Cruz Vermelha Italiana foram alvo da ironia e das piadas do colunista “Birichino”<sup>188</sup>.

Essa coluna funcionava às avessas do tom oficioso dos editoriais do jornal. Pela ironia, pela brincadeira, simulando situações cotidianas de encontro entre as pessoas a encenação estava montada. Esses personagens que apareciam na coluna falavam, contestavam, ironizavam pessoas conhecidas da comunidade e suas ações. Esses personagens simulavam as vozes de outros que estariam falando, mas, na realidade, falavam o que o jornal queria dizer aos seus leitores. Mas a estratégia era fazer parecer que aquelas conversas que circulavam na coluna podiam realmente ter acontecido em qualquer café da cidade ou outro local onde se reunissem italianos. A recepção da voz do jornal, por parte dos leitores, poderia ser facilitada por esse artifício, pois os leitores compartilhariam daquela possibilidade como real.

Assim, encontramos notas sobre a campanha para arrecadar fundos para a Cruz Vermelha Italiana. Essa campanha promovida pelo jornal foi apresentada aos leitores através de um editorial na qual a “história” da Cruz Vermelha Italiana foi contada. Nesse editorial os marcadores identitários foram utilizados para ler e recortar a história que foi contada partindo dos esforços de uma mãe que perdera sua filha única chegando no trabalho daquela instituição na Itália. Em homenagem à filha, a mãe, membro da nobreza napolitana, doou fundos e se dedicou ao trabalho de caridade feito pela entidade. Desse quadro inicialmente melodramático o editorial evoluiu contando como a entidade cresceu, ganhando prestígio pelas obras beneméritas que executou na Itália e fora dela, acompanhando os soldados italianos, como era o caso, naquele momento. Nesse momento da guerra, o jornal informava que a entidade precisava de ajuda para continuar a assistir os soldados italianos. Portanto, resolveu lançar a campanha visando arrecadar fundos para a entidade. Isso porque o entendimento era de que, ao socorrê-la, os defensores da Pátria (os soldados) seriam ajudados e seus familiares seriam assistidos, o que diretamente contribuiria para a vitória da Itália na guerra. Com vistas a contribuir para a vitória italiana, na guerra o jornal lançou um apelo “(...) à humanidade, ao sentimento, ao dever, aos interesses dos ânimos gentis, do operário, do rico, do italiano pobre ou não, porque no, bem, somos todos irmãos (...)” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 22 mar. 1916)<sup>189</sup>. Nesse trecho o que mais nos chamou a atenção foi a menção à diferença de classes entre os italianos, sendo essa a única vez que se fez referência

---

<sup>188</sup> O colunista da *Risum Teneatis* se intitulava “birichino” que significa, em italiano, garoto maroto, brincalhão, bem condizente com o tipo de coluna da qual era responsável.

<sup>189</sup> “(...) all’umanità, al sentimento, al dovere, all’interesse degli animi gentili, dell’operario, del ricco, del povero italiano o non, perchè nel bene son tutti fratelli (...)”.

direta à diversidade sócio-econômica existente na colônia. O trecho é importante porque nele o jornal reconheceu a existência dessa diferença, apesar de buscar escamoteá-la através do argumento religioso da irmandade das pessoas. O jornal, visando uma estratégia de convencimento, se comprometia a publicar o nome dos beneméritos contribuintes. O que veremos não surtiu o efeito desejado.

Na edição seguinte, o jornal publicou a carta de um italiano morador de Vila Nova de Lima [atual Nova Lima], dando os parabéns à iniciativa do *Fieramosca*. O jornal, novamente, fez uso do recurso de citação, dessa vez visando reforçar a campanha que acabara de lançar: “(...) recebemos e publicamos com prazer a seguinte carta na esperança de que seja imitada por todos os nossos concidadãos” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 25 mar. 1916)<sup>190</sup>. A ação a ser imitada se referia à contribuição feita pelos “ativos operários” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 25 mar. 1916) da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro de Nova Lima, aquela “(...) patriótica e exemplar colônia” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 25 mar. 1916), que, segundo o autor da carta, já estava na terceira remessa de doações para a Cruz Vermelha Italiana. O autor da carta finalizou-a bem ao gosto do *Fieramosca*, fazendo uso de atributos identitários pertencentes aos italianos. Assim, a Cruz Vermelha

(...) de todas as partes do mundo onde palpita um coração italiano, recebe nesse momento solene por todos nós, filhos da terra do direito e da justiça (grifo nosso), óbolos que servem para diminuir, de certo modo, as dores dos nossos irmãos que tombam (...) feridos (...) pela grandeza e glória da (...) Itália (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 1, 25 mar. 1916)<sup>191</sup>.

Acompanhando o desenrolar da campanha, constatamos que o exemplo dos “bons concidadãos de Nova Lima” não foi seguido pela colônia de Belo Horizonte. A crítica do jornal, quanto a essa recusa de participar na campanha, se deslocou para a coluna “*Risum Teneatis*”, onde o tom irônico podia ser usado apropriadamente. Após três edições passadas do lançamento da campanha não tendo a mesma encontrado respaldo junto aos leitores, a crítica a essa não-ação dos italianos encontrou guarida na coluna referida. Nela encontramos um diálogo, ocorrido num café da cidade, entre dois italianos que já misturavam, em sua fala cotidiana, os dois idiomas, e que foi surpreendido pelo colunista. Havia concordância entre os dois interlocutores de que o jornal não conseguiria muitas doações, uma vez que,

---

<sup>190</sup> “(...) riceviamo e pubblichiamo con piacere la seguente lettera nella speranza che sai imitata dai nostri connazionali tutti”

<sup>191</sup> “(...) da tutte le parti del mondo dove palpita un cuore italiano, riceve in questo momento solenne per noi tutti gigli della terra del diritto e della giustizia, oboli che servono a lenire, in certo qual modo, i dolori dei nostri fratelli que baldi (...) feriti (...) per la grandezza e la gloria della (...) Italia”

ironicamente, eles diziam, os italianos não ganhavam nada (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.2, 1 abril 1916).

Em uma outra nota, o colunista apresenta uma carta anônima que teria recebido. Nela o autor elogiava o colunista pela nota já referida, pois essa havia feito “(...) uma crítica à colônia por não corresponder ao apelo a favor da Cruz Vermelha” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 2, 5 abr.1916)<sup>192</sup>. E perguntava: “mas onde estamos? Não há mais ninguém que queira contribuir para tão humanitária instituição?” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p.2, 5 abr. 1916)<sup>193</sup>. A resposta do colunista veio num tom condizente com a coluna – “(...) os nossos concidadãos estão ocupados com a Dante lá existem postos de conselheiros, etc. etc.” (*Fieramosca*, Belo Horizonte, p. 2, 5 abr. 1916)<sup>194</sup>. A crítica irônica visava mostrar que a ambição e o interesse particular por *status* na colônia era o que imperava acima dos deveres para com a Pátria.

A questão é que desde a edição seguinte ao lançamento da campanha somente cinco eram os contribuintes (incluindo a redação do *Fieramosca*). Somos levados a questionar a existência real dessa carta anônima. O autor que assinou como Y, perguntava se não havia mais quem poderia ajudar. Com somente cinco contribuintes, se ele foi um dos cinco, então porque o anonimato? Caso contrário, se nem ele ajudou, então por que a carta? Parece que essa carta foi uma criação estratégica, utilizada pelo jornal, para corroborar a sua posição de proponente da campanha recusada pela colônia e que, assim, lançava mão da ironia para tornar pública a sua insatisfação com o fracasso de sua iniciativa e a não participação dos italianos em uma causa julgada tão nobre.

Da mesma forma que houve notas na coluna “*Risum Teneatis*” se referindo à campanha<sup>195</sup> para arrecadar fundos para a Cruz Vermelha, também existiram para outras, iniciativas e ações das entidades italianas, como o Comitê Pró-Pátria. Na primeira edição do *Fieramosca*, encontramos uma nota se referindo à crise pelo qual passara aquela entidade italiana. O Comitê Pró- Pátria foi fundado em função da participação italiana na guerra. Sanada a crise, o jornal afirmava que a entidade havia sofrido de um mal que atacava as entidades italianas de uma maneira geral. Esse mal se ligava às ambições pessoais

---

<sup>192</sup> “(...) uma critica, alla colonia per non corrispondere all’appello a favore della Croce Rossa”.

<sup>193</sup> “Ma dove siamo? Non c’è piú nessuno che voglia contribuire per cost umanitaria Instituzione?”

<sup>194</sup> “(...) i nostri connazionali, stanno occupati com la Dante, là vi sono posti di consiglieri, ecc. ecc”.

<sup>195</sup> Quanto a essa campanha promovida pelo jornal, só podemos acompanhá-la até esse ponto. A próxima edição que possuímos no nosso *corpus documental* data de oito meses posteriores. Nela não havia mais menção a essa campanha. O mais provável foi que o jornal parou de promover a campanha, diante do pouco interesse que despertou na colônia. Essa atitude com certeza não se deve ao fim da necessidade de ajuda para a Cruz Vermelha. Essa deveria continuar existindo, uma vez que a guerra continuava, na Europa.

responsáveis pelos atritos e insucessos dessas entidades. Apresentava, à primeira vista, uma imagem positiva da identidade italiana ao afirmar:

nós possuímos muitas virtudes. Somos corajosos liberais, dedicados, prontos a qualquer sacrifício quando se trata de honrar a Pátria... Mas temos um grande defeito que frequentemente ofusca todas as outras qualidades”(Fieramosca, Belo Horizonte, p. 1, 18 mar. 1916)<sup>196</sup>.

Esse defeito tão poderoso que ofuscava as qualidades era justamente a ambição pessoal de determinados elementos da colônia. Como já foi visto, essa foi a mesma explicação apresentada pelo jornal para as dificuldades enfrentadas pelas entidades italianas já mencionadas. Os problemas das entidades italianas não foram pensados em termos de choques de interesses entre grupos, o que atestaria que a referida unidade identitária era mais uma criação que precisava ser continuamente reafirmada.

Através da apresentação das entidades e das ações e práticas que em torno delas se geravam podemos perceber não somente que o jornal publicizava as questões referentes às mesmas, mas, também, e, principalmente, tentava, através do discurso identitário que estava construindo, dar forma a um tipo de ação e prática condizentes com a imagem do italiano que seu discurso construía. Na realidade vivida pelos italianos e na relação com suas entidades essa aposta do jornal encontrava obstáculos. Isso se deve mais à aposta feita pelo jornal na existência de um atributo comum a todos os italianos como algo dado. Era uma aposta numa identidade essencial, única e homogenizadora da sociedade italiana. Com essa visão ficava difícil reconhecer a existência de grupos diferentes quanto aos interesses e expectativas sociais. Mesmo as trocas possíveis entre os diferentes grupos e os posicionamentos sociais, políticos ou culturais não poderiam ser percebidos. Tudo acabaria, então, sendo explicado como diferenças quanto ao caráter individual de cada italiano. Assim, a divisão era feita entre bons e maus italianos. Com esses parâmetros não havia como compreender as dissidências, as recusas em participar de entidades que aqui, na situação de imigrantes, não correspondiam aos anseios mais prementes a serem atendidos. Para a maioria da colônia italiana, constituída de trabalhadores, a luta pela sobrevivência era a sua primeira prioridade. Dessas instituições participavam, majoritariamente, elementos de classe média e alguns ricos. São esses elementos que dirigiam e financiavam os jornais italianos. Foi sua visão do funcionamento da sociedade e seus interesses (de toda ordem) que orientaram a confecção dos jornais e o discurso que, no caso analisado, visava construir uma identidade coletiva para os italianos em Belo Horizonte/ Minas Gerais.

---

<sup>196</sup> Noi possediamo moltissimo virtù. Siamo coraggiosi liberali, dedicati, pronti a qualunque sacrificio, quando si tratta di far onore allá Pátria... Ma abbiamo un gran difetto che spesso affasca tutte le altre qualità.

### 3.3. Narrativas da identidade italiana

#### 3.3.1. Os jornais e as narrativas identitárias italianas

Canclini (2001) afirma que a “identidade é uma construção que se narra” (CANCLINI, 2001: 163). Isso porque a afirmação de uma identidade, no nosso caso, nacional se alicerça na construção e na narração de acontecimentos erigidos como fundadores ou, mesmo, como fonte de coesão social. No caso italiano, um desses momentos centrais para a coesão do povo italiano e para a construção da nacionalidade italiana foi o processo de unificação política finalizado em 1870. Momento recente se comparado ao das demais nações européias, mesmo se levando em conta que o surgimento das nações seja um fenômeno moderno, como afirma Hobsbawn (2004) e Breuilly (2000). A nação como invenção histórica recente, entendida como Estado-nação, pode ter seu nascimento datado por volta de 1830.

Hobsbawn (2004) elaborou uma periodização para esse fenômeno moderno, iniciado com o surgimento, no vocabulário político, da palavra “nação” por volta de 1830, dividindo-o em três etapas. As duas primeiras nos interessam diretamente, a fim de compreendermos o conteúdo/ O dizer do discurso identitário dos jornais italianos<sup>197</sup>. Elas nos, forneceram pistas para entendermos em que medida a fala local dos jornais incorporou o discurso e a temática produzidos na Europa/ Itália no momento anterior à existência dos jornais e no momento presente.

A primeira etapa, de 1830 a 1870, foi aquela em que predominou o chamado “princípio da nacionalidade”. Esse princípio vinculava nação e território. Foi sintetizado na frase de Mazzini, um dos heróis do panteão italiano organizado pelos jornais: “Cada nação, um Estado e apenas um Estado para toda a nação”<sup>198</sup>. Historicamente, segundo Hobsbawn (2004), essa etapa correspondeu ao período do liberalismo triunfante na Europa. O “princípio da nacionalidade” reconhecia três critérios que possibilitavam a um povo ser classificado como uma nação, desde que não fosse pequeno territorialmente. O primeiro se referia à associação histórica com um Estado existente ou “com um Estado de passado recente e razoavelmente durável” (HOBSBAWN, 2004: 49). Esse critério não se aplicava à Itália, que até o final dessa etapa ainda lutava pela sua unificação política. Mas essa identificação da

---

<sup>197</sup> A terceira etapa dessa periodização se relaciona com um período posterior ao da existência do nosso *corpus* documental, por isso não nos interessou. Ela se refere ao período de 1918 aos anos 1950-60 e fala em “questão nacional”.

<sup>198</sup> Citado por HOBSBAWN (2004: 125).

nação com um Estado possibilitava uma vantagem facilitadora para o trabalho de construção de uma identidade nacional, pois podia levar à pressuposição de que “o único povo em um país fosse aquele pertencente ao povo-Estado (...)” (HOBSBAWN, 2004: 49). Essa pressuposição teve aplicação indiscriminada no discurso construído pelos jornais italianos. A associação entre o Estado italiano e um povo culturalmente homogêneo que habitava a Itália se constituiu num *a priori* incontestável usado no dizer identitário dos jornais.

O segundo critério<sup>199</sup> “(...) era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito” (HOBSBAWN, 2004: 49). Segundo Hobsbawn (2004), esse era o critério que serviu de base para a exigência italiana para sua existência enquanto uma nação, embora não tivesse ainda o povo italiano um Estado único com o qual pudesse se identificar (antes da unificação concluída). A identificação nacional era então basicamente lingüística, mesmo que “(...) a língua nacional fosse falada diariamente por mais do que uma pequena minoria – na Itália foi estimado que esta era 2,5% da população no momento da unificação (...)” (HOBSBAWN, 2004: 49) e que o restante da população falasse vários dialetos locais e regionais<sup>200</sup>.

Ao pensarmos nesses dados, podemos compreender melhor a importância que os jornais atribuíam à existência de uma escola italiana na cidade. Nela se ensina essa tão pouco falada e lida língua nacional: mesmo passado mais de 40 anos da unificação italiana era de se supor que os dialetos continuassem a ser a língua “oficial” do cotidiano das pessoas. Se no caso da constituição do Estado italiano uma única língua, escolhida como oficial, foi de suma importância para a consolidação do poder desse Estado, o que não dizer do papel do italiano na fixação de padrões culturais identitários que se queriam preservados em terra estrangeira. Diante da provável assimilação de uma outra língua, o português, era necessária a fixação do italiano como a língua nacional da Itália, acima de todos os dialetos que os imigrantes falavam. Não foi sem motivo que os jornais escolherem o italiano, e não um dialeto determinado como a língua padrão dos jornais. Os grupos sociais, incluindo os grupos italianos responsáveis pelos jornais, lutaram, também, simbolicamente para “(...) imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses (...)” (BOURDIEU, 2003: 11). Essa luta pode ser conduzida por especialistas da produção simbólica, os quais, segundo

---

<sup>199</sup> O terceiro critério se relaciona como uma “provada capacidade para a conquista”. Nada como um povo imperial para “tornar uma população consciente de sua existência coletiva como um povo” (HOBSBAWN, 2004: 49-50). Esse critério não foi enfocado no discurso dos jornais italianos.

<sup>200</sup> Hobsbawn (2004) argumenta que a língua, no caso italiano, era a única base para unificação italiana. Essa unia a elite instruída da península, como leitores e escritores. Sendo assim, “o minúsculo grupo [2,5% da população total], era, em sentido real, *um* e portanto *o* povo italiano. Ninguém mais era” (HOBSBAWN, 2004: 76).

Bourdieu (2003), detém o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, “(...) do poder de impor- e mesmo inculcar- instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrário – embora ignorados como tais – da realidade social” (BOURDIEU, 2003: 12). Os responsáveis pela produção dos jornais podem ser incluídos no rol desses especialistas da produção simbólica e, sendo assim, fizeram uso da violência simbólica, por exemplo, ao escolherem e utilizarem o italiano oficial como idioma de seus jornais. Com essa atitude, era acolhida toda a carga simbólica que a língua podia representar e, realmente, representou basta ver; dentre os marcadores identitários do discurso dos jornais o uso do critério lingüístico. Além desse caráter do trabalho de construção simbólica realizada pelos jornais, há, também, a importância do uso impresso dessa língua comum, mas não naturalmente gerada. Ao ser impressa, nos jornais, a língua italiana adquiria uma nova fixidez que a fazia parecer mais permanente e, portanto, mais “eterna” do que realmente era<sup>201</sup>. O caráter seletivo dessa língua nacional ficava, então, obscurecido. A importância do critério lingüístico, embora não tão explicitado quantitativamente no uso do marcador lingüístico pelos jornais, pode ser percebido nas questões práticas envolvendo as entidades italianas, dentre elas a escola italiana. Dentre as entidades que funcionaram na cidade, a escola mereceu mais atenção por parte dos jornais, não somente publicizando informações a seu respeito como também participando ativamente das discussões a respeito da situação da mesma.

A segunda etapa da periodização mencionada se refere ao período de existência dos jornais estudados: 1870-1918. Nessa etapa a questão da nação passava pelo debate a respeito da “idéia nacional”, uma vez que o Estado e as classes dirigentes tinham encontrado rivais na luta pela lealdade das camadas inferiores da sociedade. Esse foi o momento da entrada em cena das massas trabalhadoras e do ideário socialista. Diante desse rival, o Estado tinha que contar com mais que a passividade dos cidadãos. Era necessário “(...) mobilizá-los e influenciá-los a seu favor” (CHAUI, 2000: 18). Precisava “de uma ‘religião cívica’, o patriotismo” (CHAUI, 2000: 18). Durante essa segunda etapa, a religião cívica, esse patriotismo estatal, se transformou em nacionalismo, sendo “(...) reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada” (CHAUI, 2000: 18). Segundo Hobsbawn (2004) e Chaui (2000), foi no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu em toda a sua clareza ameaçando o capitalismo que este “(...) procurou na ‘idéia nacional’ um instrumento unificador da sociedade” (CHAUI,

---

<sup>201</sup> Hobsbawn (2004) se refere a esse efeito de fixidez da língua através da impressão como sendo uma “ilusão de ótica”. Afirma que esse efeito não era conseguido somente através da imprensa, mas, também, através “dos grandes padronizadores e depuradores que aparecem na história culta de toda língua cultural, depois do surgimento do livro impresso” (HOBSBAWN, 2004: 77).

2000: 18). Esse trabalho ideológico foi levado a cabo por intelectuais pequeno-burgueses que transformaram “(...) o patriotismo em nacionalismo; deram ao ‘espírito do povo’, encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (...), os critérios da definição de nacionalidade” (CHAUI, 2000: 18).

A partir daí a nação passou a ser vista como algo que sempre existiu, pois suas raízes estavam no próprio povo que a constituiu. Dessa forma,

(...) aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está nos usos, costumes, tradições, crenças da vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade (CHAUI, 2000: 19).

Ao observarmos os marcadores usados pelos jornais na construção do discurso identitário, constatamos que a “idéia de nacional” esteve presente como base fundante dos mesmos. A construção de uma identidade nacional italiana passava pela construção da idéia de nação e vice-versa. No discurso fabricado pelos jornais essa tautologia era recorrente. Ao encontrarmos um discurso nacionalista proferido pelos jornais, esse tinha como elemento fundante a existência do povo italiano que, segundo uma seleção especial da história da península, remontava aos romanos. Quando se buscava o discurso identitário, encontrávamos a nação italiana como fundante desse povo italiano. Um componente comum em ambos os discursos era a referência histórica para corroborar um passado fundador tanto da nação quanto do povo italiano.

Os discursos identitários e nacionalistas acionam como recurso discursivo o que Hobsbawn (2004) chama de “mitologia programática”. Isso porque os discursos nacionalistas e identitários produzem narrativas que contam uma histórica selecionada com vistas a objetivos bem definidos: a construção de uma nação ou de uma identidade para seu povo. Hobsbawn (2000), citando Ernest Renan, nos diz que a história que as narrativas nacionalistas e identitárias apresentam se constitui num “esquecimento da história, ou, mesmo, o erro histórico é um fator essencial na formação de uma nação” (HOBSBAWN, 2000: 271).

Sendo assim, vemos no critério étnico dos marcadores identitários usados pelos jornais uma história cheia de silêncios sobre o elemento de dominação de outros povos presentes na história de Roma, quando narrada para afirmar as diferenças entre italianos e alemães atuais, ocorrida durante a Primeira Guerra. Essa narrativa visava pontuar uma diferença tanto histórica quanto ética entre os dois povos. Os alemães eram bárbaros, porque



sua psique primitiva e suas ações históricas provavam isso, e, em tempos de crise, essa base fundante da identidade alemã retornava. No caso alemão, esse é um mito fundador às avessas que, ao invés de alimentar positivamente o presente daquele povo, tinha o seu passado mítico ligado às tribos bárbaras comprometendo a existência do povo alemão, ao levá-lo a uma guerra sem prognósticos vitoriosos. Já os romanos, dos quais os italianos descendiam, eram os que criaram um código de leis e legaram ao mundo o direito, eram simbolicamente representados como tendo em uma das mãos uma espada, mas essa (força romana) era usada em segundo lugar, após a tentativa legal de resolução de litígios. Nesse caso, o mito fundador cumpria o seu papel positivo. Ele mantinha vivos no presente, os elementos positivos do momento fundador. O Império Romano, suas conquistas, sua grande contribuição para a humanidade através do direito perdurava, iluminando os caminhos de seus herdeiros: os italianos atuais. Esse mito fundador alimentava, permanentemente, uma linha de continuidade entre esses povos, que afinal não eram representados enquanto povos distintos. O longo percurso histórico entre eles e as inúmeras diferenças geradas nesse tempo não foram capazes de romper esses laços. Até mesmo os deuses das mitologias dos germanos e romanos foram antropomorfizados para corroborar essa representação dos dois povos. De um lado Minerva, a deusa da sabedoria, do outro lado, Thor, o deus do trovão, deus temperamental e irascível.

Essa “mitologia programática” acionada comporta uma utilização da história que pode se expressar de formas diferentes, mas não excludentes, como foi o caso no discurso identitário dos jornais italianos Além da história narrada pelo mito fundacional, há sua utilização para enfatizar as origens, uma certa continuidade, a tradição e a intemporalidade. Com esses atributos, a identidade nacional “(...) é representada como primordial (...). Os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história. Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, ‘imutável’ ao longo de todas as mudanças” (HALL, 2003: 53). É assim que os jornais se referem à continuidade entre o latim e o italiano oficial. O italiano, como herdeiro do latim, recolheu dessa continuidade uma série de atributos culturais que eram ligados essencialmente ao latim, passando a ser a língua de uma literatura clássica e do direito.

A terceira forma de uso da história programaticamente elaborada se prende à invenção de tradições. Como já foi citado, determinadas tradições que parecem, à primeira vista, muito antigas, são na realidade bem recentes e, muitas vezes, inventadas. De natureza simbólica ou ritual, trabalham, através da repetição, na fixação de valores e normas de comportamento, e, automaticamente, se ligam à continuidade com um passado histórico adequado. Hobsbawn (2004) observa que o período de produção em massa de tradições se deu

entre 1870 e 1914. Foi dentro desse período que os jornais italianos foram produzidos e realizaram, também, à sua maneira, a invenção de tradições locais ligadas à afirmação de uma identidade italiana. Segundo Hobsbawn (1984), os grupos sociais, os ambientes e os contextos sociais inteiramente novos exigem instrumentos que assegurem ou expressem a identidade e a coesão social, e que estructurem as relações sociais. Essa análise define bem a situação dos imigrantes italianos e nos ajuda a compreender a função da invenção de tradição local. Na maioria das vezes, essas tradições são inventadas pelo Estado, mas há também a invenção das mesmas por entidades ou grupos não oficiais. Esse foi o caso dos jornais italianos, principalmente o *Roma* e do *L'Eco del Popolo*.

Um momento pautado pelos jornais nos mostrou a invenção de uma tradição local sendo efetivada. Esse momento se refere à comemoração da festa nacional da Itália. Os primeiros imigrantes italianos que vieram trabalhar nas obras de construção da capital comemoravam a data organizando manifestações públicas, tendo sido realizada a primeira comemoração em 1897. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, se tentou fixar a tradição de comemoração do vinte de setembro, na cidade, através de cerimônias públicas. O melhor exemplo desse empenho na efetivação dessa “tradição inventada”, em Belo Horizonte, foi a ação do jornal *Roma*. Não só o jornal construiu um discurso enquadrando um significado para a data, através de editoriais assinados pelo redator-chefe, mas também se comprometeu com a divulgação do programa da festa e, posteriormente, com a relação dos contribuintes para a realização do evento.

Em torno da comemoração dessa festa localmente, os sentidos simbólicos da nação italiana eram fixados e compartilhados pelos italianos atuando na construção de uma identidade nacional. Através dessa marcação simbólica da festa nacional de seu país, os italianos poderiam afirmar sua identidade pontuando uma diferença em relação aos outros com os quais se relacionavam cotidianamente: os brasileiros. Esses também representados como portadores de uma identidade fixa, única e homogênea. A marcação da diferença é um forte componente de toda construção identitária. É ela que “(...) separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, freqüentemente na forma de oposições. (...) A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação” (WOODWARD, 2000: 41). E não foi diferente no caso do discurso fabricado pelos jornais. A diferença foi marcada por mecanismos simbólicos, efetivados em momentos como a invenção local da comemoração da festa nacional; a proposição e a realização de festas cívicas ligadas aos heróis, selecionados para pertencer a um panteão italiano, como foi o caso das comemorações em torno do centenário de Mazzini; a participação, durante a Primeira Guerra,

quando o patriotismo foi exaltado, em campanhas em prol de entidades assistenciais italianas, como o Comitê Pró-Pátria e a Cruz Vermelha Italiana.

Além da produção da marcação da diferença ter sido feita através de sistemas simbólicos de representação, ela se manifestou também na forma de exclusão social. No caso analisado, a exclusão postulada não foi em relação a um outro de maior significação, os brasileiros em seu conjunto, mas a um outro presente no seio da própria comunidade italiana residente em Minas Gerais. O jornal *Fieramosca*, ao analisar a difícil situação das entidades italianas locais, detectou como responsável por tal situação a ação de elementos que não compartilhavam da mesma escala de valores morais e cívicos que deviam pautar as ações condizentes com a identidade italiana que o discurso do jornal estava construindo. Esses italianos eram vistos, então, como os “outros” da colônia italiana. O jornal defendia, como medida punitiva a esses italianos renitentes, que fossem excluídos do convívio da comunidade, a qual, por sua atitude, negavam a existência tal como se desejava construir. A produção de categorias pelas quais esses “maus italianos”, os transgressores, foram relegados ao *status* de “fora do grupo”, de acordo com o projeto e discurso identitário do jornal, garantia um certo controle social. A produção de sistemas classificatórios está intimamente relacionada com a ordem social que se quer ver implantada ou afirmada. Ao produzir significados veiculados, pelo seu discurso, os jornais estavam envolvidos em relações de poder, incluindo o poder para definir quem pertencia à colônia italiana e quem devia ser excluído dela. Mas aqui encontramos uma dificuldade quanto à utilização de uma identidade construída/percebida através de critérios essencialistas. A identidade italiana não foi afirmada como fundada pelo critério de pertencimento a uma nação? Sendo assim, a identidade italiana devia ser partilhada por todos os italianos, não havia como separar desse conjunto, representado como homogêneo e portador de atributos essenciais a todos, alguns italianos e desqualificá-los, a seguir, como “outros” – os que escolheram não ser italianos (situação impossível de ser pensada). Sob a ótica essencialista adotada pelo discurso identitário dos jornais, não se escolhe uma identidade nacional, se nasce com ela. Sendo essa a representação trabalhada pelos jornais, a contradição entre o discurso construído e a reflexão sobre a realidade vivida pelos italianos, feita, principalmente, pelo *Fieramosca*, não podia ser resolvida. Ao tentar solucionar essa contradição o caráter essencialista da construção identitária seria colocado em xeque.

As narrativas baseadas em concepções ontológico-fundamentalistas das identidades ou essencialistas foram realizadas pelo discurso identitário dos jornais italianos. Canclini (2001) sintetiza muito bem o que até agora mostramos desse processo construtivo.

Ele afirma que, sob essa ótica essencialista, “(...) ter uma *identidade* equivalia a ser parte de uma nação, uma *entidade* espacialmente delimitada, onde tudo aquilo compartilhado pelos que a habitam – língua, objetos, costumes- os diferenciaria dos demais de forma nítida. Esses referentes de identificação (...) foram declarados essências da cultura nacional” (CANCLINI, 2001: 145). Esse tipo de concepção essencialista da identidade obscurece as nuances culturais existentes na realidade social e fortalece jogos de poder que se fundamentam na ocultação do caráter conflituoso inerente a toda sociedade.

### 3.3.2. A polifonia, a identidade imaginada e a hibridação

Há uma pergunta latente envolvendo o discurso identitário fabricado pelos jornais italianos analisados. Por que a identidade foi alvo de um trabalho de construção<sup>202</sup> discursiva por parte dos jornais, em Belo Horizonte/Minas Gerais nas duas primeiras décadas do século XX? Uma resposta possível é que naquele momento específico da vida dos imigrantes e do país de origem a identidade nacional se tornou um problema. Isso porque a identidade nacional, segundo Mercer<sup>203</sup> “(...) está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (citado por WOODWARD, 2000). Ao pensarmos na realidade vivida pelos italianos em sua situação de imigrantes em outro país, começamos a perceber que tal situação produziu dúvidas e incertezas variadas. Um campo atingindo por essa crise foi o da identidade, tanto a coletiva quanto a individual. A tentativa de construção da italianidade, segundo Petrone (1990) deve ser entendida como “(...) alguma coisa relacionada com os próprios problemas sofridos na nova terra pelos italianos e seus descendentes” (PETRONE, 1990: 637). As experiências eram diferentes a começar pela comunicação, dificultada pela falta do compartilhamento lingüístico. Mesmo que esses imigrantes tivessem como língua cotidiana o dialeto de sua região ou cidade, parte deles, também se comunicava através da língua oficial, o italiano. Mas essa foi uma descoberta posterior, que gerou a criação de mecanismos que garantissem que o italiano fosse divulgado e pudesse expandir o seu uso. Posterior, porque, ao contrário do que o discurso identitário pregou, os italianos foram nomeados, assim, unitariamente pelos brasileiros. Foi no Brasil, no contato com outra nacionalidade tomada como unitária e com um povo também identificado

---

<sup>202</sup> À primeira vista a palavra correta para o processo que se deu em Belo Horizonte/Minas Gerais, através da ação dos jornais, seria reconstrução. Mas continuamos usando a palavra “construção”/ fabricação porque acreditamos que uma situação, um ideário, um projeto visitado, não sai desse encontro como era o original. Então, o que temos é a construção, criação, fabricação de algo diferente em relação ao que foi visitado.

<sup>203</sup> MERCER, K. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (org.). *Identity: community, culture, difference*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

como homogêneo, que os italianos se tornaram “os italianos”. Segundo Petrone (1990), a auto-identificação dos imigrantes, em muitos casos, “(...) como *italianos*, e não como *vênetos* ou *lombardos*, *trentinos* ou *campanos*, *sicilianos* ou *calabreses* etc. (grifos do autor), verificou-se somente aqui no Brasil, entre outras razões, pelo fato de os brasileiros – ou os imigrantes de outras origens – os identificaram como tais” (PETRONE, 1990: 637).

Diante dessa situação não era estranho que grupos dentre esses imigrantes italianos percebessem o potencial unificador representado por uma imprensa para italianos e escrita no idioma oficial da Itália. Não sem razão perceberam que esse potencial poderia ser usado na construção de uma identidade italiana, algo tão novo, aqui, quanto ainda o era na própria Itália. Afinal os jornais italianos editados em Belo Horizonte representaram a concretização desse potencial.

Em que medida o discurso identitário construído por esses jornais conseguiu atender as demandas sociais dos italianos residentes em Belo Horizonte/ Minas Gerais? Quando os criadores dos jornais, imbuídos do próprio discurso que construíram, se debruçavam sobre a realidade vivida pelos italianos, principalmente, no interior do que chamavam “colônia”, havia como que um “curto-circuito” entre as práticas vividas e aquele discurso. Com a referida base essencialista do discurso identitário era difícil a percepção do que se passava na vida social. Sob o manto de uma identidade nacional de cunho essencialista, as diferenças, quer sejam sociais, culturais, políticas, ideológicas etc. não desaparecem, na verdade, elas não são nem percebidas como existentes.

Ao afirmamos que os jornais construíram um discurso identitário e munidos dele tentaram interferir na realidade social vivida pelos imigrantes italianos, não somente no tocante às relações entre eles próprios, mas também com a sociedade brasileira, estamos partilhando de uma visão construtivista do conceito de identidade. Isso equivale a dizer que estamos afirmando que as identidades nacionais são construídas, que não são um dado ou fato da natureza ou da cultura. Por serem construídas não são fixas, estáveis, unificadas, permanentes ou homogêneas, ao contrário, como um artefato construído, carregam as marcas do tempo e do espaço onde foram produzidas. Portanto, “(...) as identidades são contingentes, emergindo em momentos históricos particulares” (WOODWARD, 2000: 38). Sendo assim uma determinada identidade nacional vem ao mundo com as marcas de seus “pais criadores”, respondendo a uma convocação para que atenda aos interesses em jogo desses genitores. Na maioria das vezes, em jogo está o controle social. Sendo assim, a afirmação de Laclau<sup>204</sup>

---

<sup>204</sup> LACLAU, E. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. Londres: Verso, 1990.

(citado por HALL, 2000) de que “a constituição de uma identidade é um ato de poder” define bem o que estava em jogo quando da fabricação do discurso identitário pelos jornais.

A questão do poder já estava presente na intenção discursiva dos jornais desde a escolha dos marcadores discursivos que seriam usados. Os marcadores tomados de uma concepção essencialista de identidade já traziam, de antemão, as marcas do exercício de poder. O poder que alijou do direito de existência diferentes identidades culturais que, antes, existiam espalhadas pelas regiões italianas. Selecionou e inventou tradições novas que corroborassem de maneira mais eficiente com o projeto político-social que os grupos dominantes queriam ver implantado na Itália. Dessa forma, a famosa frase de d’Azeglio – “Fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos” – mostra claramente o caráter construtivista da identidade italiana. Segundo Hobsbawn (2000), a construção dos italianos seria realizada “(...) a partir dos habitantes da península, que tinham toda sorte de identidade, mas nenhuma baseada num língua que eles não falavam e num Estado que passara a existir por sobre suas cabeças. Não havia nada de primordial na italianidade (...)” (HOBSBAWN, 2000: 273). Nesse sentido, a identidade pode ser vista como “(...) uma construção imaginária que se narra” (CANCLINI, 2001: 148).

Tendo a identidade italiana postulada pelos grupos dominantes italianos sido realizada há tão pouco tempo, é de se supor que o trabalho contínuo de repetição dos marcadores escolhidos para representá-la estejam ainda em plena ação no início do século XX. Foi nesse momento que os jornais de Belo Horizonte elaboraram o seu discurso identitário. Podemos então também supor que o trabalho de construção desse discurso sofreu uma dupla influência. A primeira, do contexto local, ligado, principalmente, às dificuldades da imigração e ao desejo de preservar uma determinada identidade, mesmo que imaginada (porque construída), frente as possíveis assimilações advindas do encontro com a cultura brasileira (também imaginada como homogênea). Por outro lado, do contexto italiano, na novidade da construção da italianidade, ainda num processo incisivo de difusão da identidade construída oficialmente. Foi com os parâmetros advindos desses dois contextos que os grupos responsáveis pelos jornais trabalharam na fabricação do discurso local.

Assim, como na Itália predominou um projeto de identidade unificador, aqui também “se imaginou” uma comunidade homogênea de italianos, uma colônia. Essa palavra nos remete a outro sentido, a colônia habitada por insetos como formigas e abelhas, uma forma de organização baseada na divisão de tarefas conforme uma certa ordem prefixada. A metáfora não podia ser mais significativa. A colônia de imigrantes italianos comportava uma divisão interna conforme padrões sócio-econômicos. É emblemático que a grande discussão

feita pelo *Fieramosca* a respeito da difícil situação das entidades italianas recaiu sobre a falta de cumprimento do dever de alguns italianos. Leia-se, os que não cumpriram com o papel que lhe era determinado na estrutura social dada. A exclusão do grupo como punição não poderia ser outra para quem colocou o bom nome da colônia e da Itália em uma situação desfavorável. Esse tipo de discurso e as ações decorrentes encontraram oposição dentro da colônia. O jornal *Fieramosca*, ao polemizar a respeito das entidades italianas locais, acabou por revelar a existência de outra(s) forma(s) de se imaginar uma identidade italiana. Através das discussões e dissidências dentro das entidades, da não participação dos italianos na campanha em prol da Cruz Vermelha Italiana, encontramos a marcas da resistência ao tipo de proposta identitária e das ações e práticas sociais decorrentes dela propostas pelo jornal. Não houve como precisar em que medida a proposta foi recusada, na totalidade ou em partes. O mais provável é que fossem partes dela, uma vez que o discurso local lançou mão de marcadores já partilhados pelos italianos antes de sua vinda para o Brasil, o que facilitou a sua aceitação.

A presença, na recepção aos jornais, dessa resistência às vezes passiva, ou não, nos remete à questão de que, afinal, os jornais acabaram por se constituir num espaço polifônico. Isso se deu na medida em que, embora construindo um discurso visando organizar determinadas práticas sociais entre os italianos, o que fazia parte de um projeto político de ordenação social, acabaram por revelar outras vozes sociais. Essas apareceram nas páginas dos jornais, mesmo que sob a forma de vozes dissidentes. Mesmo estigmatizadas, elas ganharam vida passando a fazer parte do circuito comunicativo, do encontro entre duas “razões” – no diálogo (*dia-logos*), mesmo conflituoso, que se estabeleceu.

Essa presença de vozes sociais distintas que circularam pelas páginas dos jornais italianos e as posições conflituosas que elas assumiram enquanto defensoras de padrões sócio-culturais diferentes são reveladoras do caráter híbrido da identidade italiana, tanto a que serviu de padrão para a construção identitária local, quanto a que, provavelmente, era compartilhada, em alguns elementos, pela maioria dos imigrantes italianos. Isso porque a própria identidade nacional italiana oficial, trabalhada pelos ideólogos do Estado italiano, já era uma identidade baseada numa estrutura discreta, ou seja, uma estrutura que já havia sido resultado de hibridação anterior, por isso não podia ser considerada pura (CANCLINI, 2003, XIX).

Essas formas – tanto culturais quanto identitárias – híbridas existentes já não estariam vivendo mais um processo de hibridação, que estaria se manifestando através da construção do discurso identitário pelos jornais? O material que serviu de origem para essa construção veio de fontes diferentes, que eram híbridas, e ainda o contato com a realidade

brasileira, adicionou-lhe outras temáticas e práticas diferenciadas. O discurso identitário dos jornais acabou se constituindo num produto híbrido. Ele é um exemplo de que “como estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam, para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2003: XIX).

É importante ressaltar que a hibridação pode ocorrer em áreas socioculturais amplas ou apenas em práticas localizadas num conjunto maior dentro da estrutura sociocultural. Isso é importante para se entender pequenas diferenças nascendo do contato/confronto de grupos diferenciados, no nosso caso, das possíveis hibridações ocorridas entre os diferentes grupos de imigrantes italianos confrontados pela presença de uma outra identidade cultural e nacional hibridada: a brasileira.

Vale salientar que esse processo de hibridação, em curso, tanto entre os grupos de italianos quanto desses com os brasileiros não se deu em condições de igual apropriação de elementos. O que significa que o que definiu o “quanto” cada identidade ou cultura contribuiu para o híbrido gerado foi um jogo de forças. No caso analisado, o grupo responsável pelos jornais tinha em mãos o poder, que o próprio jornal lhe conferia, de aparecer socialmente como um porta-voz legítimo da colônia italiana, nascido dentro dela, portanto, conhecedor dos seus verdadeiros interesses.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa italiana foi percebida enquanto manifestação da fala social de um determinado segmento da recém-criada sociedade belo-horizontina: os imigrantes italianos. Através do processo comunicativo instaurado pela existência dessa imprensa pudemos constatar um projeto de inserção social sendo delineado e executado. Nesse processo de produção de uma comunicação discursiva a vida social era tematizada, discutida, avaliada e propostas de mudança ou, mesmo de conservação, de práticas sócias eram acionadas.

A existência da imprensa italiana atesta que os italianos, enquanto moradores da cidade, percebendo-se como constituindo também parte da sociedade local, não se furtaram de, buscar por sua inserção social. Essa inserção não era percebida sob uma mesma versão. Ela comportou diferenciações, conforme a própria diversidade de interesses verificada no seio da “colônia” italiana de Belo Horizonte. Sendo assim, é que encontramos jornais voltados para a defesa de diferentes posicionamentos sociais. Esse foi o caso do *O Operario* que se voltou para a defesa dos interesses dos trabalhadores da cidade a partir de um posicionamento político-ideológico ligado à corrente socialista reformista. Também encontramos a defesa de uma proposta de inserção social voltada para a visão de uma cidadania ampliada para além dos limites da cidadania oficial, naquele momento extremamente restrita. No Brasil, da Primeira República, o regime oligárquico vigente não reconhecia como cidadão a maior parte da população brasileira. O que equivale a dizer que os direitos sociais eram restritos a uma elite sócio-econômica ligada basicamente aos grandes proprietários de terra. Nesse cenário desfavorável, é que assistimos os jornais da imprensa italiana se posicionando enquanto mediadores de demandas sociais variadas por parte dos italianos, residentes em Belo Horizonte, e, também, de brasileiros. Através da execução dessa função social que os jornais se outorgaram havia uma abertura para essas demandas fossem publicizadas e, assim, garantindo que as mesmas fossem reconhecidas como manifestações legítimas. A imprensa italiana só pôde se constituir em canal de mediação para demandas sociais, uma vez que era reconhecida, por seus leitores, como uma instância legítima de defesa dos interesses dos seus interesses. Havia um compartilhamento de interesses (reconhecidos como tal) que garantia que o pacto entre produtores dos jornais e leitores necessário à existência de um jornal se mantivesse.

Os jornais ao se constituírem em espaço virtual de encontro, além das demandas sociais de seus leitores, também acolheram as manifestações de uma rede de sociabilidade em

constituição. Assim, foram veículo de propagação de cenas da vivência cotidiana dos italianos. Essas cenas nos revelam momentos em que a rotina de todo dia era alterada, seja por eventos alegres, descontraídos, como nos nascimentos, aniversários, festas, fofocas, casos pitorescos ou mesmo tristes, como no caso de luto. Ao pautar esses eventos da vida privada uma tentativa de agregação dos italianos era tentada, uma vez que poderia haver uma identificação, um compartilhamento dessas situações como algo presente na vida de cada um. A seleção desses eventos para fazerem parte da pauta dos jornais nos mostram uma tentativa de posicionamento diante de um tipo de sociabilidade que se quer ver implantada na colônia. Não era apenas uma necessidade de organizar a vivência coletiva dos italianos que estava em jogo naquele momento, mas também a fixação de uma determinada sociabilidade entre eles. A situação dos imigrantes italianos era, em geral, de desagregação dos laços de pertencimento a uma identidade italiana recém construída na Itália. Os particularismos culturais dos imigrantes foram trazidos em sua bagagem para o Brasil. Aqui, eles continuaram a orientar as práticas sociais vividas pelos italianos. A maior parte dos jornais italianos, exceção feita ao *O Operario*, teve no “projeto discursivo” que desenvolveu, como uma de suas metas, a tentativa de construção de laços de coesão entre esses imigrantes, constituindo assim, acima dos particularismos, uma visão do que era ser italiano.

Essa tentativa apareceu no discurso dos jornais desenvolvida de duas formas. Numa primeira a construção dessa coesão era percebida como tendo como espaço de desenvolvimento a vida cotidiana das pessoas e as interações que esse espaço micro-social propiciavam. Essa forma foi contemplada pelos jornais ao abrirem espaço para as manifestações da vida cotidiana já referidas. Mas esse espaço era dado preferencialmente para situações que espelhavam a existência de uma sociabilidade que comportava atributos julgados fundamentais para a coesão gregária: solidariedade, compartilhamento de vivências comuns a todo ser humano (morte, nascimento, alegria, tristeza, etc.) e sentido de pertencimento a uma comunidade (comum-idade). A “intenção discursiva” dos jornais estava definida de antemão pelo endereçamento escolhido. Os jornais, em sua maioria se dirigiam à colônia italiana residente em Belo Horizonte. Nesse endereçamento havia uma avaliação de que, em alguma medida, já havia alguma unidade mínima entre os imigrantes e que essa unidade deveria ser fortalecida e ampliada a fim de que se constituir, uma determinada identidade italiana que pudesse ser afirmada frente à brasileira. A situação concreta desses imigrantes, confrontados com outra cultura e nacionalidade (pensadas como homogêneas), fundamentou o projeto de existência e ação dos jornais.

Foram a partir desses confrontos entre as culturas que a segunda forma de tentativa dos jornais de propiciarem a coesão foi acionada. Nessa tentativa, percebemos a instauração, por parte dos jornais, particularmente dos chamados jornais coloniais, de uma prática social: a definição de uma determinada identidade italiana para os italianos residentes em Belo Horizonte. O discurso desenvolvido pelos jornais na construção dessa identidade italiana pretendida acionou recursos simbólicos disponíveis no fluxo comunicativo no qual se inseriu. Na maioria das vezes, esses recursos eram pertencentes à tematização realizada na Itália, mas foi a realidade vivida pelos imigrantes em torno das instituições italianas criadas na cidade que acabou colorindo os matizes finais da construção que se efetivava nas páginas dos jornais. Do confronto do discurso produzido pelos jornais a cerca do que era ser italiano e da vivência dentro das instituições criadas, como a escola italiana, o Comitê Pró-Pátria, o Comitê Dante Alighieri, é que foi construída uma identidade nacional para os italianos. Esse confronto nos revela, mais do que os jornais gostariam de admitir, a presença de diferentes grupos que compunham a “colônia” de Belo Horizonte. Ao retratar, com vistas a afirmar o padrão do italiano desejado, os entraves a efetivação desse padrão, os jornais acabaram por nos apresentar, que havia discordância quanto à determinação de um perfil para a identificação do italiano. Querendo escamotear a existência dessas vozes dissonantes, os jornais, principalmente o *Fieramosca*, trataram as divergências verificadas nas instituições italianas locais como sendo movidas por interesses meramente pessoais ligados à falta do cumprimento do dever para com a pátria.

Ao refutar a ação dos elementos identificados como “maus italianos”, ao longo de suas edições, o *Fieramosca* nos propicia a visão de que a recepção do jornal não era afinal, nem ainda a pretendida pelo projeto discursivo desenvolvido e nem passiva, pronta a ser moldada pelo discurso identitário. Houve uma negociação social dos sentidos a serem atribuídos a identidade italiana. Os lados envolvidos nessa querela, como atores sociais empenhados na defesa de seus projetos para organização da “colônia”, disputaram sentidos simbólicos e sociais envolvidos em uma construção identitária. Essa disputa nos mostra uma construção imaginada de uma identidade sendo executada por grupos diferentes. Essas construções imaginadas, que eram as identidades, na proposta dos jornais e de outros grupos dentro da “colônia” buscavam fixar atributos essenciais aos italianos tomados em seu conjunto. Ao realizar essas atribuições o que se buscava era organizar as interações entre os italianos. A luta, afinal, era por normatização social. Nessa disputa, o controle social estava em jogo.

No caso estudado, os jornais nas duas funções sociais que se outorgaram, se constituíram em espaço virtual de encontro para as vivências sociais e instaurador de um discurso identitário para os italianos de Belo Horizonte, nos remetendo ao projeto de atualização das ordens sociais. Na particular situação de imigrantes em terra estrangeira, os produtores dos jornais buscaram operar atualizações na sociabilidade da comunidade e nos critérios de pertencimento a uma identidade italiana. Tais atualizações atingiram tanto o nível macro quanto o micro-social.

A maioria dos jornais produzidos, em Belo Horizonte, pelo seu endereçamento exposto, aponta para um processo de normatização que referendava práticas sociais de continuidade com os padrões sócio-econômicos vigentes. A origem de classe da maioria dos produtores dos jornais nos indicia essa postura. Os produtores da imprensa local eram, em sua maioria, membros da classe média e rica da cidade, tal como, aliás, no restante do país onde houve uma imprensa italiana. A exceção ficou por conta do *O Operario*, que por seu ideário de base socialista reformista, não preconizava a organização da “colônia”, mas a da classe operária da cidade, acima das divisões nacionais ou étnicas. Os produtores desse jornal eram membros da Liga Operária, que tinha o *O Operario* como órgão de propaganda. Já no projeto discursivo do *L'Eco del Popolo* encontramos uma nuance nessa separação entre jornais coloniais e jornal da imprensa operária. Nele, o ideário socialista reformista delineava a construção discursiva do jornal, mas dividia espaço com o ideário nacionalista. Essa combinação que, à primeira vista, parecia irreconciliável era desfeita. Em seu lugar encontramos a convivência dos dois supradestinatários orientando a prática discursiva dos jornais, o que nos leva a crer que na vivência concreta dos italianos a identificação de classe não excluía o pertencimento nacionalista. Eles não eram necessariamente excludentes, patrões e empregados italianos poderiam partilhar de uma mesma identidade nacional, e referendá-la em momentos conjuntos como nas festas cívicas. Mas também poderiam, em situações específicas, como a do uso de vales para pagamento dos salários, estarem em lados opostos. O jornal *L'Eco del Popolo* foi a afirmação discursiva dessa convivência contraditória, mas não excludente.

Estudar os jornais italianos produzidos, em Belo Horizonte, nos propiciou a visão de como os meios de comunicação e, no nosso caso particular, a imprensa pode fornecer recursos constantes para a construção social, na maioria das vezes, embalados por conflitos de posições. O que nos revela, afinal, a face conflituosa do próprio existir social, palco de disputas que, na maioria das vezes, se dão sob a forma de estratégias de controle. Estratégias das quais fazem parte as interações comunicativas que podem ser propiciadas e realizadas pela

imprensa. Nos processos comunicativos desenvolvidos pela imprensa italiana um poder integrador do social foi percebido. Este, na maioria dos jornais, atuou visando à integração social, através de um processo de socialização baseado na construção de uma determinada sociabilidade e identidade italiana.

Os jornais italianos mergulhados no fluxo comunicativo inerente à vida social, interlocutores da conversação social de seu tempo, foram cenário onde as vozes sociais, além das suas, puderam encontrar espaço de realização (mesmo que apenas discursiva). Projetos sociais foram acionados, tematizados, confrontados. No contexto dialógico estabelecido novos e nem tão novos sentidos do viver social puderam se encontrar e realizar uma renovação desse viver, mesmo que sob a forma, contraditória, da afirmação do domínio dos grupos já constituídos, mas realizados em nova roupagem.

## REFERÊNCIAS

- ANASTASIA, Carla. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: DE BONI, Luis (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v.II.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BAGGIO, Marco Aurélio. Chama do intelecto. Estado de Minas. Belo Horizonte, 25 dez. 2004. Caderno Pensar, p. 6.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História, Técnica - história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BERTONHA, João Fábio. Trabalhadores imigrantes entre identidades nacionais, étnicas e de classe: o caso dos italianos de São Paulo, 1890-1945. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n ° 19, Nov/98, p.51-67.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder do simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado concreto/enunicação. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados - Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- CASTRO, Maria Céres Spínola. Efêmeros e permanentes: os ardis da memória em Belo Horizonte. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A aventura da imprensa*: In: CASTRO, Maria Céres Spínola [et al.]. *Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

\_\_\_\_\_. Na tessitura da cena, a vida. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

CENNI, Franco. Italianos no Brasil. São Paulo: Martins/Editora Universidade de São Paulo, 1975.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim - O cotidiano dos trabalhadores na belle epoque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DE BONI, Luis. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre/ Torino: Escola Superior de Teologia,/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

D'ENTRÈVES, Maurizio Passerin. Public and private in Hanna Arendt. London: Routledge, 1993.

DUARTE, Lélia Parreira. Ironia, humor e fingimento literário. In: DUARTE, Lélia Parreira (org.). Resultados da pesquisa - ironia e humor na literatura. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG, n.15, fev.1994.

DUTRA, Eliana de Freitas. Caminhos operários nas Minas Gerais. São Paulo: Hucitec/Editora da UFMG, 1988.

FARACO, Carlos Alberto et. al. Uma Introdução a Bakhtin. Curitiba: Hatier: 1988.

FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI Yvone de Souza. A classe operária de Belo Horizonte – 1897-1929. In: Seminário de Estudos Mineiros, 5, 1977, Belo Horizonte, V Seminário de Estudos Mineiros- A República Velha em Minas. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1982.

FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa Operária no Brasil. São Paulo: Ática, 1988.

FRANÇA, Vera V. Jornalismo e vida social. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: BRAGA, José Luiz et al (orgs). A encenação dos sentidos - Mídia, Cultura e Política. Cidade: editora, 1995.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fones, 1989.

HALL, Michel; PINHEIRO, Paulo Sérgio. A classe operária no Brasil: 1889-1930. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) Identidade e

diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Dp&A, 2002.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWN, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

\_\_\_\_\_. Nações e nacionalismo desde 1789. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 1992.

LE VEN, Michel. Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). 1977.174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)- FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1977.

LIMA, Joaquim Ramos de (org.). Almanack da Cidade de Minas. Belo Horizonte, 1o. jan 1900.

LINHARES, Joaquim Nabuco. Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth. Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

MAIA, Rousiley C. M. A mídia e o novo espaço público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião. Comunicação e política. Volume V, n. 1, nova série, p. 131-156, jan-abr. 1998.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade: apenas um conceito?. Gerais. Belo Horizonte, n.53, p.4-15, jul.2002.

MARAN, Sheldon. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec; Ed. Unsp, 2002.

MELO, José Marques. Historia Social da Imprensa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MOUILLAUD, Maurice. O jornal; da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento. Campinas: Pontes, 1996.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico.



Tradução de Vera Lúgia Westin e Lúcia Lamounier (Mimeografado). 31 f. Original: D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. In: *Réseaux*, n. 46/47. Paris: Tekhné, mar-abril 1991.

PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PETRONE, Paquale; *Imigrantes italianos no Brasil: identidade cultural e integração*. In: DE BONI (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/Torino: Escola Superior de Teologia/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O proletariado industrial na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. V. II, Rio de Janeiro: Difel, 1977.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas*. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANEAMENTO básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos. 1997.

SCHÜTZ, Alfred. *O estrangeiro*. Gerais. Belo Horizonte, n. 53, p. 50-61, jul. 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) *Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Valadares. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984.

TAVARES, Frederico Brandão. *Na cidade, o fotojornalismo; no fotojornalismo, Belo Horizonte*. 2005. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico - um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

VAZ, Paulo Bernardo. *De Liberty a Marinoni: feição e feitura jornalística*. In: CASTRO, Maria Ceres Spínola [et al.]. *Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

WESTIN, Vera Lúgia Costa. *Triste horizonte? Sociabilidade, espaço simbólico e comunicação na cidade*. Gerais. N. 49, maio/98.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org.) *Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)